

Discursos e Representações Sobre a Prática da Mutilação Genital Feminina na Comunidade Guineense em Portugal

Edna Estêvão da Silva

**Dissertação de Mestrado em Antropologia – Área de Direitos
Humanos e Movimentos Sociais**

Nota: lombada (nome, título, ano)
- encadernação térmica -

Setembro de 2012)

Modelo Formal de Apresentação de Teses
e Dissertações na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Nome Completo do Autor

**Dissertação/ Trabalho de Projecto/ Relatório de Estágio
de Mestrado em ...
Tese de Doutoramento em ...**

Data (Mês, Ano)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Antropologia-Área de Direitos Humanos e
Movimentos Sociais, realizada sob a orientação científica da Professora
Doutora Sónia Ferreira.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, dedico este trabalho académico à minha mãe, Maria Gomes Vieira. Uma mulher humanitária que sempre colocou o bem-estar do ser humano acima de tudo e que apesar de já não se encontrar entre nós, foi sempre o meu grande pilar e uma das pessoas que mais contribuiu para esta pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, Professora Sónia Ferreira, por me ter guiado na elaboração desta investigação, e também por ter sido compreensiva e paciente.

Agradeço à Professora Paula Godinho (a professora mais feliz que já tive) que após a leitura do meu projeto de tese, transmitiu-me parte da sua confiança apoiando-me a trabalhar o tema.

À professora Maria Carneira da Silva, por me ter fornecido a maioria do material bibliográfico relacionado com a mutilação genital feminina, utilizado nesta investigação.

Um agradecimento especial aos meus amigos Paulo Semedo, e Roménia Almeida. Para além de ser o meu grande estímulo para começar a investigação (pois encontrava-me numa fase menos motivadora), Paulo Semedo Técnico de Pós-Graduação de vídeo, disponibilizou-se para fazer uma reportagem/documentário enquanto eu fazia o trabalho de terreno. Plano que Infelizmente não teve seguimento devido à falta de conforto das entrevistadas.

A Roménia Almeida, que além de amiga, foi uma grande companheira que esteve sempre ao meu lado enquanto fazia o trabalho de campo. Acompanhou-me nas entrevistas, nas conferências, nas pesquisas bibliográficas, em tudo. Estou-lhe muito grata pela dedicação incondicional.

Agradeço também de forma especial à minha irmã Carmem Estêvão, que me apoiou e incentivou ao longo desta jornada académica, desde o Curso de Licenciatura até ao Curso de Mestrado.

Por fim, mas não menos, um grande obrigado a todas as testemunhas que possibilitaram a conclusão desta pesquisa, particularmente a Fatumata D’Jau Baldé, e a todos os meus amigos “No Bullshit”. Agradecida a todos!

RESUMO

Esta é uma pesquisa que se centra no estudo de posições perante a prática da mutilação genital feminina tendo como base o depoimento de mulheres guineenses, imigrantes, vítimas da prática e residentes no conselho de Lisboa.

O objetivo é conhecer e comparar as suas posições e convicções, de modo a entender as possíveis mudanças de pensamentos e comportamentos. Nesta pesquisa são também apresentadas as atividades da ONG UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), organização portuguesa que tem trabalhado com o tema a nível nacional, tendo inclusive participado na elaboração de um Plano de Ação para Eliminação da Mutilação Genital Feminina.

A dissertação é repleta de depoimentos de mulheres vítimas da prática da MGF, contando também com observações e sugestões de algumas entidades, ativistas, profissionais e homens guineenses de religião muçulmana, sendo esta a religião que mais está associada à prática.

A pesquisa serve também para dar conhecimento sobre o trabalho feito pelas ONG's nacionais (UMAR e APF) e internacionais (Amnistia Internacional) em território nacional, como o caso de conferências, no âmbito de sensibilização da população portuguesa e da população praticante.

Palavras-chave: Prática da MGF, Fanado, Mutiladas

ABSTRACT

This is a study that focuses on the study of positions before the practice of female genital mutilation based on the testimony of Guinean women, immigrants, victims of the practice and residents in the municipality of Lisbon. The aim is to know and compare their positions and beliefs in order to understand the possible changes of thoughts and behaviors.

In this Research is also presented the activities of the NGO UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), a Portuguese organization that has worked with the theme at national, including having participated in the elaboration of an Action Plan for the Elimination of Female Genital Mutilation.

The dissertation is full of testimonials from women victims of the practice of FGM, counting also with comments and suggestions from some entities, activists, professionals and Guinean men of Islam, being the religion that is most associated with the practice.

The research also serves to inform about the work done by national NGO's (UMAR and APF) and international (Amnesty International) in Portugal, like the case of conferences, as part of awareness of the Portuguese and the practicing population.

Keywords: FGM Practice, Fanado, Mutilated

ÍNDICE

ÍNDICE

RESUMO	III
ABSTRACT	IV
LISTA DE SIGLAS	IX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: Abordagem temática	5
1.1. Caracterização da MGF	6
1.2. Definição de Representação, Prática e Mutilação	7
1.3. Objetivos do trabalho investigação	9
1.4. Pertinência do estudo	10
2. Metodologia de investigação/Abordagem metodológica	12
2.1. Definição da amostra	12
2.2. Técnica de pesquisa	15
2.3. Plano geral da dissertação	18
CAPÍTULO II: Estado da arte	19
Linda Basch <i>et al</i> ; AlejandroPortes; Carla Obermeyer; Ellen Gruenbaum; Lori Leonard; Saba Mahmood; Maria Cardeira Silva; Ângela Wasunna; Lila Abu-Lughod e Tobe Levin	
CAPÍTULO III: Representações e Discursos Sobre a Prática da Mutilação Genital Feminina na Comunidade Guineense em Portugal	29

1. ONG UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta)	30
1.1. UMAR e a Mutilação Genital feminina	31
1.2. I e II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina	36
1.3. A Comunicação social e a MGF	39
1.4. Pedidos de asilo em Portugal com base na MGF	44
2. Discursos sobre a prática da MGF	49
3. Conferências e Eventos Sobre a MGF em Portugal	77
3.1. Conferência na Fundação Calouste Gulbenkian	78
3.2. Conferência na Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa	87
3.3. Palestra na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	99
CONCLUSÃO	103
BIBLIOGRAFIA	113
ANEXOS	117
Apêndice A: Legislação e análise de documentos sobre a MGF	119
1. Legislação/Enquadramento legal da MGF em Portugal e na Guiné-Bissau	i
1.1. Legislação portuguesa relativa à MGF	i
1.2. Legislação guineense relativa à MGF	ii
2. Tratados universais e regionais de direitos humanos que Portugal e Guiné-Bissau integram	iii

3. Caracterização da situação de direitos humanos das mulheres e das crianças na Guiné-Bissau	viii
3.1. “Concluding Observations do Comité CEDAW: Guiné-Bissau”	ix
3.2. “Concluding Observations do Comité CDC: Guiné-Bissau”	xiii
4. Principais violações de direitos humanos da Guiné-Bissau	xv
4.1. Revisão Periódica Universal	xv
4.2. Amnistia Internacional	xviii
4.3. U.S. Department of State	xix
Apêndice B: Guiões de entrevistas	xxi
Apêndice C: Poemas sobre a prática da MGF por Edson Incopté	xxix

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE SIGLAS

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AI – Amnistia Internacional

APF – Associação para o Planeamento da Família

BBC – British Broadcasting Corporation

CDC – Convenção sobre os Direitos das Crianças

CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CPR – Conselho Português para os Refugiados

MGF – Mutilação genital feminina

OHCHR – Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIC – Sociedade Independente de Comunicação

SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

TVI – Televisão Independente

UE – União Europeia

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNAIDS – United Nations Program on HIV/AIDS

UNECA - United Nations Economic Commission for Africa

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNFPA – United Nations Population Fund

UNICEF – United Nations Children’s Fund

UNIFEM – United Nations Development Fund for Women

Introdução

No âmbito do Mestrado em Antropologia - Área de Especialização em Direitos Humanos e Movimentos Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pretendo levar a cabo uma investigação em torno do tema dos direitos humanos das mulheres, concretamente, a prática da mutilação genital feminina na comunidade guineense residente em Portugal.

Desde 1946 foi redigida a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual diz que os direitos humanos são Universais, Inalienáveis, e que o ser humano, independentemente da cor, sexo, raça, religião, estatuto social, etc, tem direito a esses direitos pelo simples facto de ser humano. Contudo, esses direitos são praticamente inexistentes para as mulheres com as quais pretendo trabalhar neste estudo, que consiste numa análise das representações da mutilação genital de crianças e mulheres oriundas da Guiné-Bissau, que têm imigrado para Portugal nas últimas décadas, uma vez que este é o país Europeu com o qual melhor se identificam devido aos laços históricos que os unem, às redes de sociabilidade, familiares, entre outras.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) e vários outros organismos das Nações Unidas¹, a MGF é praticada por mais de 80% da população dos vários países africanos, sendo uma prática que envolve, direta ou indiretamente, um universo de milhões de pessoas, contabilizando as mulheres mutiladas residentes em países não-africanos, visto que a prática tem sido transportada para a Europa e para o resto do mundo através dos fluxos migratórios.

O Parlamento Europeu estima que na europa vivem cerca de 500.000 (quinhentas mil) mulheres mutiladas e que 180.000 (cento e oitenta mil) mulheres de todas as idades, residentes em espaço europeu, estejam em risco anualmente². Apesar da enorme

¹ UNICEF, UNESCO, PNUD, ACNUR, UNIFEM, UNAIDS, UNFPA, OHCHR E UNECA. Segundo estes organismos, entre 100 a 140 milhões de mulheres, raparigas e meninas já foram vítimas da prática, 3 milhões estão anualmente em risco e 8 mil sofrem-na diariamente.

² UE - *Fim à Mutilação Genital Feminina – Uma Estratégia para as Instituições da União Europeia – Sumário Executivo*. Versão portuguesa. Pág. 4. Sem data

dificuldade que existe na erradicação da mutilação genital feminina dada a sua enorme representação em termos mundiais, esta já não é praticada com tanta liberdade, em grande medida devido às atividades e penalizações de organizações internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UA (União Africana)³.

Por sua vez, a comunidade internacional (ONG's e associações, sociedade civil, profissionais de saúde e de educação, serviços sociais, agentes de decisão política, especialistas, vítimas da prática, fanatecas, líderes comunitários, etc.) também já se movimenta e reúne esforços de modo a prevenir e punir este ato, fazendo com que as vítimas conheçam os seus direitos humanos, tenham noção do que a prática representa.

Nos tempos que correm, algumas vítimas da prática, já tomam uma atitude face a esta em território português (dados adquiridos numa conferência sobre a Eliminação da prática da MGF que teve lugar na embaixada da Guiné-Bissau em Portugal com a presença do Embaixador da Guiné-bissau em Lisboa, de M'Bala Fernandes, da ativista Fatumata Baldé e várias mulheres vítimas da prática da MGF), pois já é hegemónica entre elas a ideia de que a mutilação pode ser uma prática nefasta e que podem opor-se a ela.

Estas já falam e denunciam a prática com o intuito de se defenderem, de defenderem as suas filhas e as outras mulheres mutiladas que permanecem no registo escondido (Scott, 1990: 4) que é um “discurso efetuado Offstage⁴ distante da observação direta dos que detêm poder”, por terem medo das consequências e vergonha de se exporem, visto esta ser punível por lei, e em determinados contextos, também socialmente.

³ Esta organização criada em 1963 como Organização da Unidade Africana, passando em 2001 para União Africana, protege os direitos das mulheres e das crianças através da: Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, adotada a 27 de Junho de 1981, entrada em vigor a 21 de Outubro de 1986; da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, adotada a 11 de Julho de 1990, entrada em vigor a 29 de Novembro de 1999; e do Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos das Mulheres Africanas, adotada a 11 de Julho de 2003, entrada em vigor a 25 de Novembro de 2005, constituindo assim uma contribuição de grande valor para a promoção da igualdade de género e para a eliminação da MGF.

⁴ “Here subordinates may gather outside the intimidating gaze of power (...) can speak the words of anger, revenge, self-assertion that they must normally choke back when in the presence of the masters” (Scott, 1990: 18)

“A liberdade de manifestar a sua religião ou as suas convicções só pode ser objeto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias à proteção de segurança, da ordem e da saúde públicas ou da moral e das liberdades e direitos fundamentais de outrem”.

*Artigo 18:3 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
de 16 de Dezembro de 1966.*

CAPÍTULO I
Abordagem temática

✚ 1. Abordagem temática

Neste capítulo, caracterizarei a MGF, definirei alguns termos utilizados nesta dissertação e farei uma breve referência aos objetivos, à pertinência do estudo e à metodologia de trabalho.

✚ 1.1. Caracterização da MGF

O ato de mutilar consiste em todas as intervenções que envolvem a remoção parcial ou total de alguma parte do corpo, ou que provoquem lesões nas mesmas. A mutilação genital feminina inclui todas as intervenções que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos, por razões não médicas”. (OMS et al, 2009: 6)

Classificação dos tipos de mutilação segundo a OMS em 2007. (OMS, 2001: 49):

TIPO I: Remoção parcial ou total do clítoris e/ou do prepúcio. (Clitoridectomia)

- *TIPO Ia:* Remoção apenas do prepúcio (capuz) do clítoris
- *TIPO Ib:* Remoção do clítoris com o prepúcio

TIPO II: Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios. (Excisão)

- *TIPO IIa:* Remoção apenas dos pequenos lábios
- *TIPO IIb:* Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios.
- *TIPO IIc:* Remoção parcial ou total do clítoris, dos pequenos e dos grandes lábios.

TIPO III: Estreitamento do orifício vaginal através da criação de uma membrana semblante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris. (Infibulação)

- *TIPO IIIa:* Remoção e aposição dos pequenos lábios
- *TIPO IIIb:* Remoção e aposição dos grandes lábios

TIPO IV: Atos não classificados: Todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos por razões não médicas, pore exemplo: perfuração, picar, corte.

1.2. Definição de Prática e Representação, Fanado e Fanateca

De seguida, irei definir alguns dos conceitos que orientaram a construção desta investigação, tais como:

Prática e Representação

Prática ou o “trabalho” da representação, é o processo no qual o significado é construído, produzido, uma vez que não se encontra inerente nas coisas. É o resultado de uma prática significativa que faz com que as coisas tenham significado. (Hall, 1997: 24 a 28).

“it is by our use of things, and what we say, think and feel about them (how we represent them) that we give them a meaning” (Hall, 1997: 3), (as palavras que usamos para as descrever, as histórias que contamos sobre elas, as imagens que produzimos sobre as mesmas, as emoções a que as associamos, a maneira como as classificamos e conceptualizamos, e aos valores que lhes atribuímos), pois todas estas práticas usam elementos que possam representar o que queremos dizer.

A prática da MGF é um ação, um agir enformado por uma representação do corpo,

do mundo, das mulheres. Representação é a produção de significado e tem vindo a ocupar um lugar novo e importante no estudo da cultura, “culture, we may say, is involved in all those practices which are not simply genetically programmed into us (...) but which carry meaning and values for us.” (Hall, 1997:3).

Representação “means using language to say something meaningful about, or to represent the world meaningfully to other people (...) It does involve the use of language, of signs⁵ and images which stands for or represent things” (Hall, 1997: 15).

Segundo Stuart Hall a Representação está inserida no circuito da cultura ou do partilhar de significados comuns à sociedade, e faz com que seja possível uma troca, um diálogo entre os elementos dos grupos sociais.

Fanado

Fanado (circuncisão/mutilação genital) é uma expressão em idioma crioulo que se refere ao acto cerimonial que emancipa os rapazes, as raparigas e também mulheres. Entre vários ensinamentos considerados essenciais para a vida adulta dos excisados, encontra-se principalmente a circuncisão masculina e a mutilação genital feminina.

Os rapazes são circuncidados antes da puberdade sendo a virilidade a principal razão invocada para tal ato (Silverman, 2004: 421) e as raparigas enquanto crianças, principalmente por questões de preservação da virgindade.

Normalmente o Fanado é feito na “Barraca de Fanado”, que é o local/espço onde os excisados permanecem durante todo o processo. Esta é uma cerimónia que envolve muitos gastos a nível financeiro, porque para além de tratar da alimentação dos educandos e do staff que lá se encontra, os familiares são responsáveis pelas actividades festivas entre outros. (Miner, 1942: 622)

⁵ “The general terms we use for words, sounds and images which carry meaning is *signs* (...) are organized into languages and it is the existence of a common languages which enables us to translate our thoughts (concepts) into words, sounds or images, and then to use these, operating as a language, to express meanings and communicate thoughts to other people”. (Hall, 1997: 18)

De salientar que ambos os Fanados, o feminino e o masculino são cerimónias coletivas que junta rapazes ou raparigas de várias etnias e de diferentes grupos religiosos (*Ibidem*) (quando praticados nas barracas e não em casa a título individual) feitas em locais e barracas diferentes, tendo também algumas regras diferentes.

Segundo alguns testemunhos, o Fanado feminino encontra-se dividido em duas fases, o “Fanadusinho ou Fanado de Cinimira” (Fanado Pequeno), que é somente o corte dos genitais. É fundamentalmente o ato de se levar a criança/mulher para um quarto ou divisão da casa, onde se procede ao corte, e o “Fanadu Garandi ou Fanado de Cunumira” (Fanado Grande), que é uma fase na qual as meninas passam por um processo de aprendizagem, uma espécie de emancipação. Estas aprendem lidas domésticas, a comportarem-se como pessoas maduras, sendo humilhadas e agredidas fisicamente.

Fanateca

Nome atribuído às senhoras detentoras de poder para realizar o corte dos genitais. Estas por norma são de idade avançada e herdaram a “faca do corte” dos seus antepassados. São entidades de grande respeito e admiração nas comunidades e são presenteadas por parte da população dada a sua posição, principalmente depois de uma cerimónia de “Fanado”

1.3. Objetivos do trabalho de investigação

Esta investigação que se encontra direcionada para a questão dos direitos humanos, mais precisamente para a prática da mutilação genital feminina, visa entender a existência de discursos e representações diferentes em torno desta prática e em torno da sua aceitação e imposição (a outras mulheres) pelas mulheres vítimas da mesma, bem como, a avaliar os motivos das vítimas que apoiam ou não, a prática, a partir de um conjunto de testemunhos recolhidos e de documentação analisada.

O objetivo seguinte, centra-se na tentativa de entender se a prática deriva somente de uma questão cultural, religiosa e étnica, ou se também, económica por ser mais praticada em alguns grupos sociais do que em outros e simultaneamente por muçulmanos, cristãos, judeus, animistas e ateístas.

Após várias mudanças metodológicas ao longo desta pesquisa, enquanto adaptava e moldava o que me surgia para trabalhar, apareceu um novo objetivo ou desafio (dado o número de vítimas apoiantes e o número de vítimas opositoras à prática), que consistia em determinar a existência ou não de mudanças, ao longo do tempo, na forma como as vítimas entrevistadas, entendiam a prática.

Por fim, propõe-se entender o alcance desta prática em contextos transnacionais, ou seja, se é ou não praticada em Portugal e até que ponto as mulheres e os pais das crianças estão dispostos a chegar em prol de uma religião, crença, cultura, dever, submissão... ou seja, é entender se continuam com a prática da MGF, mesmo fora do seu território nacional, perpetuando-a, independentemente das leis que a proíbem, das punições e principalmente, dos riscos de saúde e de vida que as vítimas correm.

1.4. Pertinência do estudo

Tendo agora maior relevância no país (uma vez que o tema foi trazido pela jornalista Sofia Branco em 2002, quando pouco se sabia ou se falava do assunto em Portugal), a prática da mutilação genital feminina é considerada um problema que tem causado preocupações às ONG's de direitos humanos e também ao governo, surgindo com o passar do tempo, programas de ação para a eliminação da MGF, conferências e atividades em torno do tema. Desta forma, os pontos de vista das vítimas residentes em Portugal podem ter sido influenciados e é neste sentido que este estudo pode ser relevante pois permite conhecer as suas posições assim como de alguns oponentes a esta prática.

Uma vez que as ONG's e a Sociedade Civil têm trabalhado cada vez mais em torno do tema da prática da MGF, este estudo servirá também, para dar conhecimento do

trabalho efetuado em prol da situação de direitos humanos das mulheres e das crianças, no que toca à prática da MGF na comunidade guineense residente em Portugal. Esta atualização será baseada fundamentalmente nos depoimentos das vítimas contra e a favor da prática e de ativistas que trabalham o tema.

O facto de ter feito a recolha de dados em algumas conferências, eventos, tertúlias e debates, enriquece este estudo, pois tive o privilégio de ouvir testemunhos e experiências pessoais e diretas, relacionadas com a prática da MGF, bem como recolher o depoimento de vários profissionais e ativistas como é o caso da jornalista Sofia Branco; da jornalista Vilma Vieira; da artista e ativista Adriana Bertini e de M'Bala Fernades, Cônsul da Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa.

O estudo é também repleto de análises de testemunhos orais presenciados em inúmeras iniciativas, como a de Fatumata D'jau Baldé, vítima da prática e Presidente do Comité para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau; de Catarina Furtado, Embaixadora da Boa vontade da ONU e de Edson Incopté, poeta, licenciado em Estudos Africanos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, membro da Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Portugal, que desenvolveu um trabalho utilizando versos para sensibilizar e erradicar a prática da MGF, que será apresentado na presente investigação.

Entre várias outras pessoas cujo trabalho tem contribuído para a erradicação da prática, tive também a oportunidade de recolher junto da ex-Ministra da Justiça da Guiné-Bissau e atual Conselheira Especial da CEDEAO, Carmelita Pires, documentação como a nova lei que proíbe e condena a prática da MGF na Guiné-Bissau e o Plano de Ação Nacional Para o Abandono da Excisão na Guiné-Bissau.

2. Metodologia de investigação/Abordagem metodológica

Neste ponto, serão apresentadas as metodologias de investigação, ou seja, a definição de amostra e as técnicas de pesquisa, e também o plano geral da dissertação.

2.1. Definição de amostra

Ao iniciar o trabalho de campo deparei-me com uma enorme dificuldade pois a maior parte das pessoas que planeava entrevistar estavam indisponíveis por não se encontrarem no país, ou serem muçulmanas, mas não mutiladas genitalmente.

Procurei outras informantes, através das minhas redes sociais e familiares e em algum tempo consegui um determinado número de pessoas. Utilizei uma amostragem em “Bola de Neve” (Bertaux, 1981: 37) sendo que um informante indicava-me outro, e assim sucessivamente até conseguir os contactos necessários. De certo modo o facto de ser africana, mais precisamente guineense, valeu-me de muito (inicialmente), pois pude fazer uma abordagem direta.

Num primeiro contacto com as pessoas, esperava ter uma boa receptividade, pois já tinha algum conhecimento sobre a prática, tinha facilidade na comunicação pois falava em crioulo (sendo o fator linguístico muito importante neste caso) e transmitiria alguma confiança por “ser da terra”. Infelizmente, essa percepção inicial não se concretizou, porque uma coisa é ter uma conversa informal com pessoas conhecidas, e outra é gravar uma conversa formal com pessoas desconhecidas. Algumas diziam que não tinham nada a falar sobre “esse assunto”, outras sujeitavam-me a agressões verbais/ameaças e desligavam-me o telefone mal ouvissem a palavra “Fanado”, outras diziam que retornariam a chamada, o que não acontecia.

Deste modo, o contacto com mulheres de idade mais avançada, não foi possível. Estas recusaram-se a falar sobre o assunto, justificando ser um assunto sigiloso que não podia ser divulgado de qualquer maneira, principalmente a quem não foi ao fanado, sendo este impuro segundo o Alcorão. Outras tinham receio de ser prejudicadas através de uma

denúncia ou algo do género e nem sequer me deixavam acabar de explicar o que se pretendia, bastava ouvirem a palavra fanado, para fazerem uma má expressão (quando contactadas pessoalmente) ou falarem de forma agressiva, cortando o assunto de imediato.

O contacto com vítimas cristãs também não foi possível, porque foi difícil encontrá-las, mas principalmente por aparentemente terem vergonha de falar da sua experiência. Sendo um tema com as características já apresentadas, era compreensível que não quisessem falar pois invadia a esfera pessoal e a sua intimidade. Contudo, nem todas se recusavam a falar por esses mesmos motivos, mas sim por desconfiança pois aos seus olhos seria como se tratasse de uma espécie de espionagem com o intuito de denunciá-las.

Inicialmente, tinha um número pré-definido de vítimas apoiantes e vítimas contra a prática a entrevistar, mas dado as dificuldades em encontrar o número exato de pessoas na condição que queria (o que se revelou muito bom porque estava à espera de ter dificuldades em relação às vítimas contra a prática, dado o receio de se exporem com medo de represálias), resolvi reverter a situação a meu favor, aproveitando assim para fazer uma avaliação das mudanças de atitude das vítimas, em relação ao diálogo sobre a prática da MGF.

Durante as conversas evitava mostrar a minha posição perante as vítimas defensoras da prática, de forma a não comprometer a investigação. Aquando da explicação do meu propósito, eu dizia que o meu trabalho não era julgar a prática, mas sim ouvir o outro lado, ouvir um discurso diferente do que lia nos livros. Estas com o desejo de se fazerem ouvir perante os que “criticavam” a prática, falaram abertamente, sem receios e prometeram-me inclusive, um vídeo do fanado, para que mostrasse aos opositores como iam felizes para a cerimónia e como era uma prática inofensiva e bem aceite.

Também foi possível entrevistar a jornalista e ativista Vilma Vieira, ex-jornalista da RTP África, que compôs inclusive, uma música em prol da erradicação da prática da MGF.

Fig. 1 Quadro de caracterização da amostra (Informantes vítimas da Prática da MGF)

<i>Posição perante a MGF</i>	<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Étnia</i>
<i>Defensora</i>	<i>D'jara Konté</i>	<i>31</i>	<i>Fula</i>
<i>Defensora</i>	<i>Bamba</i>	<i>32</i>	<i>Fula</i>
<i>Não Defensora</i>	<i>Arcângela Baldé</i>	<i>35</i>	<i>Mandinga</i>
<i>Não Defensora</i>	<i>Awa</i>	<i>33</i>	<i>Fula</i>
<i>Não Defensora</i>	<i>Mariama Camara</i>	<i>34</i>	<i>Sussu</i>
<i>Não Defensora</i>	<i>Fatumata Baldé</i>	<i>48</i>	<i>Fula</i>
<i>Não Defensora</i>	<i>Fanta Camara</i>	<i>25</i>	<i>Fula</i>
<i>Não Defensor</i>	<i>Malam Baldé</i>	<i>42</i>	<i>Fula</i>

Fig.2 Quadro de caracterização de amostra (Informantes especializados - Técnicas da UMAR)

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Função na UMAR</i>
<i>Alexandra Luís</i>	<i>44</i>	<i>Voluntária</i>
<i>Maria Viegas</i>	<i>62</i>	<i>Sec. da Assembleia-Geral</i>
<i>Catarina Moreira</i>	<i>33</i>	<i>Membro da direção</i>
<i>Vilma Vieira</i>	<i>34</i>	<i>Jornalista/ativista</i>

2.2. Metodologia/Técnica de pesquisa

Sendo esta uma investigação de natureza qualitativa, utilizei técnicas de análise documental, pesquisa bibliográfica, o método etnográfico, fazendo inquéritos por entrevistas e tive contacto direto com as vítimas da MGF, bem como com pessoas que testemunharam a prática. Tentei que as vítimas saíssem do seu registo escondido, de forma a fazerem-me relatos sobre a prática.

Num dos casos utilizei o método de “Friendly Conversation” (Spradley, 1979: 55-58) pois já conhecia o informante e tivemos um diálogo aberto. Nos restantes utilizei o método de “Ethnographic Interview” (*Idem*: 58-67) que é semelhante ao método de “Friendly Conversation” com a introdução de novos elementos nos momentos adequados, de forma a não parecer um interrogatório, o que poderia limitar a colaboração do informante.

Para as vítimas da prática utilizei o método de “Descriptive Questions” (que se baseiam no poder da linguagem/comunicação para se construir um diálogo) (*Idem*: 78-91), ou seja, questões não estruturadas, baseadas no diálogo e sempre que possível, conduzida pelo entrevistado depois de se abrir uma linha de conversação. Também foi utilizado o método de “Contrast Questions” (método que vai sendo necessário ao longo da conversa de forma a entender termos utilizados na língua nativa dos informantes) (*Idem*: 155-172).

Estes foram os métodos que mais se adequaram à situação pois era necessário ganhar a confiança do informante, de forma a fazê-lo sentir-se à vontade para falar.

Nos restantes casos, como é o caso das técnicas da UMAR, o método foi sobretudo o de “Structural Questions” (*Idem*: 120-131) (pois este é o tipo de questões que tem que ser adaptadas a cada informante) misturado com o método de “Descriptive Questions” que se encontra presente em todas as entrevistas. O método estruturado já é composto por questões exatas e precisas, é um método repetitivo porque através da resposta a uma questão, o etnógrafo faz outra questão mais extensa, obtendo assim uma resposta também extensa.

De salientar que, todas as entrevistas, foram gravadas com o conhecimento e

consentimento dos informantes.

Foram selecionados dois grupos de pessoas a entrevistar. O primeiro é composto por três técnicas pertencentes à ONG UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta), e o segundo, composto por oito mulheres vítimas da prática da MGF.

Nestas oito mulheres, tinha inicialmente considerado serem quatro muçulmanas e outras quatro cristãs (apesar da prática se concentrar sobretudo nas mulheres e crianças muçulmanas, queria também analisar o discurso de vítimas cristãs pois cada vez mais estas a defendem e a praticam), separando assim os grupos religiosos. Quatro jovens (idade igual ou inferior a trinta anos) e quatro de idade mais avançada (idade superior a quarenta anos), quatro defensoras da prática e outras quatro não defensoras.

Dentro de cada grupo religioso, fiz uma subdivisão, ou seja, defini, duas vítimas defensoras (uma de idade mais avançada e uma jovem) e duas vítimas que condenam a prática (também uma de idade mais avançada e uma jovem) como podemos ver no quadro seguinte (fig.3). As classes etárias seriam cruzadas propositadamente pois as suas perspetivas diferem dadas as diferentes épocas históricas em que viveram.

Fig.3 Esquema de cruzamento de informação

Muçulmanas/Cristãs	Classe
Posição	etária
Defensora	>30
Defensora	</= 30
Não Defensoras	>30
Não Defensoras	</= 30

Por um lado queria comparar e entender o raciocínio e os valores de uma mulher mais adulta que viveu sem ouvir falar de direitos humanos, e que defende a prática, com o raciocínio e os valores de uma jovem que também a defende, embora viva a atualidade e se aproxime de uma representação do mundo que defende o que define como direitos humanos. Por outro lado, queria comparar a perspetiva da jovem que vive a atualidade e que condena a prática com o da mulher mais adulta que apesar da era em que viveu, e entre vários outros motivos, também a condena.

De forma mais abreviada ou resumida, o que se pretendia era comparar as representações, os entendimentos e posicionamentos transgeracionais.

Como disse inicialmente, era pretensão inicial deste estudo incluir o contacto com mulheres de idade mais avançada e com mulheres cristãs excisadas. Como este contacto não foi possível, tive que construir a minha amostra com um conjunto de mulheres na casa dos trinta, o que impossibilitou o cruzamento das faixas etárias e a comparação de posições na forma pretendida, no início do projeto.

De certo modo, a atitude das mulheres de idade mais avançada é também relevante, já que comprova que elas continuam fiéis à prática, contribuindo para o “muro de silêncio” que a rodeia. Por outro lado, o contacto com as mais jovens foi útil para perceber a mudança social, uma vez que a maioria das vítimas entrevistadas é contra a prática.

De salientar que também tive o privilégio de entrevistar o marido de uma das entrevistadas, que por sua vez também se opõe à prática.

O trabalho de terreno desenvolveu-se fundamentalmente com moradores do bairro da Adroana, pertencente ao concelho de Cascais, distrito de Lisboa, onde a maioria dos residentes são imigrantes de origem guineense. Apesar de este constituir o local onde desenvolvi trabalho de terreno mais prolongado, também entrevistei pessoas que residem em concelhos limítrofes.

Na pesquisa documental, utilizei documentação, relatórios e dados de Instituições e organizações como a ONU (Organização das Nações Unidas), a Humans Right Watch, a Amnistia Internacional, a OMS (Organização Mundial da Saúde), a UA (União Africana), e principalmente a UMAR.

Para esta pesquisa também observei e participei em algumas sessões abertas ao público em geral, em forma de conferências, mesas redondas, ações de formação e Tertúlias, organizadas pela UMAR, pela APF e pela Amnistia Internacional entre outros.

2.3. Plano geral da dissertação

Esta dissertação de Mestrado encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro já apresentado, é a introdução no qual é feita a contextualização geral do tema, onde são definidos os conceitos de prática, mutilação e representação, onde se justificam os objetivos e a relevância do estudo, e onde se explica a metodologia utilizada e a planificação.

O segundo capítulo é onde é feita a revisão da literatura, onde são mencionadas as perspetivas e estudos de alguns antropólogos que estudaram esta temática.

No terceiro, desenvolve-se o tema e trata-se o material empírico recolhido, ou seja, é onde se encontram os novos dados que esta investigação pode trazer. Nesse capítulo, caracterizarei a organização não-governamental UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta), instituição onde desenvolvi parte desta investigação, e é onde constam os testemunhos das vítimas da prática da MGF. Testemunhas essas que relatam as suas experiências e posições relativamente a esta e à sua implementação em Portugal.

No quarto e último capítulo, apresentarei as conclusões possíveis, terminando com o meu parecer e algumas sugestões.

CAPÍTULO II

Estado da arte



Estado da Arte

A mutilação genital feminina/circuncisão feminina, é uma prática que levanta uma série de questões no âmbito dos direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, os direitos das crianças, o direito à saúde e o direito ao desenvolvimento e uma vez que transcende fronteiras geopolíticas, esta, tornou-se uma questão internacional.

Ao estudar a prática da MGF, é importante fazer uma breve abordagem ao fluxo migratório pois é este quem a transporta, inserindo-a no contexto receptor de migrantes.

Inicialmente o imigrante seria integrado à sociedade de destino com a consequente assimilação da cultura e valores do lugar, sem que isso significa-se uma perda total de seus valores e modo de vida originais. Contudo, a abordagem teórica empiricamente não se sustentou porque os grupos de imigrantes, ao invés de confirmarem a tese da assimilação de valores, constituíram grupos étnicos nos países recetores, afirmando a sua cultura e as suas práticas.

Além desse facto, os recentes fluxos de migração têm trazido novas questões para as Ciências Sociais, sendo que o transnacionalismo converteu-se num elemento característico das migrações e num eixo de análise chave para entender o fenómeno migratório contemporâneo.

O conceito de “transnacionalismo imigrante” entrou na literatura através do trabalho das antropólogas Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc que argumentaram que o surgimento de campos sociais transnacionais e a ligação com os países de destino poderiam representar uma ruptura com o passado, o que não corresponde à realidade no caso da prática da MGF.

O livro das autoras *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States* (1994), é apresentado como sendo um estudo pioneiro de uma tendência de aumento no transnacionalismo imigrante.

Nos tempos atuais os imigrantes já não estão enraizados num único local. Através da construção de redes sociais transnacionais, alianças económicas e as ideologias políticas, estes são capazes de atravessar fronteiras geográficas e culturais tanto do país de

origem como do país recetor.

Através de estudos etnográficos das populações imigrantes, as autoras demonstram que o transnacionalismo é algo diferente do nacionalismo ampliado e ao colocar os imigrantes num nível diferente do receptor, o transnacionalismo desafia os conceitos de cidadania e de nação.

As autoras acreditam que para perceber e analisar o transnacionalismo e talvez a globalização de forma mais ampla, é necessário que se tenha uma perspectiva global que se mova para além das categorias delimitadas de etnia, nação e raça.

Segundo Portes, em *Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante (2004)*, o transnacionalismo é uma perspetiva nova e não um novo fenómeno. Diz que o transnacionalismo não é algo novo, que já desde à cem anos atrás era praticado pelos migrantes para os Estados Unidos da América que de lá estavam em contacto com o país de origem tanto por carta como por meio de remessas que enviavam.

Este não se define somente por atividades económicas ou políticas, podendo ser de carácter religioso, como acontece com a prática da MGF que é enraizada no país recetor e cujos praticantes, acabam também por emitir/transportar para os países de origem, a ideia negativa do país recetor em relação à prática.

O autor defende que o transnacionalismo é um fenómeno popular de base pois se refere às atividades transfronteiriças de atores de base privados nos quais se incluem os imigrantes, ou seja, existem vários tipos de atores envolvidos nesta atividade como o caso de atores governamentais e não-governamentais da sociedade civil (imigrante comum).

Contudo, afirma que nem todos os imigrantes são transnacionais, pois só uma parte deles se envolve regularmente em atividades transnacionais pois o envolvimento ocasional não pode ser equiparado a uma prática universal, ou seja, o transnacionalismo não se pode basear nas atividades de apenas uma minoria dos imigrantes.

O autor realça também que o alcance e as formas de ativismo transnacional variam com os contextos de saída e de acolhimento. Constata ainda que os imigrantes que vêm de áreas urbanas e em contextos de violência procuram uma integração rápida no país de

acolhimento e evitam o envolvimento com o país de origem, daí muitas mulheres emigrarem com as suas filhas de forma a evitar/fugir da prática da MGF.

Apesar de não ser do conhecimento geral, esta prática não é um acto comum apenas na maioria dos países africanos, mas também nas regiões do Médio Oriente e da Ásia (OMS *et al*, 2009: 6)

Segundo a antropóloga Carla Obermeyer, da Organização Mundial da Saúde (OMS) em *“The Health Consequences of Female Circumcision: Science, Advocacy, and Standards of Evidence”* (2003), as informações disponíveis sobre a MGF além de serem dispersas e largamente inconclusivas, eram interpretadas pela comunidade internacional de várias formas. Contudo, já houve mudanças nesse pressuposto, dado o aparecimento de pesquisas que dão uma visão mais clara do problema.

Numa perspectiva antropológica, o tema da MGF é um tanto quanto controverso pois os ocidentais reagem de forma indignada, adotando de imediato, medidas para erradicar a MGF (provocando assim reações negativas por parte dos praticantes), quando não conseguem entender a complexidade pela qual passam as famílias que têm que optar pela continuidade da prática tradicional ou pelo risco da mudança.

Ellen Gruenbaum em *“The Female Circumcision Controversy: An Anthropological Perspective”* (2000), afirma que as opiniões de quem está por fora são meramente simplistas e o caminho certo para ajudar na mudança é sugestão e não imposição. Por esse e vários outros motivos, antropólogos divergem nos seus pontos de vista pois uns entendem que devem fazer pela mudança desta prática e outros entendem que os críticos desta prática não passam de imperialistas culturais.

Lori Leonard em *“Hearing Alternative Tales of Female Circumcision”* (2008), levanta também alguns questionamentos e paradoxos, relativamente ao tratamento dado a práticas comuns em certas sociedades e que são repudiadas pelo ocidente. No caso da mutilação genital, este é um processo de origem cultural, religiosa e social, muitas vezes desejado pelas mulheres que são motivadas a submeter-se à operação por várias razões estranhas à compreensão das sociedades ocidentais.

Este é um ponto de vista idêntico ao de Obermeyer (2003), que afirma que embora a condenação imediata e os apelos militantes de erradicação continuem a prevalecer, vê-se agora um número maior de pontos de vista, inclusive de mulheres dos países onde a mutilação genital feminina é praticada, o que a torna uma prática ambígua, pois é tanto recriminada como defendida pelas próprias mulheres. Para muitas é um rito de passagem, algo importante para as meninas das comunidades em que é praticada, e estas acreditam nisso, e por vezes discriminam aquelas que não passaram pela mutilação.

Outra questão de destaque refere-se ao poder de escolha. Uma mulher adulta pode optar pela mutilação, sabendo da sua função cultural, social e religiosa e até das suas consequências e do risco de morte, mas uma criança não tem essa percepção. Segundo a Amnistia Internacional, enquanto uma mulher adulta é suficientemente livre para se submeter a um ritual ou tradição, uma criança não tem qualquer opinião formada e não consente, é simplesmente submetida à operação enquanto está totalmente vulnerável.

*Não é crime, não pode ser crime, porque é a nossa tradição. É um símbolo da nossa identidade, uma forma de continuarmos a saber quem somos, fora do nosso país.*⁶

A autora Saba Mahmood foi mais além em *Politics of Piety* (2005), dizendo que essas mulheres seguiam caminhos e orientações (como é o caso do uso do véu), no intuito de serem melhores pessoas nos seus pontos de vista, ou seja, procuravam alcançar a virtude. A autora acredita também que se deve olhar para culturas diferentes a partir de uma perspectiva que vá para além da resistência ou da subordinação.

Um exemplo dessa perspectiva que não implique resistência, pode ser constatado em A «Guerra» Contra MGF. Danos Colaterais (2008a) de Maria Carneira da Silva, pois segundo o jornal Público, em 2003 houve uma esperança de erradicação ou minimização

⁶ Alade Mamdu Dumbiá in *O Holocausto Silencioso das Mulheres a Quem Continuam a Extrair o Clítoris*. Sofia Branco, 2002.

desta prática uma vez que através dos esforços de ONG's, foi acordado com a Guiné-Bissau, que o país implementaria o “Fanadu Alternativo”, ou seja, seria o mesmo processo de cerimónias e rituais feitos para a emancipação das mulheres, contudo, sem haver cortes, sem haver mutilação dos genitais.

Como é de se prever, este método não teve muita aceitação e o “Fanado” tradicional perdura até aos dias de hoje.

De acordo com a autora, uma nova lei que proibia a prática da MGF, considerando-a como crime punível, esteve por várias vezes na mesa, no Parlamento guineense, não havendo consenso na sua aplicabilidade por parte da coligação no governo que na sua maioria são de etnias praticantes da MGF (Silva, 2008a).

Felizmente a 06 de Junho de 2011, a situação alterou-se por completo, tendo o Parlamento aprovado a Lei nº 14/2011⁷ que considera a MFG um crime punível.

Em *Towards Redirecting the Female Circumcision Debate: Legal, Ethical and Cultural Considerations* de Ângela Wasunna (2000), é questionada a legalidade de adotar sanções penais contra a circuncisão feminina nas nações ocidentais, enquanto se permite outras práticas semelhantes, examinando o contexto histórico e cultural da prática e, além disso, traça um paralelo entre este procedimento, a circuncisão masculina, e outras formas de cirurgia.

A posição da autora é que, embora a circuncisão feminina seja uma prática médica inaceitável a utilização do direito penal nos países ocidentais, no entanto, é hipócrita e redundante, pois a maneira mais eficaz para acabar com a circuncisão feminina na sua totalidade é através da educação agressiva e da criação de alternativas para as comunidades afetadas por essa prática.

Ainda em torno da questão da MGF, tem vindo a decorrer há já algum tempo, um debate sobre as semelhanças e diferenças entre a circuncisão feminina e masculina, e questiona-se, até que ponto a circuncisão masculina é ou não uma mutilação, uma vez que

⁷ Lei aprovada com sessenta e quatro votos a favor, três abstenções e um voto contra, num universo de cem deputados.

é também uma prática que não tem valor medicinal.

Segundo Ângela Wasunna (2000), a principal diferença entre circuncisão feminina e masculina é o grau de mutilação. A extensão da circuncisão feminina é variável, no entanto, o procedimento é geralmente mais arriscado, mais doloroso, leva mais tempo para curar, e tem maiores repercussões permanentes do que a circuncisão masculina.

As complicações imediatas da circuncisão feminina incluem hemorragia, infecção e retenção urinária, que se não tratada pode ser fatal, sendo que as complicações a longo prazo também são comuns, especialmente para as mulheres que foram infibuladas. Além disso, tem efeitos profundos sobre a sexualidade e as relações sexuais. Já a circuncisão masculina é geralmente vista como menos prejudicial, embora se defenda que também pode ter efeitos a longo prazo.

Apesar das diferenças na extensão dos seus efeitos nocivos, nem a circuncisão masculina, nem a feminina tem claros benefícios terapêuticos portanto, os médicos não devem realizar procedimentos desnecessários, mesmo quando solicitados a fazê-lo.

Ao lermos A «Guerra» Contra MGF. Danos Colaterais de Cardeira da Silva (2008a), podemos constatar que continuam a surgir várias questões em torno das cirurgias estéticas desnecessárias (como os implantes mamários, implantes nas nádegas, remoção de costelas, piercings genitais, tatuagens...) praticadas no ocidente, pois estas podem também ser consideradas como outra forma de MGF.

Em *Cultures, Rights and Religions. Small Contributions From Ethnography to Great Anthropological Challenges* (2008b), da mesma autora, entende-se que, a forma como cada cultura vê uma dada situação, tem que ver com as circunstâncias no qual ela se insere, daí entender-se/aceitar-se que possa haver outro tipo de feminismo para além do feminismo ocidental.

O chamado relativismo cultural, é um instrumento intelectual importante para a compreensão de outras sociedades distantes no tempo e no espaço ou mais contemporâneas, o que não quer dizer que um antropólogo não conheça os limites do relativismo cultural.

Limite esse, que é discutido em *Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its other* (2002) de Lila Abu-Lughod, quando a autora questiona/crítica os discursos contemporâneos sobre a defesa da igualdade, liberdade e os direitos das mulheres muçulmanas principalmente no que toca ao uso da burca e de outras formas de vedar no mundo islâmico.

Esta defende que tem que antes de tudo, é necessário entender uma série de diferenças que existe em todas as mulheres do mundo (a questão da diferença num mundo global), bem como as suas histórias e as diferentes circunstâncias em que elas se inserem, e ao invés de se tentar salva-las com imposições (como é o caso da prática da MGF), a autora recomenda que se trabalhe com elas em situações reconhecidas como sujeitas a transformações históricas.

Considera também que é responsabilidade do ocidente e dos críticos dessa prática da cultura muçulmana, tentar abordar as formas de injustiça mundial que são a sombra do mundo em que essas mulheres vivem.

Para o relativismo cultural, certamente a mutilação genital feminina seria de facto inquestionável, ficando a cabo de cada cultura dimensionar e estabelecer os seus valores e hábitos tornando-se assim um tanto escusado falar da relativização dos direitos humanos, considerando-se que, nessa extensão, estes tornam-se demasiadamente limitados, correndo um grande risco de legitimar a violência e crueldade, aquando da aceitação de certas tradições em defesa do relativismo.

Em Portugal práticas similares à mutilação genital feminina, (como piercings e tatuagens) são vistas de forma diferente/perturbadora, pois não são entendidas como sendo do foro cultural como a MGF, chegando até a ser um tema mais dramático que o uso do véu. Este (o uso do véu), que foi muito criticado nos anos 70, passou a ser visto nos anos 80 como um símbolo identitário da questão de género, uma vez que a cultura passara a ser uma forma de resistência. (Silva, 2008b: 3-4)

Como mencionado anteriormente, a circuncisão, masculina ou feminina, é comum a diversas sociedades e certamente possui um sentido social e simbólico em cada uma delas. Ela é vista como um embelezamento do corpo, associa-se às crenças e tradições religiosas, sendo considerada uma honra nos rituais de iniciação.

Embora um tanto quanto relativo, a MGF é um assunto interessante e complexo de se entender por vários motivos, sendo um deles o etnocentrismo, que é uma visão dos outros a partir dos nossos modelos, dos nossos valores, e, particularmente, o eurocentrismo, ou seja, da visão salvadora que a cultura europeia tem sobre o continente africano, de um modo geral, desde a colonização.

A controvérsia sobre a excisão e a infibulação tem envolvido grupos e indivíduos marcados pelos mais diversos interesses: a imigrante africana nos países europeus que insiste em educar as suas filhas nos padrões tradicionais, apesar da excisão ser considerada um crime no lugar onde habitam, e a que decide não seguir mais as suas tradições, poupando as suas filhas do sofrimento que conheceu antes; a jovem que gostaria de não ser submetida aos rituais dos seus pais; as feministas "ocidentais" que fundaram um movimento contra a mutilação genital feminina, e as mulheres africanas, atuantes nos organismos internacionais, que as consideram uma violação dos direitos humanos.

A lista poderia ser prolongada, mas ela sugere uma conclusão clara: a polémica envolve os mais diferentes atores, que vivem nos mais diversos contextos. O antropólogo, na melhor das hipóteses, tomará partido contra ou a favor, mas a sua voz é uma entre tantas.

Segundo as palavras de Koffi Annan, ex- Secretário-Geral das Nações Unidas, *Os direitos humanos não são estranhos a nenhuma cultura e pertencem a todas as nações; universais.*

De acordo com um dos Tratados de direitos Humanos Universais das Nações Unidas, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966 (PIDESC), todos os povos têm direito à cultura. A questão que se coloca aqui, é a seguinte: Como conjugar de forma adequada o relativismo cultural com direitos humanos e vice-versa? Até que ponto se pode permitir, que o direito à cultura e à religião, contrariem o

artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que diz que: “... *Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança*”, e o artigo 5º, que diz que: “*Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante*”.

No que toca a leis e medidas internacionais para punir esta prática, Tobe Levin salientou em *Female Genital Mutilation and Human Rights (2003)*, que apesar de muitas nações terem ratificado as convenções que estabelecem as normas internacionais em relação à circuncisão feminina, e em relação à discriminação contra as mulheres, como é o caso da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) de 1979, a falta de vontade política para aplicar essas convenções faz com que essas normas raramente se apliquem, o que o leva a questionar o fracasso na aplicabilidade das normas de direitos humanos.

Afirma ainda que existe uma enorme lacuna nesses Documentos/Declarações, pois não distinguem a violação de direitos políticos e civis de violações domésticas, como também não solucionam a questão da “Igualdade na Diferença”, levantada por Ute Gerhard (1990).

Os esforços das vítimas e das organizações, os movimentos sociais, as denúncias e o barulho têm sido verdadeiramente benéficos para esta luta (como é o caso da Guiné-Bissau que após chumbar a proposta em Parlamento durante vários anos, chegou a um consenso em Junho de 2011, sendo assim, a MGF considerada crime punível por lei).

Já as medidas de repressão direta que os Estados estabelecem de forma a impedir ou erradicar a prática nem sempre são vistas de forma positiva ou eficaz. Um exemplo dessa ineficácia, é encontrada na obra *The Female Circumcision Controversy: An Anthropological Perspective*, de Ellen Gruenbaum, na qual as mulheres quenianas contestavam a interferência dos estrangeiros no seu país, incentivando mais ainda a prática da mutilação genital como forma de protesto ou de mostrar a autonomia do seu país.

CAPÍTULO III

Discursos e Representações Sobre a Prática da Mutilação Genital Feminina na Comunidade Guineense em Portugal

Neste capítulo serão apresentadas as várias formas de representação da prática da MGF através do trabalho da ONG UMAR, dos discursos de mulheres guineenses excisadas, e através de discursos, ações, objectos e imagens obtidos nas conferências nacionais sobre a prática da MGF.

1. ONG UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta)

Neste ponto, proponho-me apresentar a ONG UMAR com a qual trabalhei durante esta pesquisa, destacando as suas atividades relacionadas com a prática da MGF. O facto de ser uma organização onde existe associativismo no feminino, torna-a de grande relevância para esta pesquisa, uma vez que informa, divulga e alerta sobre o problema da MGF e as suas consequências tanto para as vítimas como para os que a levam a cabo.

A UMAR é uma associação que foi criada a 12 de Setembro de 1976 por um grupo de mulheres e cujo objetivo é lutar pelos direitos das mulheres e despertar a consciência feminista na sociedade portuguesa⁸.

Segundo Catarina Moreira⁹ membro da direção da UMAR esta nasceu com o 25 de Abril de 1974 e da necessidade de criarem uma associação que lutasse pelos direitos das mulheres, naquele novo contexto político:

As reivindicações da altura eram a questão da habitação e da educação, foram as grandes bandeiras na altura, da UMAR. Depois passou para a questão do aborto, da violência doméstica. (CM)

Desde a sua criação, a UMAR conseguiu unir várias gerações de mulheres, abrir espaços de intervenção para as mais jovens e atualizar a sua intervenção com uma Agenda Feminista de novas e velhas causas, como seja o direito à contraceção, a paridade nos

⁸ Consultado em: <http://www.umarfeminismos.org/index.php/quemsomos>

⁹ Portuguesa, 33 anos, vive em união de facto, formada em Sociologia, Mestre em Estudos Sobre as Mulheres e a frequentar o 1º ano do Curso de Doutoramento em Sociologia. Entrou na UMAR em 2004 como voluntária, em 2005 tornou-se membro da direção até à atualidade.

órgãos de decisão política, o assédio sexual, a igualdade e diversidade, tráfico de seres humanos, entre várias outras.

Alexandra Alves¹⁰, voluntária da UMAR á dois anos, trabalha nos “Roteiros Feministas da Cidade de Lisboa” e maioritariamente na agenda cultural do Centro. Os “Roteiros” consistem na elaboração de um guia para dar visibilidade às mulheres no espaço público de Lisboa, ou seja, é um roteiro que procura mostrar locais importantes da cidade para as mulheres, ou locais importantes na sua história.

Com base em quatro destes roteiros foi já editado um livro, estando agora a entrevistada a trabalhar num segundo grupo de roteiros. Esta desenvolve também um projeto que visa transformar os roteiros em passeios/itinerários, onde se fale tanto de mulheres comuns como de mulheres escritoras, políticas, feministas, etc., que tenham dado um contributo importante para a sociedade. Nos roteiros fala-se também da história de edifícios como é o caso da sede da PIDE, onde se retrata a forma como as mulheres lá eram tratadas quando detidas

Embora ao longo da sua vida sempre tenha mantido o mesmo logótipo e a mesma sigla, a UMAR começou por ser “União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias” até 1989, passando depois para “Movimento para a Emancipação Social das Mulheres Portuguesas” e finalmente, já na segunda metade da década de 90, passou a ter a designação que atualmente assume: “União de Mulheres Alternativa e Resposta”.



1.1. A UMAR e a Mutilação Genital Feminina

Pela primeira vez em 2002, foi promovido pela UMAR uma sessão sobre s MGF na Casa Amarela do Parlamento de São Bento. No evento esteve presente uma ativista que veio da Guiné-Bissau e uma associada da UMAR, Paula da Costa, que falaram sobre um

¹⁰ Portuguesa, 42 anos de idade, formada em Organização e Gestão de Empresas, a tirar o Curso de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres.

projeto que estava a ser desenvolvido na Guiné-Bissau, o do “Fanado Alternativo”.

Catarina Moreira, já mencionada no ponto anterior, esclarece que:

O interesse da UMAR nessa altura e até agora, era inscrever a mutilação genital feminina como um atentado aos direitos humanos das mulheres e das meninas, e é nessa linha, que acaba por ser uma linha orientadora da UMAR e dos estatutos que é a promoção dos direitos humanos. (CM)

A UMAR encontra-se envolvida em vários projetos como é caso do projeto “Corta a Rede” que é um projeto de sensibilização contra o tráfico de seres humanos. Contudo, relativamente à MGF, Catarina Moreira declara que:

A UMAR nunca teve projetos por falta de financiamento e tudo o que tem sido feito é a nível de voluntariado/ativismo por parte das associadas. (CM)

Contudo, encontra-se envolvida no I e no II “Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Feminina” (que consistem na propagação de folhetos, como instrumento informativo sobre a MGF) que se destina a mulheres, raparigas, meninas e famílias em risco de MGF ou que já tenham sido sujeitas a esta prática, bem como às comunidades onde a MGF existe, a profissionais com intervenção direta em áreas como a saúde, educação, serviços sociais, justiça e cooperação para o desenvolvimento, bem como aos órgãos do poder local e às lideranças religiosas e comunitárias.

A ONG também trabalha com escolas e por vezes é convidada para sessões de sensibilização contra a mutilação. Faz também sessões com mulheres emigrantes do concelho de Almada e com mulheres que se encontram em casas de abrigo.

Catarina diz que:

Não existem sessões pontuais sobre a mutilação. Há sessões temáticas que falam dos direitos humanos e da questão da igualdade de género e aí insere-se o tema da mutilação genital. (CM)

Ou seja, sempre que têm reuniões com entidades, ou que vão a sessões nas escolas, levam sempre material relacionado com a MGF, como folhetos e os cartazes. Explica que:

“Apesar de não haver um projeto sobre a MGF, sempre que possível tentamos inserir a temática”. (CM)

A título pessoal, Catarina teve o primeiro contacto com a MGF em 2001 quando estudava sociologia. Diz não ter conhecimento da prática no país e nem ter tido contacto direto com uma mulher excisada. Ao contrário desta, Alexandra Alves, teve um primeiro contacto com o tema muito mais tarde e através de viagens.

Alexandra já tinha ouvido falar da MGF, contudo, quando esteve no Senegal em 2006, no âmbito de um voluntariado informal numa organização, e após conversar com algumas mulheres de origem francesa que lá tinham nascido, é que se apercebeu da realidade do tema como sendo um problema, pois anteriormente entendia que era algo que fazia parte das diferenças culturais entre os povos. Relata:

Estas mulheres eram contra a prática, conheciam pessoas mutiladas genitalmente, e diziam que não era fácil lidar com o tema ou erradicá-lo uma vez que não pertenciam à etnia dos praticantes e das vítimas, sendo sempre vistas como estrangeira. (AA)

A partir daí, Alexandra passou a ler alguma informação e aprofundou-se no tema, concluindo que se tratava de uma questão de direito humanos.

Conhece de vista algumas vítimas da prática da MGF uma vez que esteve em países como o Senegal e a Guiné-Bissau (onde a prática é ativa), mas nunca teve contacto direto, ou seja, nunca conversou pessoalmente com nenhuma delas nesses países e nem em Portugal, tal como Catarina Moreira.

Quanto ao conhecimento da prática no país, Alexandra disse não saber da sua prevalência. Contudo, ao participar num seminário de Mulheres e Direitos Humanos do Curso de Estudos Sobre as Mulheres, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a jornalista Sofia Branco, no mês de Abril de 2011, acabou por ficar mais convencida da sua prevalência no país.

Não tenho conhecimento da prática no país, somente ouvi de terceiros, podendo fazer parte de um estereótipo das pessoas que associam a prática aos guineenses, daí dizerem que se pratica nas suas comunidades. (AA)

Numa formação sobre a MGF organizada pela UMAR a 11 de Fevereiro de 2012, sob a orientação da psicóloga Yasmin Gonçalves da APF (Associação para o Planeamento da Família) com uma duração de 8 horas, ao saber através de um dos enfermeiros presentes de um caso recente de uma mulher infibulada, que deu entrada na Maternidade Alfredo da Costa para dar à luz, e tendo ela saído do hospital sem a identificarem, Alexandra tentou fazer uma denúncia. Ligou para a jornalista Sofia Branco denunciando o caso, falou também com a Yasmin Gonçalves da APF (Associação para o Planeamento de Família) perguntando sobre os mecanismos existentes para que pudesse direccionar a sua denúncia.

Ligou também para a CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), acabando por desistir da denúncia uma vez que implicava identificar os informantes da ocorrência e várias outras informações a que não tinha acesso.

Tal como Catarina, Alexandra também participou em atividades da UMAR (por vezes em parceria com outras ONG's) relacionadas com a MGF, como Tertúlias, Formações, Mesas Redondas e Conferências.

Esta última afirma também que os indivíduos envolvidos (estudantes, organizações, profissionais da saúde, especialistas, etc.) não mostravam muito conhecimento sobre a causa, sendo que a maioria ouvia falar do tema pela primeira vez. A mesma já se deparou mesmo com pessoas que pensavam que a prática seria da total responsabilidade das mulheres praticantes, por ser considerada uma prática feminina, não fazendo estabelecendo ligação com o envolvimento masculino.

Diz também não ter conhecido ninguém que se mostrasse a favor da prática, subsistindo apenas dúvidas em relação ao direito cultural, no sentido de a MGF ser uma prática culturalmente enformada.

Alexandra declara ser completamente contra a prática da MGF dizendo que:

Acredito que atenta contra os direitos da pessoa humana e não é prática por razões culturais como muitos pensam. Tenho esperança que a prática seja erradicada, pois esta caíra em desuso com o passar do tempo, e os Estados onde não exista legislação contra prática, devem ser pressionados pelos organismos internacionais. (AA)

Por sua vez, Catarina tem a mesma posição que Alexandra, sendo contra a prática da MGF e espera que esta seja erradicada a nível mundial. Relembra uma situação de violação de direitos humanos em Portugal, como modo de evidenciar a existência de violações de direitos humanos das mulheres nas suas várias formas e em todo o mundo.

Em Portugal antes do 25 de Abril o marido que matasse a mulher por ela cometer adultério ou haver a possibilidade de o cometer, também não lhe acontecia nada, não era preso porque estava a defender a sua honra. Isto não foi à muito tempo e passava-se aqui. Portanto nós aqui em Portugal também tivemos e temos ainda verdadeiros atentados contra os direitos humanos das mulheres. (CM)

1.2. I e II Programas de Ação para a Eliminação da Mutilação Feminina

Maria Viegas¹¹, Secretária de mesa da Assembleia Geral da Umar, participou no “I Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina” no âmbito do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010), que surgiu em 2009 e no “II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina” no âmbito do IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013) em vigor desde 2011.

Segundo a mesma, a Europa, durante muitos anos não tinha levado em consideração as consequências do movimento migratório, sendo que este transportava o positivo e o negativo das culturas. No entanto na União Europeia (UE) e principalmente em Portugal, começou-se a falar e a tentar perceber o que acontecia nos países emissores de emigrantes, e depois a estudar uma solução que pudesse minimizar ou contornar alguns dos fatores negativos trazidos pelos imigrantes. Diz a entrevistada:

Eu como tenho sessenta e tal anos, ainda tenho reminiscências de quando nós tínhamos uma mentalidade muito diferente, hoje para nós é claro que as culturas vêm-se à luz dos direitos humanos e tudo o que é contra os direitos humanos não é cultura, são questões atávicas que nós, e muito concretamente, as mulheres, têm que lutar para acabar e aboli-las.

Contudo, isto à trinta ou quarenta anos atrás não era assim, e eu ainda tenho alguns resquícios de fazer debates para tentar defender que os direitos das mulheres e o direito à integridade física são um dos direitos humanos que não podemos deixar que sejam violados. Isto tudo para lhe dizer que fiquei muito satisfeita quando soube que estava a ser concretizado um plano para a erradicação da MGF em Portugal. (MV)

¹¹ 62 anos, portuguesa, casada, formada em Sociologia. Trabalha voluntariamente na UMAR sem um vínculo contratual.

Os dois Planos de Ação são na íntegra muito semelhantes. Uma das suas poucas diferenças é que o I Plano foi um trabalho pioneiro sobre o tema, tendo havido uma aposta na questão da Prevenção, da Sensibilização e da Cooperação.

Já o II Plano foi inserido num plano mais alargado, tendo maior enfoque na questão da justiça, de forma que se entenda que a prática é considerada crime punível por lei, mesmo quando realizada (sob um cidadão português) fora do território nacional. Ao contrário do I Plano, no II Plano está também envolvida a Escola Superior de Polícia Judiciária. Catarina Moreira explica que:

Os programas têm estratégias e cada estratégia tem incluída uma série de atividades/ações. Para cada ação, existem entidades governamentais ou não-governamentais que têm a responsabilidade de a dinamizar. (CM)

Embora não tenha avançado o quanto deveria (observação de Maria Viegas), o I plano de Ação foi muito positivo pois aquando do seu lançamento em 2008, foi feita uma cerimónia formal no Palácio da Independência, na casa dos Espelhos, onde se encontravam vários responsáveis políticos de vários Ministérios, sendo Maria Viegas, representante do Ministério do Trabalho.

Um dos aspetos negativos do Plano, foi que apesar de ter havido uma vontade política para a sua elaboração, quem estava a trabalhar no Plano, os organismos e seus representantes (que eram os responsáveis dos serviços centrais dos vários organismos) estavam muito longe da realidade das comunidades migrantes, concretamente da comunidade guineense.

Por outro lado, sendo esta é uma temática complexa, foi muito difícil inserir representantes das comunidades no grupo de trabalho. Maria justifica que:

Foi difícil trazer as comunidades por razões mínimas como a incompatibilidade de horários, pois os representantes dos Planos bem como os líderes das comunidades,

trabalhavam durante o dia sendo que os primeiros não estariam disponíveis para marcar reuniões com os líderes das comunidades durante a noite ou no fim-de-semana.

O único representante da Organização guineense “Uallado Folai” era sempre um homem, um senhor muito simpático com quem tinham ótimas relações, mas que não representava em termos de grupo social, a esmagadora maioria das mulheres e dos homens dos bairros. (MV)

Deste modo, pediu a um amigo guineense, jornalista, poeta e por vezes correspondente da BBC¹² (British Broadcasting Corporation) quando há conflitos na Guiné-Bissau, que lhe fizesse um apanhado de todas as associações de imigrantes guineenses em Portugal, pois muitas não estavam na plataforma do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) de forma a controlarem a situação da melhor forma possível, havendo maior parceria.

Hoje em dia ninguém faz nada sozinho. Aprender a trabalhar em parceria e estar mais centrado naquilo que nos une do que naquilo que nos desune é um princípio que sempre tentei seguir na minha vida profissional, e tentava sempre pôr isso em prática, à medida que a maturidade dava mais responsabilidades. (MV)

Outra das justificações de Maria para o fracasso do Plano, é que por mais vontade e esforço que pudesse haver, nem sempre foi fácil trabalhar em parceria nos grupos de trabalho quando nestes se encontram pessoas do aparelho de Estado, de ONG's e etc., pois nem sempre é possível uma boa comunicação, dificultando assim, o avanço/progresso/sucesso do trabalho.

Apesar de não se ter feito muito em termos práticos, o I Plano, deu uma série de ferramentas/instrumentos importantes para que profissionais, enfermagem, pessoal médico, serviços sociais, etc., soubessem o possível sobre a MGF.

¹² "Corporação Britânica de Radiodifusão", mais conhecida por **BBC**, é uma emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido fundada em 1922 que possui uma boa reputação nacional e internacional.

Para a sua divulgação foi feito um folheto que continha informações básicas sobre a MGF e distribuído por todos os centros de formação profissional onde havia comunidades migrantes, sobretudo da Guiné-Bissau, para sensibilizar os formadores de modo a estarem atentos e preparados para quando estivessem perante comunidades estrangeiras, podendo assim discutir o tema da igualdade de género.

Ficou também acordado que todos os organismos deveriam incorporar o Plano no seu site de internet, o que infelizmente não aconteceu por ser considerado um tema um tanto ou quanto agressivo para alguns, como é o caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, acabando por ficar principalmente na APF, no ACIDI e na UMAR.

Houve também algumas notícias na comunicação social, uma vez que o tema foi discutido em algumas reuniões da APF com a CPLP, em seminários com cobertura jornalística em que se convidavam responsáveis políticos.

De salientar que, na sequência deste plano (o I Plano) resultou um Manual de Formação para os profissionais de saúde, denominado, “Orientações da Direção-Geral da Saúde”, editado pelo Ministério da Saúde a 2 de Fevereiro de 2012.

Este documento foi estudado e avaliado por profissionais de saúde, estudantes, ativistas, entre outros, na Formação da UMAR sobre a MGF, “Oficina de Trabalho: Corte dos Genitais Femininos- Direitos Humanos e Saúde”, já mencionada anteriormente.

1.3. A Comunicação Social e a MGF

Numa Tertúlia denominada Humanizarte, organizada pela UMAR em Dezembro de 2011, onde participaram vários artistas que utilizam a arte para divulgar os direitos humanos em todos os seus aspetos, conheci a Vilma Vieira¹³, uma jornalista, cantora e

¹³ Vilma Vieira, 34 anos de idade, solteira, um filho, com nacionalidade portuguesa e Cabo-verdiana. Trabalha na área da comunicação social á onze anos e é ex-Jornalista da RDP África¹³, cantora e ativista em prol dos direitos humanos, mais precisamente pela erradicação da prática da MGF.

ativista, que através do seu trabalho como jornalista da RDP África¹⁴, iniciou um programa onde se debatia o tema da MGF, e através do seu trabalho como cantora e ativista, compôs uma música que fala sobre a MGF.

Vilma sempre foi defensora dos direitos humanos e começou a interessar-se mais pela questão da MGF quando trabalhava na RDP África.

Depois de ouvir o testemunho de uma obstetra da maternidade Alfredo da Costa, Vilma relata:

Fiquei extremamente chocada. Sabia que a mutilação era uma coisa má, mas quando sabemos que elas estão rasgadas e que a criança não passa dali, que vão à casa-de-banho e é um sofrimento enorme e demoram uma hora a fazer chichi, uma coisa que se faz em segundos. Isso depois começa a mexer e eu disse: não! O mundo tem que saber disto e não me basta a argumentação de que não é aqui que fazem, que é lá pra longe. Lá pra longe, são humanos, são nossos seres, são nossos irmãos! (VV)

Deste modo, Vilma entendeu que tinha que fazer alguma coisa em relação à MGF e que estava no melhor sítio para isso, na comunicação social.

No âmbito de um programa sobre crianças, denominado o Berço da vida¹⁵, a jornalista resolveu realizar um programa dedicado à MGF que abriu caminho para um espaço de sensibilização para o tema. O programa promoveu um grande debate no dia 6 de Fevereiro (dia internacional de tolerância zero à MGF) que teve a duração de duas horas, com vários intervenientes na área, de Portugal e da Guiné-Bissau, como é o caso da ativista Fatumata D'jau Baldé.

¹⁴ A RDP-África é uma estação de rádio portuguesa da rede RTP – Rádio e Televisão de Portugal –, criada em 1994, com uma programação baseada na música, na informação, na cultura e no desporto.

¹⁵ Programa semanal, que teve início em 2008, terminando em 2011. Decorria aos sábados e tinha uma duração que variava entre os quinze e os vinte minutos.

Segundo Vilma, o primeiro objetivo do programa era fazer com que a MGF deixasse de ser tabu e que passasse a ser abordado de forma fácil como qualquer outro assunto, sobretudo para os profissionais da comunicação social que também tinham alguma relutância em abordar o tema. Neste caso, o objetivo foi claramente atingido tendo resultados positivos.

Excederam-se os limites todos porque a campanha praticamente voou. Tivemos impacto na Guiné-Bissau pela importância da rádio RDP África lá, pois é uma rádio que faz imensa diferença em todas as áreas, mesmo em situações de instabilidade tem um papel muito importante. Teve um grande impacto sobretudo na tomada de posição de finalmente promulgarem uma lei que à muitos anos estava na Assembleia e que os próprios guineenses e muitos ativistas não acreditavam que passasse. (VV)

Infelizmente a campanha sobre a MGF terminou com a sua saída da RDP (também porque a Guiné-Bissau já tinha adotado a lei que condenava a MGF), o que não foi do agrado da jornalista pois entendia que, agora sim, deveria haver maior sensibilização por parte da comunicação social. Alerta que:

Há vários ativistas a fazerem o seu trabalho e eu queria era despertar a comunicação social. Isto existe, vejam lá se começam a falar nisso, é pela proteção das crianças, isto é uma realidade e pode ser ali no apartamento ao lado, vejam lá se começam a falar. (VV)

Embora já não esteja a trabalhar na RDP África, Vilma continuará o trabalho relacionado com a MGF, defendendo que:

É um projeto que enquanto eu existir, enquanto eu for pessoa, vai continuar. Não é apenas um trabalho que tem que se apresentar, é mesmo uma causa e como o final da causa é acabar com a MGF, portanto enquanto ela existir, vai durar. (VV)

A RDP África foi o início porque depois a campanha entrou na fase da música “ It’s My Body” composta pela mesma (em Julho de 2011) e o vídeo associado (em Outubro de 2011)¹⁶. Estes foram uma desculpa, uma estratégia para que a comunicação social falasse do assunto pois teria que haver encontros ou qualquer coisa para que se pegasse e desenvolvesse o assunto.

Assim sendo a Jornalista fez a música e o vídeo, pediu apoios às organizações mais ativas na área, o que ajudou bastante para que se fosse a vários órgãos da comunicação social. Infelizmente ainda não conseguiu ir a órgãos de comunicação social televisivos generalistas e de grande audiência como a RTP 1, a SIC ou a TVI, porque as coisas surgiram muito rapidamente. Vilma lamenta a falta de apoios e explica que:

Foi uma música que foi feita para ser adotada oficialmente pela Amnistia Internacional, pela ONU, pelo governo português ou pelos governos dos próprios países onde é prática a MGF, e aquilo que aconteceu é que as organizações diziam que sim, que apoiavam, mas não faziam aquilo que era necessário, que era agarrarem no tema e divulga-lo. (VV)

Deste a modo a jornalista e cantora resolveu fazer algo por si mesma, divulgando a música como podia, pela internet e na Tertúlia Humanizarte organizada pela UMAR.

Não é possível ouvi-la nas rádios portuguesas porque, segundo Vilma:

Tem que se entrar mais uma vez nas estratégias deles. Por isso é que o apoio do governo português era muito importante. Dizia, vocês têm que passar e acabou! (VV)

¹⁶ Disponível no url: <http://www.youtube.com/watch?v=l3Zj-10IqTI> consultado em 20 de Julho de 2012.

A jornalista relata ainda algumas situações na qual pediu apoio à Rádio Antena 3 que se recusou a passar a música por o tema não lhes interessar e pelo facto da cantora não ser conhecida em Portugal: *Eu não era ninguém portanto, porque haveriam de pôr a música?* (VV)

Como compensação enviaram a música para uma rede de mulheres na internet, o que para Vilma não mudaria nada uma vez que a música seria ouvida por mulheres que concordam com ela, não havendo assim, sensibilização nenhuma para fora.

Quando solicitou uma entrevista ao ACIDI para o programa da RDP África, também houve alguma resistência tendo-lhe sido justificado que não se queriam intrometer num assunto cultural.

Pediu também apoio à CPLP para que passassem o vídeo da sua música na televisão, e o próprio Secretário Executivo guineense confirmou a existência de um protocolo entre os países, no qual os temas são passados. O Secretário Executivo mostrou interesse pelo projeto, ficando acordado que Vilma só tinha que aguardar pelo telefonema do seu assessor para que acordassem os procedimentos necessários. Telefonema esse, que nunca chegou a receber. Indignada, diz que:

É preciso mesmo haver abertura por parte dessas entidades. Basta que se coloque uma pessoa de referência na televisão. Tenho certeza de que se o Cristiano Ronaldo disser na televisão: Eu sou contra a mutilação genital feminina! Nem se precisava de fazer mais nada. Basta que ele e outras pessoas entrem numa causa e digam: Eu apoio. (VV)

Quando Vilma começou a trabalhar em prol da erradicação da MGF as pessoas diziam que a prática não acabaria neste século, contudo, Vilma nunca acreditou nisso e quando viu as coisas a desenvolverem-se, desde o início do programa na RDP África e depois na televisão e as várias entrevistas, aí sim, constatou que as coisas estavam num caminho, acreditando mais ainda na erradicação da MGF.

Apesar de tudo, está muito satisfeita com o que tem feito até agora. O seu trabalho serviu para passar a mensagem pois a música tem proporções gigantescas, sendo ouvida nos quatro cantos do mundo, através da internet (mais precisamente, através do Youtube).

Como a MGF é uma prática mundial, a música foi cantada em inglês (sendo esta uma língua falada em várias partes do mundo) para que a mensagem chegasse todos.

Queria que fosse uma mensagem que chegasse a todo o mundo ao mesmo tempo. Mesmo que algumas pessoas não entendam o inglês, cria-se uma energia. (VV)

1.4. Pedidos de Asilo em Portugal com Base na MGF

Através do jornal Diário de Notícias de 14 de Julho de 2012¹⁷, podemos conhecer o relato de dois casos de pedido de asilo em Portugal com base na prática da MGF.

*Aminata*¹⁸ foi mutilada genitalmente quando tinha cinco anos, mas não se esqueceu. Por não querer que a filha de dois anos e três meses passe pelo mesmo, abandonou o Senegal e pediu asilo a Portugal. Espera ainda uma resposta definitiva.

Diz que é difícil recordar o que aconteceu naquele dia em que se levantou de madrugada e a levaram para muito longe:

Eu não sabia ao que ia e a minha mãe também não. Foi a irmã do meu pai. Ela tem muito poder. É ela que decide sobre as crianças. No Senegal, são as mulheres velhas que o fazem. Dizem que é para, no futuro, não termos relações sexuais antecipadas, com um

¹⁷ Texto de Sofia Branco, jornalista da agência Lusa., pp 4,5 e 6.

Notícia disponível online no url: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/mgf/imprensa/DN%20-%20Mutilaram-nas%20e%20elas%20fugiram%20para%20Portugal%20-%202014-07-2012.pdf> Consultado a 30 de Julho de 2012.

¹⁸ Aminata (nome fictício). Tem 28 anos e nasceu em Kinshasa, quando o país ainda se chamava Zaire, embora tenha nacionalidade Senegalesa.

homem que não seja nosso marido.

Levaram-me para uma pequena casa, um pequeno quarto. No chão, havia um buraco. Abriram-me as pernas. Cortaram-me o orifício. Muito sangue. Não havia nada para limpar, nem desinfetante. Só um pequeno lençol. Pus aqui (aponta para o meio das pernas) e depois fui para casa. (DN, 14/07/2012)

Casou-se em 2006 e não conseguiu engravidar até 2010. Perdeu o primeiro bebé aos três meses e o segundo morreu na barriga, aos oito meses. Aminata diz que ainda hoje tem dores quando faz chichi e tem sempre problemas com a menstruação.

O seu pai queria submeter a neta ao ritual mas a mesma não o permitiu. Disse que fez queixa, mas a polícia não fez nada. Afirmou que tinha medo pois não podia deixar a pequenina sozinha em casa. Não sabia se a iriam buscar e levar para uma aldeia.

Resolveu sair do país e disse que:

Foi muito difícil. Era o primeiro bebé, tinha só seis meses, eu não sabia nada sobre crianças. Era a primeira vez na Europa, eu não sabia como funcionava. (DN, 14/07/2012)

Após 18 meses sem ver a mulher e a filha, o marido conseguiu visto para Portugal e juntou-se à família. Vivem agora em casa própria, mas dependem da ajuda da Santa Casa da Misericórdia para quase tudo: renda, alimentação, transportes, infantário.

Chegadas a Lisboa, Aminata e a filha foram diretas para França, onde têm família. Mas cabe ao país que concede o visto avaliar o pedido de asilo.

O Senegal maltratou-me. Sei que não se deve pensar isso da nossa terra, mas nunca mais quero voltar. Se não conseguir visto para ficar aqui, tentarei outro país. Mas não volto. Não vou permitir que o façam à minha pequenina. (DN, 14/07/2012)

Kadie¹⁹ tem uma cicatriz recente entre as pernas. Fugiu da Serra Leoa após ter sido mutilada, pediu asilo a Portugal e tem estatuto de refugiada desde Abril, mas continua a chorar muito quando se olha ao espelho.

¹⁹ Kadie (nome fictício), 24 anos, nasceu na Serra Leoa, na capital que tem liberdade no nome: Freetown. No seu país de origem, a mutilação genital feminina é um ritual enraizado, que afeta mais de 90 por cento das mulheres. Foi mutilada recentemente, aos 24 anos.

Esta ainda só diz umas palavras em português, mas o seu inglês é claro quando afirma que voltar à terra natal está fora de questão. Conseguiu escapar às três mulheres que lhe agarraram braços e pernas e se sentaram sobre o seu peito enquanto lhe cortavam o clítoris.

Fugi do meu país porque queriam cortar-me, e cortaram. Mas não acabaram, porque consegui fugir. Capturaram-me. Levaram-me para a floresta. Usaram uma faca pequena, do tamanho do meu dedo indicador. Era muito afiada. Lutei tanto que não conseguiram acabar.

Fugi para Freetown, onde me dirigi a uma farmácia. Sangrava por todo o lado. Só chorava. O médico ajudou-me com medicamentos e o sangue parou, mas sentia muita dor. Demasiada. Não conseguia andar, pensei que ia morrer. Ainda sinto dores, às vezes. (DN, 14/07/2012)

Kadie vive com medo e diz que não quer voltar nunca mais ao seu país. Ninguém sabe que está em Portugal e não quer que saibam pois tem medo. Diz que aquelas pessoas são o demónio e podem vir atrás de dela para acabarem o que estavam a fazer.

Está grávida de quatro meses. Apesar de o pai da criança ter emigrado e só telefonar de vez em quando, não quis abortar porque pensava que, depois do que lhe fizeram, não teria mais filhos. Disse que acha que foi um “presente de Deus”. Deixou uma filha na Serra Leoa, com uma tia, e a Cruz Vermelha está a tentar localizá-la.

Conhecia Portugal apenas da televisão e parecia bonito. Disse que quer ficar e criar a família no país continuando com o acompanhamento psicológico.

Não é fácil esquecer uma coisa destas. Quando vou à casa de banho e tomo um chuveiro, olho-me ao espelho e choro muito. (DN, 14/07/2012)

Uma foi mutilada aos cinco anos, outra já adulta. Aminata e Kadie abandonaram o Senegal e a Serra Leoa, em fuga a uma prática que lhes causou danos para sempre e encontraram proteção em Portugal.

À vez, no multiétnico Centro de Acolhimento para Refugiados do CPR, na Bobadela, no concelho de Loures (que foi a primeira casa de ambas em Portugal), Kadie e Aminata partilham com a Lusa os seus dolorosos relatos.

Kadie estava agitada e falava num inglês nem sempre perceptível à primeira. Acentuava as palavras “captura”, “sofrimento”, “fuga”, “dor”.

A 5 de abril de 2012, recebeu de Portugal proteção subsidiária, um dos estatutos que decorrem da lei do asilo e que consiste em autorização de residência por razões humanitárias, válida por dois anos e renovável por igual período.

Aminata está mais serena, foi sujeita à prática há já muito tempo, tinha apenas cinco anos. Abandonou o Senegal em setembro de 2010 para impedir que excisassem a sua filha de dois anos e três meses e garante que tudo fará para evitar que ela seja submetida a um ritual que lhe deixou marcas para sempre. Tentou ir para França primeiro, onde tem família, mas, ao abrigo do Acordo de Dublin, cabe ao país que concede o visto (Portugal) avaliar o pedido de asilo. Já acumula dois carimbos provisórios, aguarda ainda uma resposta definitiva.

Mónica Farinha, coordenadora jurídica do CPR (Conselho Português para os Refugiados), confirmou que a mutilação genital foi “o fundamento exclusivo e principal” dos pedidos de asilo das duas mulheres a Portugal.

O CPR acompanha juridicamente cerca de 90% dos requerentes de asilo em Portugal e, de acordo com as contas desta organização não-governamental para o desenvolvimento, Kadie é a primeira mulher a obter proteção subsidiária, tendo apresentado a mutilação genital como fundamento para o pedido de asilo.

Contactado pela Lusa, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) escusou-se a confirmar essa possibilidade, dizendo apenas que, tendo por referência os últimos dez anos, Portugal rececionou, em média, um a dois pedidos de asilo por ano baseados na mutilação genital feminina.

Questionado sobre o número daqueles casos aos quais Portugal já deu resposta positiva, o SEF, que centraliza a informação sobre os pedidos de asilo, referiu que:

Regra geral, é concedido o estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária nos pedidos de asilo apresentados com este fundamento. (DN, 14/07/2012)

A Serra Leoa tem das taxas mais altas de incidência de mutilação genital: 94%, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. Não há nenhuma lei que proíba a prática e a oposição ao ritual resulta, normalmente, em perda de votos.

No Senegal, há uma lei que proíbe a mutilação genital (28,2% de incidência), mas isso não impede que certas etnias mantenham a prática, pertencendo Aminata a uma delas.

Estes foram alguns dos pedidos de asilo, fundamentados na mutilação genital feminina apresentado em Portugal, sendo que o primeiro pedido partiu da queniana Susan (nome fictício), em Junho de 2002, que após uma série de recursos, foi rejeitado.

Segundo a Jornalista Sofia Branco²⁰, o pedido foi rejeitado fundamentalmente devido à idade da vítima, esta encontrava-se numa faixa etária avançada pois tinha cerca de quarenta/quarenta e dois anos. Tendo o país pouca informação sobre o assunto, entendeu-se que o pedido de asilo baseado na MGF era infundável, uma vez que a MGF era praticada sobretudo, em crianças e jovens meninas.

Contudo, após grande esforço de investigação por parte da jornalista, esta acabou por concluir que se tratava de um caso de “herança”, ou seja, a senhora que pedira asilo tinha ficado viúva, tendo “ficado” para o seu cunhado como parte da herança deixada pelo seu irmão pois na maioria dos países africanos a mulher quando se casa passa a pertencer ao marido, é um bem, um dado adquirido, podendo o marido fazer dele o que bem entender.

Como sendo herança, esta era obrigada a casar-se com o cunhado que a obrigou a ser mutilada genitalmente, daí a fuga e o pedido de asilo que infelizmente foi recusado.

²⁰ Num Seminário de Mulheres e Direitos Humanos do Curso de Mestrado de Estudos Sobre as Mulheres na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no segundo semestre do ano letivo 2011/2012. Abril de 2012.

2. Discursos Sobre a Prática da MGF na Comunidade Guineense em Portugal

Neste ponto será discutida a questão da prática da MGF, através da utilização de testemunhos pessoais de mulheres guineenses imigrantes, que foram submetidas à prática da MGF.

A prática da MGF é um tema que tem tomado proporções gigantescas dado a tentativa de combate tanto a nível nacional (nos países onde é proibida) como internacional. O grupo internacional de combate a esta prática (OMS e os restantes organismos da Nações Unidas que assinaram a Declaração Conjunta) enumera complicações graves para a saúde física e psicológica das mulheres, existindo vários riscos, inclusive o de morte e o da transmissão da SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) uma vez que consta que a ação é levada a cabo com instrumentos cortantes não esterilizados, como facas, lâminas ou vidros partidos, sem condições higiénicas e sendo as pernas das mesmas atadas durante semanas até que se curem (Williams, Sobieszczyk, 1997: 967), sem acompanhamento médico.

Tendo ouvido discursos oponentes e a favor da prática, pude constatar que alguns corroboram parte das afirmações anteriores pois nenhuma das senhoras teve acompanhamento médico aquando da excisão/mutilação, tendo sido na maioria, utilizada uma faca, com exceção de Arcângela Baldé²¹ que foi mutilada na Guiné-Bissau aos 10 anos com uma lâmina. Arcângela era órfã de mãe (que não era a favor da MGF) e vivia, na altura, com o pai, as irmãs e a madrasta. Narra parte da sua história, de forma exaltada, dizendo que:

Eu não queria ir e o meu pai também não estava de acordo, ele disse que nunca íamos, eu e as minhas irmãs. O meu pai disse que não estava de acordo para que fossemos

²¹ Arcângela Baldé, 35 anos, solteira, dois filhos (uma menina de 12 anos e um menino de 8 meses), muçulmana da etnia Mandinga, imigrante, residente em Portugal desde 2004.

ao fanado. Foi a minha madrasta, ela é Fula, é Futá-Fula, é daquelas religiões que fazem mesmo fanado, deixou o meu pai viajar e levou-nos. Fomos acordadas a meio da noite com um pano na cara, levaram-nos para um sítio escuro. Só sentes que estás deitada, abrem-te a perna e sentes a cortar. Logo começa-se a gritar de tanta dor. Isso é crime mesmo, é crime! (AB)

Depois de ser submetida à prática juntamente com as suas três irmãs, levadas pela madrasta à força, durante a ausência do pai, Arcângela diz ter ficado três meses em sofrimento, sem ir ao médico, pois a madrasta tinha medo de a levar, preferindo que ela ali ficasse, apanhando alguma infeção, contraindo alguma doença e até que morresse, se fosse o caso. Mas ir ao hospital estava fora de questão, afirma:

... Ela tinha medo de ir hospital e nós também. Foi só com curas tradicionais, palhas, e ervas. Tive hemorragias, anemia, febre, tosse e quando fazia chichi ardia e doía porque a ferida estava aberta e não curava. Podia ficar infetada e morrer, tive muita sorte mesmo. As minhas irmãs ficaram boas mais rápido do que eu, mas eu passei tanta dor, tanta dor, eh pá... pensei que ia morrer. Tive uma grande sorte. Lembro-me da mulher que nos fez fanado, ela vinha com aquelas ervas verdes e punha na ferida aí doía mais, era uma dor pior do que qualquer dor. (AB)

Quando o pai regressou e ficou a saber do ocorrido, apanhou um grande choque, ficou furioso e quase se separou da madrasta. Tendo uma das irmãs falecido á posteriori (não se sabendo se por consequências ou não da prática da MGF). Disse que:

... Quando vimos o meu pai, eu e as minhas irmãs fomos para a frente dele, tirámos os panos na frente e abrimos as pernas a chorar. (AB)

Fanta Camara²², foi submetida à prática quando tinha cerca de três/quatro anos, não se lembrando de muito, somente o que a mãe e a avó lhe disseram. Como estava no interior a viver com os avós, estes aproveitaram para submetê-la à prática sem conhecimento da mãe.

Sabe que a prática foi levada a cabo com uma faca, tendo ficado cerca de um mês para se recuperar, não tendo tratamentos hospitalares á posteriori. Mais um discurso que corrobora a tese dos autores.

Ela disse que, para curar foi preciso aqueles curas que fazem em África como quando se dá à luz. Tem que se pôr água quente e ervas para “Nhabi”²³ (FC)

Contudo, existem outros discursos que contradizem parte da afirmação dos autores, pois segundo D’Jara Konté²⁴, apoiante da prática, excisada em casa aos treze anos de idade com uma faca, nunca se amarram as pernas a ninguém porque assim o corte não cicatriza, dado que a zona genital é uma zona húmida que precisa de apanhar ar de forma a ajudar no processo de cura.

Nunca no utiliza lámina na fanadu, só faca bem preparadu. Lámina ka mati, kila ke ta mata. Branku muntruss! Nha dona ta bota fanadu, si faca i era pa i dan ba él ma suma ami n’ka pauteru, su ka pauteru bu ka pudi tomal. Na kau ki kumpradu nobu kila ki na bota fanadu kél te na dia, kaba i ta esta bem protegidu. Antis di bai bota fanadu i tem kuza ke é ta fasi, é ka ta lanta són é bai sin. Ningim ka ta muri, nin doensi, nin bu ka ta bai nin hospital, na kasa són iágu kinti, ki messinho di terá, bu nhabi nhabi, bu ta san. (DK)

²² Fanta Camara (nome fictício), solteira, 26 anos, guineense de etnia fula, religião muçulmana, residente em Portugal há três anos, 12º ano de escolaridade.

²³ Nome dado ao tratamento feito à base de ervas tradicionais e água muito quente, normalmente efetuado após o parto e após o corte dos genitais.

²⁴ D’Jara Konté, 31 anos, casada, tem três filhos (duas raparigas de doze e seis anos) e é residente em Portugal desde 2003. É natural da Guiné-Bissau, de etnia fula e de religião muçulmana.

Nunca utilizámos lâminas no Fanado porque isso mata, só utilizamos facas bem preparadas. Os brancos são mentirosos! A minha avó era fanateca e eu teria que herdar a sua faca o que não aconteceu porque não sou “pauteru”²⁵, pois só os “pauterus” podem ter a faca. Quando se compra uma faca de fanado, é feito um ritual antes de a usar, não se compra e usa-se logo. Depois de usada é bem protegida e guardada para às utilizações seguintes. É sempre utilizada essa mesma faca e ninguém morre, adoece ou vai ao hospital. A cura é feita em casa [e na Barraca de Fanado] com água quente e ervas medicinais, é só *nhabi* e fica-se logo boa. (DK)

No final deste discurso, (DK) acaba por corroborar as afirmações da OMS que diz que a excisão é feita na maioria das vezes com instrumentos usados em várias meninas numa mesma ocasião, corroborando (AB) a questão da não-esterilização e das infecções e todo tipo de problemas na saúde sexual feminina estarem relacionadas com a brutalidade da excisão. (OMS *et al.* 2009: 38 a 40)

Isso não se faz! Usam facas não esterilizadas para fazer fanado e levam muita gente ao fanado com aquela faca. Nem se sabe se há doenças ou não, se a faca está infetada ou não, e depois guardam a mesma faca para os anos seguintes. Isso não dá, não dá! Quando a minha madrastra levou-nos eu ouvi-a a dizer para fazer com uma lâmina porque ela não confiava na faca.

Quando se apanha uma “Nhamani”²⁶ que não tem pena, aquelas malvadas, cortam-te tudo mesmo até os lábios vaginais. Isso é para tirar o prazer à mulher, a mulher deita-se como uma parva sem sentir nada, isso não faz sentido, prejudica muito... isso não se faz, não se faz, é pecado. (AB)

²⁵ Denomina-se “Pauteru” alguém que tenha capacidades para além das normais e que possa ver ou falar com espíritos.

²⁶ Termo em Wolof, usado para denominar as fanatecas.

Por sua vez, Bamba²⁷, também defensora da prática da MGF, tinha seis anos de idade quando foi levada pela sua mãe para ser excisada e diz ter sido utilizada uma faca para o ato, que segundo a mesma e contradizendo a afirmação de Williams e Sobieszczyk, estas costumam ser puras, não sendo uma faca qualquer.

Ki faca també ora ku kumsa kumpral u ka ta usal dé, són ora ku na leba algum Fanadu, bu bin guardal. (B)

Quando se compra a faca, ela não pode ser utilizada. É guardada até ao dia em que será utilizada no Fanado e depois guardada novamente. (B)

Diz ter recuperado bem no espaço de uma semana, tendo sido curada somente com ervas tradicionais sem intervenção médica, não tendo havido mortes, nem complicações.

Relata ainda que não teve consequências físicas (pois elas, as muçulmanas costumam dar à luz em casa e sem problemas) e nem psicológicas pois caso não fosse mutilada quando pequena, iria agora em idade adulta.

Para muitas, a dor nunca passa, a menstruação e o parto ficam ameaçados, as relações sexuais tornam-se dolorosas e o prazer sexual da mulher é condicionado.

(AB) disse ter tido muita dificuldade nos partos, sendo que no primeiro (realizado em Bissau) ficou três dias em trabalho de parto, acabando por apanhar cerca de trinta e dois pontos pois não havia condições para se fazer uma cesariana. Já no segundo parto (realizado em Portugal), teve que ser submetida a uma cesariana e explica que:

Como demorou muito a cicatrizar, depois cicatrizou-se muito, fiquei com uma marca muito grande e por isso o “buraco” ficou pequeno, é por causa disso que é muito difícil e perigoso ter um parto normal. (AB)

²⁷ Bamba, 32 anos, solteira, guineense, muçulmana, tem uma filha de dez anos e é imigrante residente em Portugal desde 2004.

Relativamente ao sexo, (AB) partilha que:

Não posso ter relações sexuais durante muito tempo porque dói... não resisto mesmo. Se não tiver alguém que goste muito de mim, esta acaba por me deixar por causa disso porque eu não aguento mesmo, não aguento, não aguento! Fico mesmo com dor assim, não dá, não dá! (AB)

Como consequências psicológicas, Arcângela lembra-se quase todos os dias do sofrimento que passou e cada vez que se lembra parece que está a reviver o momento.

Lembra-se não só da prática a que foi submetida, mas sim de práticas a que amigas vizinhas foram submetidas como é o caso de casamentos forçados aos 13 e 14 anos de idade com homens muito mais velhos, sendo que algumas chegaram a cometer suicídio por não se quererem casar com tais pessoas. Narra que:

Fico mesmo nervosa quando lembro disso! Eu disse à minha madrasta que se o meu pai estivesse lá ela não ia fazer isso porque ele nunca esteve de acordo com isso, nunca mesmo. Mesmo para o casamento forçado, ele disse que nunca ia dar uma filha para um casamento forçado como costumam fazer, cada qual escolhe o seu. Ele disse que podíamos comer porco, beber, fumar, tínhamos a nossa vida livre, tudo livre porque ele era um homem estudado e tinha outra visão. (AB)

(FC), é uma das oponentes à prática que parece já ter recuperado, das lesões físicas e psicológicas. Disse que já superou as consequências da prática, principalmente as físicas, como é o caso de problemas nas relações sexuais. Antes sentia constrangimento com o seu corpo, mas agora já se sente mais à vontade. Partilha que:

Antes costumava ter, mas só que com a idade ... não sei... já está a melhorar e estou a conhecer melhor o meu corpo. Antes dificultava nos primeiros tempos, dificultava

imenso fazer amor porque não tinha aquele hábito, não conhecia o meu corpo. Agora para atingir o orgasmo é... (FC)

Ao contrário destes dois discursos, existem outros dois, o de Mariama Camara²⁸ e (DK) que desassociam a falta de prazer sexual á prática da MGF.

Toda a parte da mulher, é para arrepiar. Como é que não vais sentir prazer? Isso é que me faz confusão! (MC)

Quando questionada sobre a perda de prazer sexual devido à remoção do clítoris, (DK) negou a ausência de prazer sexual exclamando:

Esses ta konta mintida! Se bu obi alguim na grita tok i ta misti romba prédio, é ta bin na fala no ka ta sinti sabura?! Fala eliss kum amin n'fala n'ta sinti muito bem. Tris fidjus ke n'téne, má tudu fidju kau ki na odjadu n'ta grita tók prédio ta misti konkonhi. (DK)

Eles [brancos] são mentirosos! Eu grito a ponto de explodir o prédio, depois vêm dizer que não temos prazer?! Diz-lhes que eu disse que me sinto muito bem. Tenho três filhos e todos foram feitos com muito prazer, quase explodi o prédio de tanto gritar. (DK)

Terminou recomendando que parassem de dizer que elas “excisadas” não têm prazer sexual, pois sentem-se discriminadas.

Uma vez que as opiniões divergem muito no campo do prazer sexual, (AB) explica é se trata de uma questão relativa pois depende da idade em que se foi cortado. Tem que ver com desenvolvimento de certas partes do corpo, neste caso, os genitais externos.

²⁸ Mariama Camara, 34 anos, casada, cinco filhos (uma menina de onze), residente em Portugal desde 2003. Guineense de etnia Sussu, de religião muçulmana.

Caso se vá ao fanado enquanto pequena, o clítoris reconstitui-se porque enquanto pequena o corpo não está totalmente desenvolvido e assim existe a hipótese de te cortarem pouco podendo crescer o restante depois, mas se já fores adulta, não tens essa hipótese porque o teu corpo já desenvolveu tudo o que tinha a desenvolver e já não cresce mais nada. (AB)

Apesar de ter sido mutilada enquanto pequena, ela diz não sentir prazer nenhum a nível sexual, devido ao tipo de corte e à cicatrização, pois tem dores até à atualidade.

Após conhecer todos estes riscos, pergunto o porquê da aceitação e da continuação da prática da MGF? Esta é uma resposta que deve ser considerada no contexto da estrutura cultural, económica ou social das sociedades em causa?

Por exemplo, o casamento tem sido tradicionalmente e continua a ser, o único futuro seguro para a mulher em certas comunidades da África, do Médio Oriente e da Ásia, sendo que em muitas dessas sociedades, ninguém se casa com uma mulher não-circuncisada e a sua família é discriminada e banida da própria comunidade. (OMS *et al*, 2009: 8)

Através da OMS, podem-se conhecer os vários argumentos que sustentam a prática da mutilação genital (e que podem ser constatados nos vários discursos), entre os quais:

Os fatores psicosexuais: ou seja, existe uma crença comum nos países onde a circuncisão feminina é predominante que o clítoris é um órgão sujo, agressivo e que ameaça o órgão masculino (Silverman, 2004: 428), que aumenta a infertilidade feminina e que põe em risco a vida do bebé durante o parto. A sua remoção serviria para garantir a virgindade das mulheres até ao casamento e assim valorizá-las pois diminuiria o desejo sexual feminino (o que manteria as mulheres fiéis no casamento). (OMS, 2001: 48)

(FC) contradiz esses argumentos, afirmando que caso a prática exista e prevaleça no sentido de garantir a fidelidade da mulher, esse é um método não resulta porque:

Já não sentes prazer nenhum, então ficas a deitar-te com vários homens à procura de uma coisa que nunca vais sentir. Isso não ajuda. Fica-se a pensar que talvez não conseguias “atingir” com essa pessoa, então vais procurando, até tentares conhecer o teu corpo. Também depende da maneira como te cortaram. (FC)

Por outro lado, sendo (DK) defensora da prática, explica as vantagens da MGF. *No ka ta fassi és pa maldadi. Tipo se bu kasa ku homi i odjau badjuda i muito rispitu muito honra pa bu família. Mindjer tem que ta odjadu nobu, bu ta odja kuma ninguim ka disorau na rua, porke pa bu téne rispitu na rua e na bu casamenti também, anos muçulmanu se bu odjadu sin tudu mundu ta rispita, má se bu ka odjadu badjuda, nin si omi mistiu de ké, abó i catchur. Abó i ka nada.*

Él ku manda alguim ta tapa si fidju pa homi ke na cassal pa kila bai kunsil badjuda. I ka kuma no ta fácil pa malvadessa, i pa kila. Porke tudo ké ke no ta façi i ista na Alcoran. No na rispita Alcoran, no na sukta ké ke Deus fala. Bu na lambu bu fidju bu dál tal fulanu, bu na dal diritu pa i odjal badjuda. Si ka odjal badjuda, abó papé bu ka téne voz, mamé ka tené voz. Kila i borgonha. Él ku manda no ta fassi kila pa ka passa borgonha na frenti di gintis. Na frenti di bo colegas, na frenti di mundu tudu.

Amanha amanha, bu fidju bai casamenti, kau ki sinta nél tudu ké ke omi papia i na papia, se omi grita i na grita, pa ka i baixa, pa ka i medi. El ku manda bu ta odja badjudasinhua assim. Bu ta padi són alguim buta fala tal fulanu ki na kasa. Si dunu na odjal bébé, tok i ta bin i kirsi, ki omi na pérta són. Antis di utru pui món i ta odja omi disoral-ba d’já. Kila d’já i rispitu. Él ke odjal, él ke kasal, i ka suma gosi. Toma bu pui.

Não o fazemos por maldade. O facto de uma moça se casar virgem, é sinónimo de muito respeito e honra para a sua família. A mulher tem que ser recebida nova [virgem] pelo seu marido, para que tenha respeito na rua e no próprio casamento, caso contrário, por mais que o teu marido goste de ti, serás considerada um cão. Serás tratada como um nada.

Por isso é que os pais protegem as suas filhas, para que o seu marido a conheça moça. É por isso que o fazemos e não por maldade. Tudo o que fazemos está no Alcorão e escutamos e respeitamos a palavra de Deus. Senão os pais não têm voz, é uma vergonha e humilhação perante os amigos e perante o mundo todo.

É para que no futuro as filhas possam ter voz perante os maridos sem ter medo, que um pai negoceia o casamento da filha mal ela nasça. O futuro marido conhece-a desde bebé, espera até que ela cresça e se possa casar. Por isso ela tem que se manter intocada para que o marido seja o seu primeiro homem. Isso é que é respeito. Não é como nos dias de hoje em que há relações sexuais antes do casamento.

Fatores religiosos: pois acreditam que seja um requisito da religião (ainda que a prática possa também ser encontrada entre cristãos e Judeus). Em algumas sociedades muçulmanas acredita-se que seja um requisito do livro sagrado (OMS *et al*, 2009: 8-9), havendo neste caso, contradições nos discursos, pois só as defensoras da prática a corroboram.

Segundo (MC), os muçulmanos fazem o Fanado porque as mais velhas o fizeram, daí continuarem nas gerações seguintes, mas só o faz quem quer, pois não é uma obrigação e não consta no Alcorão como muitos muçulmanos afirmam. Explica que:

Quando começou essa confusão, fui diretamente perguntar ao meu pai porque ele é padre da Mesquita de Bsak, onde nós morávamos. Ele foi a Meca²⁹ duas vezes e o meu avô Aladje Mandjai também foi. Aliás todos os mais velhos foram. O meu pai disse-me que no Alcorão não consta nenhum Fanadu, nenhuma obrigação e não diz que quem não for ao Fanadu não poderá cozinhar para o marido. Não, isso é mentira! (MC)

²⁹ Meca, na Arábia Saudita é considerada a cidade mais sagrada para a religião islâmica, e os seus crentes costumam orar voltados para ela. Anualmente mais de 13 milhões de muçulmanos a visitam, incluindo os milhões que realizam a peregrinação (obrigatória, pelo menos uma vez na vida, para todo o muçulmano adulto, desde que este disponha dos meios económicos necessários e goze de saúde) conhecida como *Hajj*. Como decorrência disto, Meca tornou-se uma das cidades mais cosmopolitas e diversificadas do mundo islâmico. A entrada na cidade, no entanto, é proibida a pessoas que não sejam muçulmanas.

O seu marido *Malam Baldé*, 43 anos (de religião muçulmana, guineense de etnia fula), também é contra a prática da MGF e é da mesma opinião de que a prática só prevalece por uma questão de tradição. Explica que o profeta Muhammad³⁰ tinha três filhas e nenhuma delas foi submetida à prática e por isso não está escrito em nenhuma parte do Alcorão. A prática da MGF tem sido discutida nas Mesquitas (casa sagradas dos muçulmanos) tanto por homens como por mulheres, afirmando-se que não tem que prevalecer. Este é um factor muito importante pois evidencia as mudanças de mentalidade, principalmente dos muçulmanos, religião praticante da MGF.

Segundo (FB) estes encontros também ocorrem na Guiné-Bissau, havendo um grande número de participantes, com a diferença que, algumas pessoas participam no sentido de defender a prática da MGF e não a sua erradicação como acontece em Portugal.

Apesar dos encontros serem de sensibilização para a erradicação da prática, (FB) diz que todas as intervenções são importantes, pois o objectivo é fazer com que as pessoas participem e oiçam outras posições, pois algumas chegam determinadas e saem de lá com dúvidas ou mesmo convencidas do maléfico que é a prática.

(MC) esclarece ainda que a única obrigação que os muçulmanos têm e que consta no Alcorão, é a de fazer o Ramadão³¹, com exceção para grávidas ou mulheres que deram à luz recentemente, doentes e pessoas muito idosas (porque exige que se fique muitas horas de jejum), para mulheres que estejam menstruadas (pois estas são consideradas sujas durante este período). No caso das mulheres que tiverem relações sexuais durante o

³⁰ Muhammad, o último dos cinco profetas do Islão. Segundo os muçulmanos, são indivíduos que receberam de *Allah*, "Deus", a missão especial de orientar os seres humanos no caminho do monoteísmo (crença na existência de um só Deus) e do bem.

³¹ Ramadão é o nono mês do calendário islâmico. É o mês durante o qual os muçulmanos praticam o seu jejum ritual. É um tempo de renovação da fé, de prática mais intensa da caridade, e vivência profunda da fraternidade e dos valores da vida familiar. Neste período pede-se ao crente maior proximidade aos valores sagrados, leitura mais assídua do Alcorão, frequência da mesquita, correção pessoal e autodomínio.

período do Ramadão, estas devem fazer o “Djenaba”³² de forma a prosseguirem com o “Salah”³³.

Por sua vez, o pequeno discurso de Awa³⁴ tornou-se relevante pois foi a primeira vez que ouvi algo tão direto, ausente de justificações.

Kila elis són ke lanta é ta façil, nin elis própi é ta façil són má nin é ka sibi pabia. Kila i kuza ke é lanta é odja é ta façi tan, má i ka kuma i esta na Alcorón pa façi obrigatório. (A)

Só o fazem porque resolveram fazer, nem eles mesmo sabem porque o fazem. Cresceram e viram prática, daí continuarem-na, não que seja algo que esteja como uma obrigação no Alcorão. (A)

Como sendo defensora da prática (DK) alega que:

I ka kila ke esta na Alcoran, i ka kila ke nó na sigui. Pa bu odja bu glória, fidju ta pui papé bai glória, i ta pui mamé bai glória, pabia di é kuzas di pega casamenti, pabia dé assuntus tudu. Pabia di ki bom kuza ke bu fidju fasi, tá pui mamé ku papé na gloria. Suma é liss é fala kuma utru mundu ka tén, anos no sibi kuma i tén. (DK)

É o que consta no Alcorão e é o que seguimos. Os filhos são responsáveis por levar os pais à glória por causa das coisas boas que tenham feito como é o caso do casamento e do Fanado. Como eles [os brancos] não acreditam na existência de vida depois deste mundo, nós acreditamos e por isso vamos para a glória. (DK)

³² Ao ter relações sexuais, que só são permitidas à noite depois da última reza, as mulheres têm que tomar banho antes de fazer o Salah, contudo, antes do banho, têm que ler e fazer uma espécie de ritual de purificação.

³³ As cinco orações públicas feitas diariamente durante o período de Ramadão. Às 7h, às 14h, às 17h, 19h e 21h.

³⁴ Awa, 33 anos, casada, dois filhos (uma menina de 15 anos e um menino de 10 anos), muçulmana de etnia fula, imigrante, residente em Portugal desde o ano de 2000.

Fatores sociológicos: pois a circuncisão feminina é vista por muitos como uma forma de garantir um casamento, de ser vista como igual na sociedade, e como um rito de iniciação ao desenvolvimento na idade adulta, sendo que a cerimónia que envolve a prática “Fanado Grande”, permite, á posteriori, que o iniciado se associe com outros da sua faixa etária e com antepassados. (OMS *et al*, 2009: 8)

Fatores estéticos e de beleza: uma vez que em algumas sociedades, o clítoris é considerado desagradável, feio e sujo (tanto para mulheres como para os homens), este tem que ser removido para que pare de crescer, garantindo a limpeza, a higiene e maior beleza das meninas (OMS, 2001: 48)

No decorrer dos discursos, (DK) foi a única a usar os argumentos da higiene para justificar a prática. Declara que tinha consciência do que lhe ia acontecer quando foi levada para ser submetida à prática, afirmando que foi de livre vontade, pois as crianças vão ao Fanado de livre vontade sem serem forçadas.

N'bai di nha livre vontade pabia kuma i tem ke sedu, i um obrigaçón. Mindjer, i tem ke bai fanadu, si ka sin, abó i muçulmanu ke ka limpu, bu sussu. Bu tem ke bai fanadu, se bu ka bai fanadu bu ka pudu kunha comida pa bu ómi kumé. Bu tem ke bai fanadu pa bu limpu puss, pa bu kunha pa bu omi kumé.

Mindjer tem ke bai fanadu, homi ka obrigatório, mindjer kila ki obrigatório, i tem ke bai pabia se bu ka bai, abó mindjer bu ta sussu, bu calçinha na fedí nán tok, bu ta fedí nan suma cabra. Nin se bu missa bu lanta lá, kila ta fedí nan tók. Bu tem ke bai fanadu.
(DK)

Fui de livre vontade porque tinha que ser, é uma obrigação. A mulher te que ir ao fanado, senão é considerada uma muçulmana suja, não pode cozinhar para o seu marido. Tem que se ir ao fanado de forma a ficar limpa e pura, assim o teu marido poderá comer a tua comida.

O homem não é obrigado a ir ao fanado, mas a mulher sim, caso contrário será uma pessoa muito, muito suja, cuja cueca e a pessoa em si, cheirarão tão mal como uma cabra. (DK)

De salientar que, a circuncisão masculina não se compara à feminina porque não interfere na capacidade masculina de atingir o orgasmo ou de apreciar o ato sexual. Antes usava-se o termo circuncisão feminina, termo que sugeria uma prática menos agressiva, tendo sido adotado á posteriori o termo mutilação genital feminina de forma a demonstrar a agressividade da prática. (Williams, Sobieszczyk, 1997: 968)

Todas estas mulheres que são uma representação da prática da MGF, são naturais da Guiné-Bissau e de religião muçulmana. As oponentes da prática consideram-se vítimas, tendo relatado as suas experiências com um certo desconforto.

Isso não é cultura mas sim falta de civilização (AB)

Quando tinha nove anos de idade, acompanhada pela sua mãe, Fatumata Baldé³⁵ deslocou-se a uma cidade vizinha onde moravam os tios. Como qualquer criança, ficou muito contente por fazer essa viagem.

Viagem essa que se transformou num pesadelo porque foi nessa viagem que fui submetida à excisão, situação que jamais irei esquecer. (FB)

(A) foi mutilada na Guiné-Bissau ainda muito pequena, segundo a mãe dela, esta ainda mamava, daí não se lembrar de nada, nem do instrumento utilizado para o corte, a duração da cura, local, etc. Nunca questionou sobre o assunto porque não lhe interessava

³⁵ Fatumata D’Jau Baldé, 48 anos, licenciada em Contabilidade, está a frequentar o Curso de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres. Guineense de etnia fula, é ativista em prol dos direitos humanos (há dezassete anos), e presidente do Comitê Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança na Guiné-Bissau. Vive e trabalha na Guiné-Bissau, deslocando-se a Portugal quando é convidada para conferências, palestras, etc, e também para visitar os filhos que residem e estudam aqui.

saber nada relacionado com prática da MGF. Lamenta não ter tido opção de escolha, pois caso tivesse, não seria mutilada.

No caso de (MC), ela foi a única de três irmãs a ser submetida à prática. Narra que:

Estava com a minha avó (uma das quatro mulheres do meu bisavô), madrasta do meu pai, e como ela era apegada á tradição, fui ao Fanadu. As minhas irmãs estavam com a minha mãe e por isso não foram. Se estivesse com ela também não ia ao Fanadu. Vim de Bissau com a minha filha quando esta tinha três anos e a minha mãe não lhe deixou ir ao Fanadu. (MC)

Já uma das apoiantes á prática (DK), foi a que esteve mais à vontade, falando abertamente e pedindo para que se passasse a mensagem do positivo que a prática contém. Reclama ter sido cortada muito tarde porque por norma, as crianças são submetidas à prática muito cedo, ou mesmo logo depois de nascerem o que minimiza a dor e acelera a cicatrização.

... Nin manéra ke n'kasa d'já ku nha homi, se n'ka bai ba Fanadu, na bai ba sin!
(DK)

... Caso não tivesse ido ao Fanado, ia agora mesmo sendo adulta e estando casada! (DK)

Todas foram excisadas na Guiné-Bissau tendo imigrado para Portugal em busca de melhores condições de vida para si e para os seus filhos. (AB) conseguiu salvar a sua filha do mesmo destino, já (A), não teve a mesma felicidade.

(AB) saiu de Bissau em 2004 deixando para trás a filha de apenas 4 anos. Contudo, como não desejava o mesmo tratamento para a filha, esta disse à sua sogra que a sua filha não seria mutilada e caso a levassem não lhes perdoaria pois não estava mesmo de acordo com isso. Dizia sempre que quando a mandasse buscar não a encontraria mutilada porque às vezes inventam que a criança é que fugiu e foi parar na barraca onde costumam fazer o

fanado, e uma vez lá dentro, a criança não sai sem ser mutilada.

Já ocorreram casos semelhantes, e (AB) deu um exemplo ocorrido na Guiné-Bissau, em que várias amigas suas, cristãs que sem saberem entravam na barraca do Fanado pensando tratar-se de algum festejo, pois ouviam música e cânticos que as atraíam para o local. Após entrarem, já não podiam sair pois encontravam-se num local sagrado onde só havia pessoas mutiladas, tendo estas que permanecer até ao fim da cerimónia, passando assim pelo “Fanadusinho” de forma a estarem de igual para igual, ou seja, já seriam todas mulheres e já podiam conviver no mesmo local sem haver discriminações. (Esta é uma das razões pela qual as cristãs são também excisadas)

Em 2009 quando reuniu condições para mandar buscar a filha, constatou que a sua vontade fora respeitada pois a sua filha não tinha sido mutilada. Confessou que:

Fiquei com medo, pensei que a minha sogra a tivesse levado porque sabes como é Bissau e ela é Fula lá de Gabú. Sempre quando eu ligava para falar com a minha filha também falava com a minha sogra e dizia: não estou de acordo, não gosto e não quero mesmo que levem a minha filha ao fanado, não quero! Se fizerem isso não vou-vos perdoar! (AB)

Já o caso de (A) foi diferente e apesar de tentar proteger a filha, esta acabou por também ser mutilada genitalmente aos três anos de idade, a mando da avó materna. O seu esforço foi em vão uma vez que era a única opositora na família, indo contra a vontade do marido e da família de ambos, que por sua vez, eram a favor da prática da MGF.

Kontra nha fidju bai n'ka mati ba propi, n'viaja ba, n'bai ba Dakar. N'fikal ku nha mamé, nha mamé bin bai kél Gabú. Ki bai ké bai Gabú, la ki aproveita i botal pabia n'ta falal ba kila ka na bai fanadu. Kontra n'tchiga Bissau é falam kuma é bai Gabú, logu n'bai d'janan má kontra n'tchiga n'odja é botal ba d'já fanadu. El nada i ka sibi, mininessa, i ka sibi ba nada i bai son. Nin su puntál gosi, i ka sibi. (A)

Quando a minha filha foi, eu não estava presente, tinha ido a Dakar. Tinha-a deixado com a minha mãe e esta levou-a a Gabú. Foi aí que aproveitou e levou-a ao Fanado porque eu sempre dizia que a minha filha não iria ao Fanado. Quando cheguei a Bissau e disseram-me qua elas tinham ido para Gabú, fui par alá a correr, mas cheguei tarde de mais porque já lhe tinham mutilado. Ela sabia ao que ia, era uma criança. Mesmo que lhe perguntés agora, ela não sabe nada disso. (A)

Conforme (A) insistia para que os familiares, mais precisamente a mãe, parasse de levar crianças para serem mutiladas, esta perguntou-lhe (de forma interrogativa e mesmo imperativa), se acha, ou se quer dizer que a próxima filha que venha a ter, não será mutilada genitalmente? Pergunta, a que (A) respondeu com a toda a certeza e confiança:

Kila són se n'muri d'já ke bó na botál fanadu. Nin se n'padi fidju li i ka na bai férias el són, kuinto más n'ka padil na guiné. Kila kapli d'ja gossi. (A)

Só se eu estiver morta é que a mutilam. Caso tenha filhos aqui que não nasceram em Bissau, esses não irão de férias sozinhos, quanto mais. Esses já escaparam. (A)

Estes foram os discursos das vítimas, que como se pode prever, diferem dos discursos das apoiantes. (DK) tem três filhos, sendo dois do sexo feminino. Estas ainda não foram submetidas à prática por se encontrarem em Portugal e por isso (DK) lamenta a falta de condições financeiras para as mandar para a Guiné-Bissau, onde seriam mutiladas. Caso reúna as condições, elas serão imediatamente enviadas.

As descobertas empíricas no campo das migrações desde a perspetiva transnacional pressupõem assumir que os migrantes se encontram envolvidos em processos e espaços sociais transnacionais, multi-locais, que afetam tanto os que emigram como os que permanecem nos países de origem.

Acredita-se também que a presença ou a ausência de mudanças sociais ou

modernizações, pode ditar a erradicação ou a continuidade de práticas como a MGF. Alguns fatos associados à modernidade como a educação, a urbanização e a disponibilidade de serviços de saúde modernos, são fatores-chave na influência ou mudança de mentalidades dos imigrantes (Williams, Sobieszczyk, 1997: 969) e principalmente da segunda geração de imigrantes, ou seja, os seus filhos que nascem e criam raízes no país recetor.

No caso da filha de (A) e apesar de não se lembrar de nada relativamente à sua mutilação, (A) acredita que, caso esta venha a ter filhas, não permitirá que as mesmas passem mesmo ritual que ela e a mãe passaram, dadas as mudanças sociais.

N'acha kuma gós mundu ke nó esta nel d'já, no esta na utru ambienti, mundu modernu, manga di ginti ka esta d'já a favor gossi. N'téne fidju di um nha primu ki colega di nha fidju é ta n'dianta, kila su fala kuza de bai fanadu i ta kobau djanan, i ta fala: Eu?! Pabia li ki nansci, el i ka kungsi inda Guiné i tene katorze anu. N'ta falal bu na bai gora Guiné pa bai botadu fanadu, i ta fala: achas?! (A)

Acho que agora o mundo é outro, estamos num outro ambiente, num mundo moderno no qual muita gente já não está a favor [da prática da MGF]. A minha filha é muita próxima de uma prima em segundo grau, como estão sempre juntas às vezes ponho-me a brincar com ela dizendo que ela tem que ir ao Fanado e ela reage muito mal, dizendo: Eu?! Isto porque nasceu aqui. Ela tem catorze anos e nunca foi à Guiné, por isso quando me meto com ela, ela responde: Achas?! (A)

Torna-se assim relevante ter em conta que a idade é uma variável de controlo importante (para as mudanças de mentalidades) pois os mais jovens estão mais integrados nestas novas modernices, estando assim mais suscetíveis ao desenraizamento. Nos discursos que se seguem podem-se constatar algumas mudanças de opiniões dos imigrantes em relação à prática, talvez, devido às mudanças sociais/modernização.

De salientar que as vítimas não só são oponentes à prática como também são ativistas em prol da sua erradicação, lutando contra esta e contra outras práticas nefastas.

Para (FB), os resultados da luta para a erradicação da prática, são positivos. *Apesar de hoje em dia parecer que há mais [violações de direitos humanos], isto em termos estatísticos e numéricos, estamos a descobrir que naquela altura as pessoas estavam mais fechadas, não querendo falar, hoje em dia com a informação e sensibilização que as pessoas vão tendo, estão a aparecer mais casos porque as pessoas têm agora mais confiança para denunciar. Por isso é que a meu ver as estatísticas estão a aumentar nesses casos. (FB)*

(FC) é completamente contra a prática da MGF, bem como a sua mãe, ao contrário da sua avó. Disse que caso tenha filhas, não permitirá que estas passem pelo mesmo.

É uma prática que devia acabar porque, no meu entender, isso é privatização. Não se pode impedir uma pessoa de sentir o que é natural durante toda a tua vida. Sendo uma mulher, não te podem cortar aquilo que te dá sensação porque tirando-te “aquilo” [clítoris], já não és mulher. (FC)

Contudo, não acredita que esta seja erradicada a nível mundial, pelo menos de forma radical. Acredita sim que esta tenderá a diminuir mas para isso as pessoas precisam de ser sensibilizadas.

Sendo contra a prática da MGF, bem como a sua família, (MC) dá o exemplo do seu avô que se casou com uma mulher de etnia “Pépel” e do seu irmão mais velho que também se casou com duas mulheres dessa mesma etnia, não as tendo obrigado a submeterem-se à prática da MGF. Segundo a mesma, embora a prática do Fanado ainda prevaleça na Guiné-Bissau, já se está a tentar erradicá-la.

Como sendo um ativista contra a prática da MGF, o seu marido (MB) acredita que

o Fanado será erradicado em todo o mundo. Acusa ainda alguns muçulmanos de não serem cem por cento muçulmanos porque não seguem o Profeta Muhammad.

Ki ke esta na vista, manéra ke é ta fasi sin festa pa faladu kuma fanadu, kila di certeza i na kaba. N'ka pudi fala kuma próximo anu ou na 2016, 2017, má tarda ó tarda, i na kaba. Tudu kuza ke Muhammad nega, bu tem ke négal obrigatório porke abó i muçulmanu cem por cento, má se Muhammad nega um kuza, bu na façil, abó bu esta kontra. Bu muçulmanundadi inda i na falta. (MB)

O que está à vista, a festa do Fanado que faziam antes, isso de certeza que acabará. Não posso dizer que será no próximo ano, em 2016 ou em 2017, mas por mais que tarde, acabará. Tudo o que foi rejeitado por Muhammad, tem que ser rejeitado pelos que são cem por cento muçulmanos, caso faças algo rejeitado por Muhammad, é porque estás do lado contrário. Não és completamente muçulmano. (MB)

Apesar de se encontrarem numa faixa etária mais baixa, as opiniões das apoiantes da prática não são afetadas dadas as circunstâncias ou as mudanças sociais. (B) afirma ser completamente a favor da prática da MGF e que esta deve continuar, tanto na Guiné-Bissau como em todos os países onde é praticada, e se fosse possível praticá-la em Portugal, seria muito melhor pois assim não teriam que mandar as crianças para o país de origem para serem mutiladas.

(DK) também defende a prática da MGF fora do seu território nacional e em qualquer país onde esteja, afirmando que esta não será erradicada nem a nível nacional nem mundial.

Tudu kau ke no esta nél no ten ke bota la. I li ô, na Inglaterra ô, na França ô, no tem ke botal pabia no esta lá. No ka pudi fica sin pabia tudu kau ku na passa buna fedi. Bu tem ke ta kortal. I tradiçón, bu tem ke façil.

Nunca i ka na kaba! I tem ginti ke n'pinha sé vida só na kila pabia kuma i kuza ke ginti acredita. Kantu tempo ke é esta na fazi é kuza, i ka gosi ké na preguiça. No na fácil tok no kamba no leba portuguisis! Se bu bai fanadu, bu ta kontenti tok bu ta tchora. Tok bu ta misti bai.

Onde quer que estejamos temos que fazer o Fanado. Seja aqui, em Inglaterra, em França, temos que o fazer porque é onde estamos. Não podemos ficar sem ser cortadas porque senão cheiramos mal. Temos que o cortar [o clítoris]. É a tradição então tem que ser feito.

Não acabará nunca! Há pessoas que só vivem para isso porque é algo em que acreditam. Já o fazem á muito tempo, e não desistirão agora. Faremo-lo passando fronteiras e levando a prática até aos próprios portugueses! Quando se vai ao Fanado até se chora de tanta alegria e quem está de fora fica com vontade de ir também.

Para além da mudança social, também temos a questão da hierarquia que segundo Kenyon, são um fator importante para determinar a relação de poderes num grupo social, podendo este ser associado à continuidade ou não de práticas tradicionais (Kenyon, 1994: 151). Não nos podemos esquecer do grande poder das anciãs pois perpetuam a prática com zelo por também se terem submetido ao mesmo sofrimento. Estas possuem uma profunda convicção de que a defesa e aplicação da tradição, mantém unido o tecido de uma sociedade que deve, a qualquer custo, ser defendida contra ameaças externas, não sendo questiona a sua autoridade. (OMS *et al*, 2009: 9)

Kila ki nó lei di muçulmanus. kila ke nó odja garandis na façi, no tem ke façi tán.
(B)

É a lei dos muçulmanos. Os anciãos fizeram-no, também temos que o fazer. (B)

Apesar de as mulheres mais novas, serem mais opositoras à prática da MGF ao contrário das mulheres que se encontram numa classe etária mais avançada, a idade continua a ser um fator importante na determinação de poder social, pois mesmo que a população de classe etária mais baixa esteja nas zonas urbanas ou sofra influências de modernização, os anciãos continuam a ter grande influência nas questões familiares apesar da considerável distância geográfica.

Apesar das diferenças nas práticas, pôde-se constatar que a maioria das vítimas oponentes à prática foi excisada sob supervisão da avó e sem conhecimento das mães pois estas não o permitiriam, com exceção de (FB) que foi levada pela própria mãe, e de (AB) que foi levada pela madrasta. Contrariamente às excisadas que defendem a prática, D’Jara Konté e Bamba, também foram levadas pelas avós, mas com conhecimento e apoio das mães que também defendem a prática.

Quando está uma mulher mais velha numa casa e outra noutra, começam logo a reunir-se para levar as crianças. Fazem em casa, na casa-de-banho e as casas-de-banho não são como estas, sabes como são as casa-de-banho de África... Ai meu Deus... sinceramente! (AB)

Contudo, alguns discursos indicam que a educação poderá também ser a nova ordem de diferenciação, perdendo as anciãs o seu poder social. "education, which is eagerly sought by young and old, may also be bringing with it a new order of differentiation, one based on rank instead of age" (Kenyon, 1994: 151) .

Apesar de as opiniões em relação à lei que pune a prática da MGF na Guiné-Bissau estarem divididas pois (FB) e (MB) acreditam na sua aplicação ao contrário de (A), (AB), (FC), (B) e (DK), todos concordam que esta ainda é e continuará a ser praticada de forma secreta durante muito tempo.

Segundo (FB), a lei aprovada pelo parlamento concretizou décadas de luta contra a prática da mutilação genital feminino mas que o trabalho começa agora porque, tendo em conta que é uma prática secular, não podemos pensar que a adoção de uma lei, automaticamente, irá pôr fim a essa prática.

Salienta que a MGF é uma prática tradicional em muitas partes da Guiné-Bissau e que a partir de agora, tem que se arregaçar mais as mangas e ir ao terreno, para se continuar com as seções de informação e sensibilização das comunidades.

Numa dessas atividades de sensibilização numa comunidade na Guiné-Bissau, um Imã (chefe da Mesquita) perguntou a (FB) se esta não sabia o porquê das mulheres serem excisadas, respondendo-lhe de imediato da seguinte forma:

As mulheres são excisadas para podermos ter três ou quatro mulheres, e quando nos casamos com essas três ou quatro mulheres, não podemos dormir todos os dias com elas, temos que dormir dois dias com uma e dos dias com outra, e nenhuma mulher ia aguentar esperar aquela fila de dias até que chegue o seu dia. Uma das melhores formas é serem excisadas assim ficam menos sensíveis aos prazeres sexuais.

Explicação que permitiu concluir que as mulheres são propositadamente mutiladas para poderem ser controladas.

Para mim, sinceramente nem havia necessidade de uma legislação condenando a prática por uma simples razão. Se me cortam um dedo e eu fizer uma queixa, a pessoa que me cortou é condenada, então porque é que quando sou mutilada e vou-me queixar, pedem uma outra legislação específica? Se o dedo faz parte do meu corpo, a parte que me é retirada também faz parte do meu corpo, então eu não vejo a necessidade de uma lei específica. (FB)

Se fizerem, não mata a ninguém, mas se não o fizerem é melhor. Nós próprios estamos num programa para tentar convencer a população da Guiné-Bissau, do Senegal e da Guiné-Conacri a acabar com isso. A lei já está aprovada em Bissau, mas eles ainda fazem isso às escondidas. Mas se alguém descobrir que estão a fazer uma coisa dessas, é perigoso. Acrescenta (MB)

Após alguns discursos e referindo-se à nova lei que condena a prática da MGF na Guiné-Bissau, (A) afirmou de imediato, que mesmo assim, ou seja, mesmo com a lei em vigor, a prática prevalece, relatando um caso muito recente, mais uma vez levado a cabo sob a orientação da sua mãe.

Mesmo assim é ta façi, é ta fala sòn i crimi má é ta façil gora... i tem um dia na papia ke nha irma pabia i tem fidjus di nha ermón ke esta la, ke nha mamé leba más é bai bota mininus fanadu, nin i ka façi inda duss mis. N'fala elis: abós é na fala bós pa kaba ke é kuzas, bó kontinua! É leba elis tris badjudasinhus. É ta façil na casa. (A)

Mesmo assim aindo o fazem, dizem que é um crime mas fazem-no... à dias falava com a minha irmã sobre duas sobrinhas, filhas do meu irmão que estão lá [no Fanado]. Como sempre, foram levadas pela minha mãe a cerca de dois meses. Disse-lhes: disseram-vos para parar com essas coisas e vocês continuam! Levaram três meninas e fizeram-no em casa. (A)

Mostra-se pouco confiante com a erradicação da prática, em particular na Guiné-Bissau devido à instabilidade política e afirma que esta tem agora maior relevo na própria cidade de Bissau (quando antes era praticada principalmente no interior), pois já se limita fazer o “Fanado Grande”. Afirma que:

Bissau gosi própi ta façil, na praça. É ta bai tissi ki botaduris di fanadu na casa é façil d'janan lá... N'ka fia kila na kaba dé, manéra ke é fala sin i proibidu té gosi i na

fasidu. Bu acha i na kaba? Kila ka na kaba. Kaba elis é tene d'já ki kuza na Guiné, nin su fala elis é na fitchadu, é ta fala nin sé fitchadu, u paga só é ta largau. (A)

Agora fazem-no nas cidades. Trazem as fanatecas e elas fazem-no em casa... não acho que a mutilação genital vá acabar, mesmo dizendo que é proibido ainda o continuam fazer. Achas mesmo que vai acabar? Não vai acabar. Mesmo porque elas [fanatecas] têm o mesmo pensamento que todos na Guiné, se disseres que serão presas, dizem que é só pagar e saem. (A)

(AB) também afirma que a prática prevalece. Limitam-se a fazer o “Fanado Pequeno”, não havendo barulho, provas e nem denúncias. Enquanto estão em recuperação só andam com um trapo à volta da cintura para se taparem não podendo usar cuecas, tendo que andar com as pernas muito afastadas umas das outras pois se as juntarem, tocam na ferida causando mais sofrimento, assim dentro de casa ninguém as vê até que se recuperem, ao contrário de quando estão na barraca onde todos sabem o que se passa.

A prática ocorre principalmente no interior e nas aldeias, onde ainda continuam a mutilar as crianças, e a fazer casamentos forçados pois é a zona onde se encontra a população mais idosa e mais vinculada às tradições. Arcângela descreve que:

Estas sofrem, sofrem, sofrem tanto... precisam de uma boa alimentação porque perdem muito sangue e isso não acontece porque não existem condições para isso, ficam muito fracas e isso também mata. Levam as crianças para dentro de uma barraca escura e sem luz, onde ficam deitadas, todas apertadas num colchão muito fininho, ou numa esteira no chão, só com aquele pano leve no corpo durante três meses, o tempo necessário para se recuperarem. (AB)

Acabou por relatar de forma indignada, uma história na qual o seu cunhado (também muçulmano) casou com uma cristã tendo-a obrigado a submeter-se à prática da

MGF pois cheirava mal (uma das justificações dadas para justificar a prática), falecendo esta á posteriori, talvez devido a consequências derivadas da prática. Sendo esta outra das razões que levam as cristãs a submeterem-se à prática (o casamento com homens de religião muçulmana).

Apesar da prevalência da prática, Arcângela diz que a adoção da lei foi algo de positivo porque as fanatecas já demonstram algum receio daí fazerem-no de forma escondida, o que não acontecia antes. Acredita que a prática será erradicada, não agora, mas em gerações seguintes.

Quanto à prática da MGF em Portugal, Arcângela diz não ter presenciado nenhuma cerimónia, mas sabe que esta é praticada na margem sul do Tejo. Diz que tem havido alguma discussão em torno do tema porque houve uma denúncia por parte de uma habitante, que suscitou uma intervenção policial. Relata que:

No outro lado do rio fazem isso, mas agora as autoridades foram para lá. Disseram que se voltarem a fazer isso vão para a cadeia e tem que pagar uma grande multa. (AB)

A posição de (FC) é que será muito difícil que parem de mutilar mesmo com a adoção da lei, justificando que:

A população precisa de consciencialização. No interior é uma coisa muito difícil. Sabemos que a Guiné-Bissau é um país com as maiores taxas de analfabetismo, então para que essa prática possa terminar as pessoas têm que sair em marcha, para fazerem uma consciencialização no interior, tanto aos moradores como às fanatecas. As pessoas precisam de ter noção de que não estão a fazer uma boa coisa. Têm que ser consciencializados para deixarem a prática. (FC)

O Discurso das excisadas a favor da prática da MGF, vai no sentido de ignorar as leis. Segundo (B), independentemente das leis que punem e condenam a prática, esta não será erradicada, pois não lhes impedem (os muçulmanos) de continuar com as suas práticas culturais. Pouco ou nada confiante na lei, afirma:

Lei tán de duss sumana ou um sumana. Kila ka na kaba... n'tá abó su na leba bu fidju fanadu bu na konta nan Estadu? Bu ka na konta estadu kuma bu na leba bu fidju, abó ke na leba bu fidju à vontade. (B)

Uma lei que durará duas semans ou até uma. Isso não acabará... Quem é que vai contar ao Estado que vai levar o seu filho ao Fanado? Ninguém conta, cada um leva o seu filho à vontade. (B)

Por sua vez (DK) também afirma que:

No ka interessa di lei, pa nós própi lei ka tem. Anós i muçulmanu completo, ninguim ka pudi bagana-nu. É hora própi é ranka botal brincadéra ka tem. É hora própi sangui na darma són. Muçulmanu própi ke sedu muçulmanu ke tené fé na Deus i fiança, si fidju na bai fanadu. (DK)

A lei não nos interessa, para nós ela nem existe. Somos muçulmanas completas e ninguém nos pode destabilizar. Neste exato momento já devem estar a fazer, muito sangue já está a ser derramado. Todos os filhos de puros muçulmanos que tenham fé em Deus e tenham confiança, irão ao Fanado. (DK)

Termina o seu discurso reclama do preconceito dos “Branços” referindo-se a uma situação em que se dirigiu a uma consulta de Planeamento Familiar na qual recusou-se a ser observada por um médico, tendo ficado chateada e incomodada enquanto era observada pela médica pois esta queria ver bem o seu corte. Indignada, diz que:

É na bata fala: viste? Ela, tem aquela coisa assim, é cortado. Má ami é ka odjan diritu, ora que candieru bai, nha perna tán ta bai sin. (DK)

Ficam a dizer: viste? Ela tem aquela coisa ssim, é cortada. Mas não deixei que me observassem bem, quando o candeeiro ia para um lado a minha perna ia para outro. (DK)

É importante referir que a forma de abordagem ao tema é uma das principais entraves às mudanças de posição dos líderes religiosos, das fanatecas e das anciãs. Por causa dos efeitos destrutivos do colonialismo em África, os esforços ocidentais por parte de missionários e administradores coloniais para eliminar a prática da MGF não têm tido grande sucesso (Silverman, 2004: 431). Os temores de um enfraquecimento dos costumes tradicionais, bem como dos efeitos maléficos das influências ocidentais parecem estar na raiz da resistência à mudança. (OMS *et al*, 2009: 9)

(AB) afirma que existem muçulmanos que são mesmo muçulmanos de corpo e alma e que continuarão a prática de qualquer maneira.

Talvez as coisas mudem um pouco, mas mesmo assim ainda são teimosos. Dizem que se a mulher não for cortada, não se poderá casar com um homem muçulmano, nem cozinhar porque a pessoa é suja, mas é mentira! Não está na bíblia. A minha avó disse que não está na Bíblia, que não passa de um uso que viram a fazer e vão fazendo. Tentam esconder e fazem sozinhas (...) talvez se o casamento forçado acabar, o fanado também pode acabar (AB)

Apesar de umas serem contra a prática e outras a favor, o facto é que têm alguns aspetos em comum, como o facto de terem sido excisadas com a ajuda de uma faca (excluindo AB que foi excisada com uma lâmina), enquanto crianças e bebés com idades compreendidas entre os 2 e os 13 anos e o facto de nenhuma ter tido tratamento hospital depois do corte, sendo medicadas com ervas tradicionais.

Os motivos da aceitação da prática da MGF e da sua prevalência não só na Guiné-Bissau como em contexto transnacionais, só são justificados pelas suas defensoras, dizendo que se trata de motivos religiosos (pois é o que diz ao Alcorão) e sociais (dado que a virgindade proporciona um casamento que representa, honra e respeito dos pais perante).

As mudanças de opiniões também só são demonstradas pelos oponentes da prática que acreditam e lutam pela sua erradicação.

Quanto à questão do prazer sexual que é um ponto muito discutido no tema da prática da mutilação, e onde existem muitas divergências não havendo coesão ou resposta exata quanto à sua ausência ou existência, os discursos aqui apresentados vão nos dois sentidos, havendo uma terceira interpretação que consiste numa justificação de ambos, ou seja, no porquê da sua ausência ou existência após a excisão.

(FB) diz não sentir prazer sexual podendo ficar meses sem ter relações sexuais, pois não sente necessidade enquanto (AB) sofre muito durante as relações não podendo, por vezes, levar o ato até ao fim. (A) e (B), (uma oponente e outra defensora da prática) não quiseram falar do assunto, mostrando-se muito reservadas.

Quanto a (MB), (FC) e (DK) (duas oponentes e uma defensora da prática), dizem ter prazer sexual, justificando que este depende da idade em que se é submetida à prática. Explicam que quanto mais nova se for excisada, mais hipóteses tem o corpo de regenerar, uma vez que este se vai formando e desenvolvendo ao longo do crescimento da criança.

3. Conferências e Eventos Sobre a prática da MGF

Neste último ponto do capítulo, serão referenciadas algumas conferências e eventos recentes sobre a mutilação genital feminina em Portugal. Conferências que contaram com a participação de várias entidades, jornalistas, estudantes, ativistas e profissionais e cujas ações, discursos, objectos e imagens, representam a prática da MGF.

3.1. Conferência na Fundação Calouste Gulbenkian³⁶

No dia 6 de fevereiro assinalou-se o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, e a Campanha Europeia FIM À MGF³⁷. De forma a agradecer o apoio dos ativistas e simpatizantes da campanha, e por forma a dar conhecimento acerca do trabalho desenvolvido no último ano, para que os apelos continuem a ser ouvidos pelos líderes europeus, e para que ações e medidas concretas e efetivas, na erradicação e eliminação da prática da MGF na Europa e a nível mundial sejam uma realidade, a Campanha Europeia FIM À MGF da Amnistia Internacional criou um vídeo³⁸ que representa as 42.000 assinaturas recolhidas exigindo a atuação dos líderes Europeus à eliminação da prática da MGF.

Este vídeo resulta da obra da artista Adriana Bertini, que foi convidada pela Amnistia Internacional para fazer parte da Campanha. A partir de duas mil pétalas de rosas assinadas aquando da mobilização da petição “Assine uma Pétala para o Fim da MGF e Existência de uma estratégia Europeia” promovida pela Campanha, a artista usou a moda como ferramenta de consciencialização da problemática da MGF, e criou duas peças: um vestido de criança e um de mulher adulta.

³⁶ Uma instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, cujos fins estatutários são a Arte, a Beneficência, a Ciência e a Educação. A Fundação tem a sua sede em Lisboa. As instalações da Sede e Museu, foram inauguradas em 1969. Integram, para além das áreas reservadas à administração e aos serviços, um Grande Auditório, espaços para exposições temporárias, uma zona de congressos, dispondo de vários auditórios e salas, e um edifício próprio que alberga o Museu Calouste Gulbenkian, os serviços educativos do Museu e a Biblioteca de Arte.

³⁷ A Campanha é constituída por doze ONG's europeias. A parceria portuguesa é representada pela Associação de planeamento familiar e pela Amnistia Internacional Portugal. Ao longo destes últimos três anos a Campanha tem vindo a desenvolver todos os esforços para assegurar a adoção por parte da UE e dos Estados Membros de uma estratégia e medidas que assegurem o fim da MGF.

O documento “*Fim à MGF: Uma Estratégia para as Instituições para a União Europeia*” contem recomendações específicas para os Governos e Instituições da União em cinco dimensões chave: Recolha de dados; Serviços de saúde adequados; proteção para as mulheres; Cooperação entre a EU e os países onde a MGF existe; Orientações claras no que respeita ao asilo para quem se encontra sob ameaça de mutilação genital feminina.

³⁸ Vídeo “*End Female Genital Mutilation: Is Europe Watching?*” Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/index.php/mutilacao-genital-feminina/campanhas-de-prevencao/audiovideo>

Adriana justifica a escolha dos vestidos pois “a moda estabelece uma rede de relacionamentos com as pessoas (...) produzindo comportamentos e transformando-os (...) O vestir envolve gestos, comportamentos, escolhas, fantasias e desejos, sendo assim, a roupa localiza identidades coletivas e sociais, exercendo assim, comunicação.

Desta forma, a escolha da roupa como objeto de arte, comunica ao público uma reflexão: é para usar ou não? (...) Sendo a roupa feita de pétalas de rosas assinadas por pessoas que lutam pelo fim da MGF, “a artista estabelece uma segunda ligação de comunicação direta com o público, produzindo a mensagem de questionar o problema que afeta milhares de mulheres, raparigas e meninas, assim como, relembra e incita o público a refletir acerca das que se encontram em risco.”³⁹

A sua obra foi exposta num evento sobre a Mutilação genital feminina organizado pela APF e pela AI Portugal, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian a 2 de Maio de 2012. Adriana falou um pouco sobre a mesma, bem como sobre o seu percurso como ativista, explicando que:

... Os vestidos são um convite à reflexão mas também à ação das pessoa... imaginar a vida de uma mulher com MGF é para mim um pesadelo. Ver a minha arte colaborando para o fim da MGF... faz-me sentir pequena diante das soluções que precisamos exigir da comunidade internacional, incluindo a União Europeia. (AB)

Quanto ao resultado da exposição do seu trabalho em vários países, podem-se ver no folheto da “End FGM European Campaign - Vozes e Rostos: A Arte pelo Fim da Mutilação Genital Feminina” alguns comentários como os que se seguem:

O trabalho desta artista/ativista singular, é necessário. I love her work.

Richard Gere, Actor

³⁹ Folheto da End FGM European Campaign- *Vozes e Rostos: A Arte pelo Fim da Mutilação Genital Feminina*

Artistas engajadas fazem a diferença.

Bill Clinton

She is amazing.

Kofi Annan

She has true community spirit, she won my heart.

Nelson Mandela

Adriana Bertini é uma ativista de direitos fundamentais que expressa através de arte, linguagem universal, o seu posicionamento perante as desigualdades e discriminação no mundo, como a MGF.

Catarina Furtado, Embaixadora da Boa Vontade das Nações Unidas

No âmbito da mesma conferência, foi possível ouvir Edson Incopté, um dos membros da AEGBL (Associação de Estudantes Guiné-Bissau Lisboa), licenciado em Estudos Africanos e poeta, que acabara de lançar na Guiné-Bissau uma obra intitulada “Insana Rebeldia”, que será também lançada em Portugal no mês de Novembro do ano corrente (2012). O autor diz:

Como guineense que somos e tendo conhecimento que a prática também acontece cá em Portugal, tínhamos que fazer alguma coisa para lutar contra isso. É uma prática nefasta e penso que há que adotar todas as armas possíveis para lutar contra a prática e nós como associação de estudantes, não podíamos deixar isso passar ao lado. (EI)

Edson referiu também uma Tertúlia organizada pela AEGBL, no dia 8 de Março de 2010, dia das mulheres, na universidade Lusófona, sendo a MGF, um dos temas destacados. Para além desta actividade, relata também como os estudantes têm promovido iniciativas que procuram sensibilizar as comunidades guineenses em Lisboa, onde prevalece a prática da MGF:

... Não só como membros da Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa, estamos aqui como jovens poetas da Guiné-Bissau para tentar juntar a escrita e as vozes na luta pelo fim desta prática. (EI)

Recitando de seguida, juntamente com a sua colega e também poeta Rita Ié, os seus poemas em Português e em crioulo da Guiné-Bissau, direccionados à prática da MGF. Poemas que se encontram em anexo nesta pesquisadas, e que foram elogiados por uma ativista participante da conferência principalmente pelo facto de terem sido escritos por um homem, cuja participação é valorizada nesta questão da MGF.

Quem não assistir e só ouvir que o poema do Edson, é um poema escrito por um homem que nem foi submetido a esta prática, custa a acreditar. Por isso, dou-lhe os meus parabéns.

Fatumata D'jau Baldé

Pela primeira vez, desde o início desta pesquisa e desde que oiço falar da MGF, pude ouvir também, assim como todos os outros participantes do evento, uma posição masculina, que não se opunha e nem apoiava a prática. Normalmente existem opositores ou apoiantes da prática mas, neste caso, foi possível encontrar uma terceira posição para a

questão. Posição defendida pelo artista plástico Sr. Flaviano Santos⁴⁰, e que é descrita de seguida.

Eu só queria contribuir e chamar a atenção para o seguinte. Há que separar as águas para melhor eficácia desse combate. Mutilação genital, insere-se numa instituição que é o “Fanadu”. A “Iniciação”.

Quando se tenta ir contra tudo, há que haver resistência. Esta é uma prática que também contribui nos países como a Guiné-Bissau, onde o Estado não chega a todo o lado ou a quase nada, esta instituição ajuda na instrução, é o complemento do que faz o Ministério da Educação porque nessa fase, ensina-se às meninas ou a quem está nessa fase de iniciação a aprender muita coisa da vida.

Há que separar a mutilação que é má, e tentar contribuir para a preservação da outra parte boa. Isto tudo também tem compensações porque se formos contra, contra, contra, há que haver sempre resistência de outro lado, é preciso que as pessoas que vão combater isso, olhem também para o outro lado, o bom, e assim vão ter colaboração de quem pratica e defende isso.

Isto é só para ajudar a compreender um bocado. Obrigado.

Depois deste depoimento ou esclarecimento, a sala ficou em silêncio pois a maioria dos participantes não tinha entendido bem a sua posição em relação à prática da MGF. Isto porque por norma, as pessoas referem-se ao Fanado como sendo uma coisa única, como sendo um só, o que não corresponde à realidade pois este encontra-se dividido em duas fases, o “Fanado Pequeno” e o “Fanado Grande” como explicado anteriormente.

Nin su bai Fanadusinho bu pudi bin bai Fanadu Garandi pa bai kungsi udju, pa chikotiau tok bu missa, pa iandantau ku Joelho. É ta sutau, utrus ora ke é sai lá kosta tudu

⁴⁰ Flaviano Mindela do Santos, 44 anos, solteiro, sem religião. Reside em Portugal à vinte e dois anos, e apesar de da sua posição em relação à prática, nenhum dos seus familiares foi submetido à prática da MGF.

ta dana kél. Se bu kunsa tchora, bu na tchora tok sol mansi bu ka na para, é na sutau tok sol mansi pa bu tchora. Priméru ba i pa kunsi udju, gossi i abuso (...) Na fanadu di homi i sigridu. (DK)

Pode-se ir primeiro ao “Fanado Pequeno” e depois ao “Fanado Grande” para seres educado, para conheceres o lado duro da vida. És chicoteada até fazeres chi-chi e és obrigada a andar de joelhos. Batem-te muito e algumas saem de lá com as costas estragadas/marcadas. Se começares a chorar, não podes parar pois batem-te até ao amanhecer para que continues a chorar. Antes era educação, agora é abuso (...) o Fanado masculino é todo à base do segredo. (DK)

Também se pode contar com testemunho de Catarina Furtado (Embaixadora da Boa Vontade da ONU), que relatou as suas experiências directas com vítimas da prática da MGF, como é o caso de Waris Dirie⁴¹, uma somaliana que fugiu do seu país após ter sido mutilada aos treze anos de idade e que seria submetida a um casamento forçado com um homem muito mais velho.

Waris conseguiu escapar a esse destino pois com a ajuda da sua avó fugiu para os Estados Unidos da América, onde é uma modelo conhecida internacionalmente. Catarina narra que:

Apesar de a sua vida ter dado uma volta de 180º graus, e das cabanas dos pastores de cabras, ela passou para as capas de revistas internacionais, senti que a Waris não tinha recuperado daquilo que lhe aconteceu e que tinha uma urgência quase incontrolável de contar a sua experiência, porque não a aguentava só na sua memória, na sua dor e nas consequências que foram dramáticas para a sua vida.

⁴¹ Waris Dirie defensora da luta pela erradicação da prática da Mutilação Genital Feminina é atualmente embaixadora da ONU e fundadora da “Desert Flower Foundation”. Escreveu três livros sobre as suas vivências e foi tema de um filme “Flor do Deserto”, lançado em 2010 no Brasil.

Lembro-me que uma das coisas que mais me chocou na altura foi ter confessado a sua incapacidade para amar e para se deixar amar. Nunca mais soube o que isso era e tinha desistido. Não estava apenas a falar na dimensão sexual, mas no impacto que a mutilação genital feminina tinha tido e continuava a ter na sua vida e nas suas relações afetivas. (CF)

Catarina falou ainda sobre uma segunda experiência, aquando da sua participação num Seminário internacional de debate alargado com profissionais de ministérios da saúde e da educação e também de muitas ONG's e cujo tema era a MGF. Catarina diz ter conhecido algumas mulheres, cujos relatos recorda sempre que ouve a expressão, “práticas tradicionais nefastas”.

Pouco tempo depois deste Seminário, foi confrontada com notícias e estudos que referiam a prática em território nacional e o desconhecimento dos profissionais sobre como atuar. Terminou o seu relato a descrever algumas situações ocorridas na Guiné-Bissau, que resultaram na morte, tanto das mães como dos seus bebés, devido a problemas derivados da MGF.

Quando fui pela primeira vez à Guiné-Bissau, a excisão era um tema sussurrado entre as comunidades, mas um problema trabalhado e enfrentado por muitas ONG's e profissionais. Depois de muitos relatos em voz baixa, onde os gritos e o desespero apenas podia imaginar, vi pela primeira vez no hospital os efeitos da mutilação genital feminina. (CF)

Por sua vez, como já se tinha excedido o tempo previsto para a conferência, Fatumata Baldé (presidente do Comitê Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança na Guiné-Bissau) limitou-se a relatar de forma resumida o trabalho que tem desenvolvido na Guiné-Bissau onde a participação da comunidade civil é enorme, salientando que fica muito emocionada quando assiste a

Campanhas para o fim da MGF num país com muito imigrantes.

Sendo Portugal um país com uma enorme comunidade africana, Fatumata sublinha que tinha perguntado a Alice Frade (APF) se tinham conseguido convidar a comunidade guineense, ao que esta respondeu que sim, mas que infelizmente, se calhar por resistência ou por falta de informação, estes não compareceram.

Após contar o número de participantes africanos (que eram somente sete, numa sala com cerca de duzentas pessoas), Fatumata disse que aquando do convite para participar na conferência, expressou que:

Não queria ver esta Campanha terminar antes de fazer um encontro numa das zonas onde reside essa comunidade, porque é preciso lá chegar. (FB)

Exemplificando deste modo o seu método de trabalho na Guiné-Bissau, pois vão ao terreno, vão exatamente onde se encontram as comunidades praticantes, e se for necessário fala-se nas suas línguas para que sejam vistos de igual para igual. Só assim, diretamente, é que se consegue um resultado positivo.

No final dos testemunhos, ficou comprometido com Fatumata Baldé que o próximo evento seria junto das comunidades e não na Gulbenkian, tendo também Christine Loudes (da Campanha Europeia END Female Genital Mutilation), referenciado um documento/plano europeu para Combater a prática da MGF, que poderá sair até ao final deste ano.

Para finalizar o evento, foram levantadas algumas questões aos oradores, tendo sido perguntado a Catarina Furtado sobre as metas/medidas traçadas pela ONU para erradicar a MGF, ao que a mesma respondeu:

Eu não sei quais são as medidas concretas. Em geral sei que o Fundo das Nações Unidas tem projetos específicos nesta área que também tem que ver com a prevenção da

mortalidade materna que é consequência muitas vezes, demasiadas vezes até da prática da Mutilação genital feminina. Portanto dentro dessa área existem projetos muito concretos em diversos países, nomeadamente na Guiné-Bissau onde existe parceria também com a UNICEF (United Nations Children Foundation). Em termos de metas e de números não lhe sei dizer, mas que existem projetos com os quais me cruzo muitas vezes quando estou no terreno.

Seguidamente Fatumata Baldé, pediu a palavra de forma a ajudar a complementar a resposta de Catarina Furtado, acrescentando o seguinte:

A Catarina deve ter-se esquecido que as Nações Unidas relativamente a essa prática já decidiu fazer a chamada Declaração conjunta que juntou dez agências das Nações Unidas onde todos se comprometeram em envolver-se para se conseguir o abandono dessa prática. Além disso, a própria UNFPA e a UNICEF, têm um programa conjunto que neste momento está a decorrer em vinte oito países africanos para apoiar, proteger e informar e também com objetivo de pôr fim à prática da mutilação genital feminina. Desde o ano passado que se está a fazer uma coleta de assinaturas de diferentes países (como se sabe as Nações Unidas é uma Assembleia de países-membros), para que haja a semelhança de uma resolução entre eles de uma lei internacional de combate a essa prática, mas também para que se consiga ter uma resolução das Nações Unidas que condene a prática a nível mundial.

Ainda neste encontro, Christine Loudes da Campanha Europeia “END Female Genital Mutilation”, deixou referências sobre um documento/plano europeu para combater a prática da MGF que poderá ser lançado até ao final do ano.

3.2. Conferência na Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa

Numa conferência sobre a MGF destinado principalmente às associações guineenses em Portugal e que teve lugar na Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, a 30 de Abril de 2012, tive mais uma vez a oportunidade de comunicar com a ativista Fatumata Baldé, que tem como objetivo tentar promover uma ação de sensibilização e também de encontrar estratégias ou metodologias de trabalho para a erradicação da prática da MGF.

A conferência contou com vários participantes, como o Embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa, o Cônsul da Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, membros de Associações guineenses em Lisboa, a jornalista Vilma Vieira, a comunicação social e outros participantes, cujos depoimentos, observações e sugestões, serão evidenciados de seguida.

A Fatumata D'Jau Baldé é uma colega, uma amiga que batalhou sempre na luta contar a mutilação genital feminina, que infelizmente é praticada pelos guineenses, mas sobretudo na comunidade muçulmana. Eu também sou muçulmano de origem, tenho uma filha mas nós felizmente não a praticamos muito. Também sabemos que uma parte da nossa comunidade muçulmana que vive na europa, particularmente aqui em Lisboa, de vez em quando, fazem-na com discricção. Fazem porque as fanatecas vêm cá. Quem praticar isso corre o risco de pagar caro, porque a lei é clara na matéria.

Embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa

... I tem casos di crianças ke ta bai férias é ta submetidu fanadu. Óra ke é riba li, é ta téne infeção pabia é ta façi kuza rápido lá. Na amadora-Sintra é regista d'já manga de casos. Salvaçón i ke nó téne manga di médikus guinenses lá. Então própi na hospital é kaba di fazi um acto de sensibilizaçón à dois anos atrás.

I tem um mindjer ke bin assisti padi di si fidju, má na tabanka ki mora nél, e vira, vira tok i bóta duss/triss badjudasinho fanadu. Kontra problema bin tchiga badjudasinho

bin bai denuncia na escola, n'ta judiciária kumsa investiga. Kontra é na kintissi papéss di mininu kampu, fidju di minder (ki mindjer garandi ke bota fanadu) mandal pa Guiné. Só pa odja kuma anos própi se nó fala nó na bai pa trabadja pa é kuzas, d'juntando ku ela nundé ki esta nél, na Guiné ou li, nó na bai dianti porque el i fala um kuza: forma ke é kombati na kombatidu na Guiné pa gintiss de utru religiún, nunca i ka na entra bem na religiún ke na pratikal. I ta parci um ofensa, i ta parci um guéra.

Anós no párti enquanto Estado, ké ke nó pudi façi, i pa promuvi és tipo de encontro. Enquanto Estado si tem tán algum kuza ke nó pudi djuda pa kaba tán kél nó pudi kaba kél porke i ta bai konta saúdi de mindjer, i ta bai kontra mindjer em si. Aós em dia é tema, i téne d'já um grandi impacto mundial. No téne um alguim li ke na façi um estudodi Mestrado sobre é área. Gosi i ka um kuza simples só di fanadu não. Gosi i téne d'já um utru dimensão. I Escribidu d'já na manga di livru, i foi d'já filme, i tese de doutoramento, i na bai conferências”.

M'Bala Fernandes, Cônsul da Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa

... Existem casos de crianças que vão de férias e são submetidas ao Fanado. Como o procedimento é feito à pressa, as crianças regressam com problemas e infecções, pois já foram registados muitos casos no hospital Amadora-sintra. A salvação é que lá temos muitos médicos guineenses que por sua vez, à cerca de dois anos atrás, resolveram fazer um acto de sensibilização.

Existe ainda um caso de uma fanateca que veio assistir o parto da sua filha, aproveitando para cortar duas ou três crianças enquanto cá estava. A criança denunciou a prática na escola e quando a polícia judiciária começou as investigações a fanateca regressou de imediato à Guiné com ajuda do seu filho.

Houve algo que ela disse que foi muito importante. Disse que a forma como se está a combater a prática na Guiné-Bissau, nunca será bem aceite pela religião praticante pois é vista como uma ofensa ou uma guerra. Isto tudo serve para entendermos que se vamos combater esta pática, temos que nos juntar a elas [fanatecas].

Nós enquanto Estado podemos contribuir promovendo este tipo de encontros. Enquanto Estado, faremos o possível para acabar com a prática porque vai contra a saúde da mulher, e contra a mulher em si. Actualmente este é um tema de grande impacto mundial pois já não se limita a um simples problema de Fanado. Tem outra dimensão pois já foi escrito em muitos livros, já foi feito um filme, temos uma estudante a fazer uma tese de Mestrado na área, é debatido em conferências. (MF)

... Á dias n'teve conhecimento de kuma i tem um fanateca ke na procuradu pabia é bota um moça fanadu, nós e tapal! Gosi moça na bai casamenti, é na procural pa i bai iábril. Kau ke desdi la na Guiné i na papiadu d'já dél, ké ku manda no ka na engaja pa nó djuda n'utru, pa nó djubi manéra di eliminal? Ami n'bai fanadu, má n'téne nha fidju di vinte e quatro anos ke ka bai fanadu. N'ka dixal nan bai fanadu, pabia no ta sufri ke és.

8 di Março di 2011, n'da palestra na Universidadi Lusófona. Associaçón di estudantis kunvidam. N'papia tudu é gosta kuma n'papia bunito, má ki parti di fanadu tchiga, homis própi ke sinta ba, é kumsa abandona sala. I preciss um bom sensibilizaçón.

Maria Madalena

... Á dias, tive conhecimento que se procurava de uma Fanateca que tapou uma moça! Agora que ela vai-se casar, precisam dela para a abrir. Uma vez que até na Guiné já se fala do assunto, porque não nos engajamos no sentido de nos ajudarmos, de a eliminarmos [a pratica da MGF]? Eu fui mutilada e tenho um a filha de vinte e quatro anos que não foi porque é um sofrimento para nós e não o permiti.

No dia de Março de 2011, fui convidada pela associação de estudantes para dar uma palestra na Universidade Lusófona. Falei, fui apaludida, todos acharam muito bonito até que chegou à parte do Fanado. Aí os homens que lá se encontravam começaram a sair um por um. Acredito que é preciso muita sensibilização. (MM)

Anós nó ka na téne vergonha di difindi no cabeça pabia bu sinti mesmo vergonha ora ke bu tchiga na um hospital. Ami n'bai pa bai fasi um exame de Papa-Nicolau nundé ke médica tchama si kumpanhér pa d'jubin porke n'bai fanadu. N'falal, n'bai má si aós n'ka na bai. N'lebadu na altura ke n'ka pudi difindi nha kabeça, má si aós ke n'pudi difindi nha cabeça, n'ka na bai fanadu.

Mindjer rabida e falam kum ami i ka culpada. N'falal ami i ka culpada má aós n'téne direito pa konta d'gintis kuma ké ke n'passa aonti, ku ké ke n'na sufri aós, na façi gintis sibi kuma é ka didi façidu él. Anós no ta sinti mesmu discriminadu na sociedadadi.

Pa nó tchiganta és conbersa a tudu comunidadi ke esta li, nó ta aluga um salón pa nó fazi tipo um palestra pa sensibiliza tudu mindjer pabia se bu fala són festa, tudu ginti na bai, se bu fala fanadu, é ka na bai. Óra ke é tchiga lá, no ta iábri um sessão para explica ké ke t'chigantanu lá.

D'Jenabú D'Jau

Não devemos ter vergonha de nos defendernos porque sentimos muita vergonha quando vamos a um hospital. Fui fazer um exame, o Papa Nicolau e ocorreu que a médica chamou uma colega sua para ver que fui ao Fanado. Perguntaram-me e eu respondi que sim, que tinha sido cortada, mas que se fosse nos dias de hoje não ia. Quando fui não me podia defender, caso contrário, não iria ao Fanado.

Ela disse-me que eu não era culpada. Eu concordei e disse que agora tenho o direito de informar às pessoas sobre o que sofri no passado e sobre o que ainda sofro na actualidade para que as outras mulheres saibam que não o devem permitir. Sentimo-nos mesmo discriminadas na sociedade [referindo-se às mulheres submetidas à prática da MGF].

Para que este tema pudesse chegar a todas as comunidades que estão aqui, sugiro que alugássemos um salão onde se pudesse dar uma palestra no sentido de sensibilizar todas as mulheres. Teria que se fazer uma festa para atrair as pessoas e depois introduzia-se o tema, porque se dissermos que é só uma palestra, as pessoas não vão. (DD)

I muito importante, anós priméru kuza ke nó tem ke combati i vergonha pabia mindjer ta burgunhu mindjer, fidju ta burgunhu si papé. Nin si téne doença di sexo i ta burgunhu si papé... li na Carcavelos à pouco tempu alguim bota si fidju fanadu kila bim murri. Na Carregado tán i mesmu prucesso. Portanto anos nó na prejudica són nó saúde...

Sr. Coli Embaló

É muito importante que se combata a vergonha antes de tudo porque as mulheres sentem vergonha perante outras mulheres e as filhas sentem vergonha perante o pai. Mesmo que tenham alguma doença ou problema relacionado com o sexo elas não falam com os pais porque têm vergonha... Aqui em Carcavelos e muito recentemente, faleceu uma criança devido às consequências do Fanado. No carregado aconteceu o mesmo. Assim nós só prejudicamos a nossa saúde. (CE)

... Nha tia ta bota fanadu, si faka fica pa mim má ami nunca n'esta de acordo na ki projecto. N'ka na tchiga di pega faca pabia nha tia dixam ke faca. N'tomál no fasi ki cerimónia, má não di bota. Na fanadu di 88, puko badjudas di Sintra ke ka bai fanadu. Alguim ta bai regua són bu ta obil na baraka. Pabia di ké?

Colegas bai bu fika abó són na casadia, é ta falau kuma se bu ka bai fanadu bu ka pudi bin n'dianta ku gintiss.

Si dunu ta dixam regua i bai odjau na baraka. Se gintis bai paga pa tirál i ta néga sai. Nó didi dixam korta pabia i ta fasi mal pa saúde. Alguim garandi nó tem ke papia kél diritu, i ka pa fala kuma kin ke bai fanadu, bu ka ta sinti kél diritu. Éss i um humilhaçón".

Mariama Camara

A minha tia era fanateca e eu herdei a sua faca. Nunca a usei porque não estava de acordo com esse processo. Fiz as cerimónias básicas com a faca, mas não no sentido de cortar ninguém. No Fanado de 88, foram poucas as raparigas do bairro de Sintra que não foram ao Fanado. A pessoa saía de casa para ir regar as plantações ou algo e de repente

já estava na barraca, isto porque as amigas que iam gozavam e discriminavam as outras dizendo que depois não se poderiam voltar a reunir pois já teriam um estatuto diferente

Deste modo, largavam o que estavam a fazer e dirigiam-se para as barracas ao encontro das amigas, e mesmo que os pais lá fossem para as tirar de lá, elas não queriam sair. Devemos parar com isso porque faz mal à nossa saúde e ao falar com as anciãs devemos ter alguma atenção pois é uma humilhação para as mulheres quando um homem diz que não se sente bem com mulheres mutiladas. (MC)

Kuza do bóta fanadu, na livro di Alcorón, i ka esta la. I tem mindjeris, i ka muçulmanus ou utru kuza, pa nó fala són kuma fanadu di mindjer ka bom. Se nó fala kuma homi ka ta sinti bem ku minder ke bai fanadu, kila na tissi confusón. I ka assim. Nó na n'goda nan, i um kuza ke nó na tira, ke é tarda ta fasi. Se nó na tiral no tem ke tirál devagarinho, devagarinho. I ka kuma ku força ou ku kalabuss ou utru kuza. Ami n'mati, é punta tudu gintis ke ta bota fanadu: Kantu ke bu ta otcha? Si dunu ta konta. Kilas cada miss gossi é ta dadu. Ninguim ka ta bota la. Té na Senegal mesmo. Má se bu fala gossi, kin ke bota fanadu nó na mitil na kalabuss, utrus ka na dixá. Nó na n'goda nan.

Idrissa D'jabaté

A prática do Fanado não se encontra no Alcorão. Não nos podemos dirigir só às mulheres mutiladas, mas sim a todas as mulheres e dizer que o Fanado das mulheres não é bom. Não é bom que se diga que os homens não se sentem bem com mulheres mutiladas, pois poderá trazer confusões.

Temos que pedir e não impor ou ameaçar com penas de prisão porque é uma prática que perdura à muito tempo. Testemunhei quando negociavam com as fanatecas, estas diziam quanto ganhavam com a prática passando a receber o valor, pois paravam com a prática. Até no Senegal usam esse método. Caso se continue com as ameaças de condenação e prisão, então não haverá bons resultados. Só temos é que pedir com jeito. (ID)

... Pa kabál i ka fácil, i tarbadju garandi. Má tudo kuza ke kumsa antis di profeta Muhammad, lá ke é fanadu kumsa, pa bin kabál són i muito pisadu. Ora ke menino padidu i botadu fanadu, i ta torna riba más. Conforme i na garandi assi ki ta kirsci.

Se bu leba mininu garandi fanadu é ta limpal na tudu. Óra que na menstrua, bu na sinti, óra di bin padi, i ista más ku bó.

Se bó papial li pa um sumana, duss suman ou um miss bó paral, sibi kuma nada ka ten. És són pa pega nan tesu pa kontinua.

Aliu Sumanu

... Acabar com isso não é fácil, é um trabalho enorme. É uma prática que começou antes do profeta Muhammad por isso torna-se difícil erradica-la. Quando nasce uma criança ela é logo mutilada mas conforme vai crescendo aquilo [clítoris] cresce de novo.

Quando cortam as meninas, estas sofrem as consequências quando menstruam, quando dão à luz, a dor está sempre com elas.

A consciencialização tem que ser continua, não vale a pena falarmos durante uma ou duas semans e parar. Assim não chegamos lá. (AS)

... Deveria-se fazer um encontro entre mulheres mutiladas e não mutiladas de forma a falarem das suas diferenças, ou mesmo falar nas festas das comunidades.

Tem que se trabalhar a comunicação social, a rádio, a televisão...os pais ao ver o telejornal e de repente vêm uma notícia dessas, começam a pensar. Tem que se fazer mais barulho!

Carolina Estêvão

Quero dar o meu contributo não como Vilma, mas como pessoa e mulher. Acho que tem que se unir todas as pessoas no terreno, e como dizia a Edna, tem que se fazer barulho senão não vale a pena. É preciso mostrar, tirar o lixo de baixo do tapete para se limpar, é preciso desarrumar para arrumar.

Eu insisto, todo o trabalho tem que ser feito com a rádio, com a televisão. Tem que haver parcerias em que vão lá todos os dias nem que sejam cinco minutos, porque assim as pessoas já vão ouvindo e vai parecendo um hábito, então já falam, mesmo que seja para dizer: eu não concordo. Tem que entrar na mente das pessoas. É muito importante sensibilizarem as massas.

Vilma Vieira, Jornalista

Bó konbersa ke nó garandis ke ta façi é kuza. I garandi ou i mininu ke tene faca pa nó djunda eliss. Na dentro di é kuza, lá ke é ta otcha sé salsinho, ou é otcha sé kumida, sé na tiradu na kila é ta konbersado.

Maimuna Baldé

Conversem com as fanatecas. Sejam elas mais velhas ou mais novas, temos que as puxar para o nosso lado. É através da prática que elas vão ganhando o seu sal, a sua comida, e se querem que elas parem com a prática, tudo pode ser conversado. (MB)

N'téne um nha familia pertu di mim ke ta bota fanadu, n'tchomal n'falal n'ta gosi i kuma, kuza di bota fanadu, manera ki mundu ka esta di acordo pa bota fanadu. I falam: n'tá essis na pudi tira gintiss na bota fanadu? N'falal, n'otcha kuma bo didi dixal. Pa ké ke n'odja, és ska na sedu fácil pa kaba pabia é odja kuma mundu fínka udju riba di kuza di bota fanadu, então li é na perferi óra ke algim padi bébe é na panha són é bota fanadu. N'falal se no garandiss fala i ka esta na Alcorán, n'pensa kuma abós ke ta bota bo didi disisti. I falam: Não, n'ka ta fasi tchiu, um bocadinho són, só pikininu són pa odja ki sangui bu dixa si dunu. Manéra ke n'esta pali, má se n'esta ba la, ela na luta tok n'konvencil. Má i ka na sedu fácil dé.

Mamam N'Sánha

Tenho uma familiar que é fanateca e tentei sensibilizá-la perguntando-lhe como seria agora que o mundo todo está contra a prática do Fanado e disse-lhe que ela deveria parar. Ela respondeu: achas que eles poderão acabar com o Fanado?

Pelo que vejo não será fácil erradicar a prática porque como sabem que o mundo tem os olhos postos nelas, agora logo que uma criança nasce vão aproveitar para cortá-la enquanto bebé. Disse-lhe ainda que as fanatecas deveriam parar uma vez que até os nossos anciãos disseram que o Fanado não consta no Alcorão. Ela respondeu: Já não corto muito, é só um bocadinho para poder derramar o sangue e pronto, deixo a pessoa ir. Se estivesse lá [em Bissau], lutava até convencê-la a parar, mas como estou aqui. Não será fácil. (MN)

Fig. 4 Participantes da Conferência na Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa a 30.04.2012



No final de cada testemunho/ sugestão, Fatumata fez uma observação geral focando as estratégias que cada um mencionou, como por exemplo:

- Trabalhar em parceria com as autoridades não tendo medo de fazer denúncias;
- Negociar com as Fanatecas de forma a “largarem as facas” em troca de uma recompensa monetária para que não percam o seu meio de subsistência;
- Escolher a melhor forma de se dirigir às comunidades praticantes para que estas não se sintam ofendidas;
- Fazer festas comemorativas nas comunidades de forma a atrair pessoas para o debate ou processo de sensibilização;
- Passar a palavra através das associações guineenses e das Federações de futebol, onde se encontra boa parte da população praticante;
- Trabalhar com os homens, de forma a mostrarem às suas mulheres e filhas, a sua oposição à prática.
- Investir na comunicação social. Televisão, rádio, reportagens, propaganda;

Fatumata salientou que antes de tudo, esta é uma prática secular que não será resolvida só na base da lei, mas com muito trabalho de terreno e colaboração entre as próprias comunidades.

Quanto à sugestão de Maimuna Baldé e de Idrissa D’jabaté no sentido de criar um subsídio para as Fanatecas para que estas “largem as facas”, sendo a circuncisão feminina uma fonte insubstituível de receitas para as executantes que são na sua maioria mulheres idosas. Só um número muito limitado de funções remuneradas estão abertas para as mulheres que vivem em áreas rurais da África, assim, pôr fim a esta prática seria sempre colocar um fim a uma forma indispensável de rendimento (OMS. 2001: 48), Fatumata diz que não concorda com esta metodologia porque a MGF era praticada sobretudo nas “tabankas”, ou seja no interior, onde não havia grande fluxo financeiro, sendo as fanatecas recompensadas, com o enorme respeito e admiração que se nutria por elas e por vezes com a oferta de alguns bens alimentares.

Também porque já se tinha feito essa experiência na Guiné-Bissau, tendo resultados negativos, uma vez que as mesmas recebiam o valor acordado e continuavam com a prática, e também porque desde aí começaram a aparecer situações de fraude, pois muitas senhoras faziam-se passar por Fanatecas, de forma a receber a indemnização.

Por isso Fatumata recomendou que a solução não passasse da informação e da sensibilização.

Disse ainda que o método de abordagem já foi melhorado, pois não basta pedir ou pressionar para que parem com a prática. É também necessário mostrar que estão dispostas a ajudar/colaborar. Por isso, existe um fundo⁴² (disponibilizado e gerido pelo Comitê Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança na Guiné-Bissau e por outras ONG's nacionais) à disposição nas zonas de intervenção, de forma a proporcionarem atividades geradoras de rendimento, podendo as fanatecas e as mulheres da comunidade, desenvolverem os seus projetos.

Nó didi konta nan n'utru bardadi. É prática i téne consequência negativa na nó saúde, nó dibi di abandonál. Pabia se nó fala li nó na da dinhéru, nha érmons nó ka na bin téne dinhéru pa da gintis. (FB)

Devemos ser verdadeiros uns com os outros. Esta prática tem consequências negativas para a nossa saúde e devemos abandoná-la. Porque se formos pela via de dar dinheiro às fanatecas, então meus irmãos não teremos dinheiro suficiente para todas. (FB)

Relativamente à sugestão dos festejos nas comunidades, Fatumata também aprovou, e propôs ainda que artistas guineenses cantassem músicas que falem da prática da MGF durante as festas das comunidades, pois seria uma boa forma de abordagem e de sensibilização.

⁴² É um fundo de carácter rotativo que é disponibilizado a duas/três pessoas em simultâneo, que após desenvolverem os seus projetos e efetuarem a devolução do valor, é novamente disponibilizado para outras mulheres, e assim sucessivamente.

Como o Sr. Coli Embaló referiu, o principal ponto de partida é acabar com a vergonha em falar do tema. Uma vez que as mutilações genitais geralmente não são visíveis e os programas de educação em saúde não têm sido dirigidos para essa prática, a escassez de dados que mostrem os danos físicos e a angústia provocados por esta prática faz com que seja difícil convencer as pessoas a lutar contra o problema. Além disso, o carácter privado da prática e o tabu em torno dos genitais e da sexualidade desestimula a discussão sobre a circuncisão feminina (OMS, 2001: 55)

Deste modo, Fatumata sugeriu que se organizassem grupos de homens e de mulheres nas associações, para falarem com indivíduos do mesmo sexo, pois assim a comunicação seria mais benéfica, trazendo resultados positivos.

Fatumata terminou as observações apoiando a minha sugestão relacionada com a intervenção masculina, pois estes ajudariam a proteger as raparigas, e também o investimento na comunicação social, como referiu Carolina Estêvão e a jornalista Vilma Vieira, descrevendo que:

I tén estratégias ke bu tem ke dirigi a jovens, i tem estratégias ke bu na dirigi a mindjeris, i tem estratégias ke bu na dirigi a homis. Bu na envovi rádio. Suma ke Vilma fala, um programa di cinco minutos por dia, bu papiadu um kuza di fanadu, gintiss na obil. (FB)

Existem estratégias que devemos dirigir aos jovens, estratégias que devemos dirigir às mulheres e estratégias que devemos dirigir aos homens. Ao envolvermos a Rádio como sugeriu a Vilma, com um aprograma de cinco minutos por dia em que se fale do fanado, tenho certeza que as pessoas darão ouvidos ao assunto. (FB)

Apesar da pouca adesão das associações guineenses em Portugal, por motivos vários, entre os quais a falta de disponibilidade, incompatibilidade de horários, motivos laborais, vergonha ou resistência, a conferência teve resultados positivos, pois foi possível

ouvir o contributo de muitas mulheres vítimas da prática e também de alguns homens, de forma a delinear uma estratégia de combate à MGF nas comunidades guineenses residentes em Portugal e não só.

3.3. *Palestra na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

Convidada para dar uma Palestra sobre a MGF na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 2 de Maio do corrente ano (2012), Fatumata Baldé falou de um caso de sucesso em relação à MGF, que resultou na condenação de três Fanatecas na Guiné-Bissau. Houve uma denúncia de uma prática de MGF, e quando a fanateca foi questionada pelas autoridades, acabou por denunciar as outras duas que também participaram no ato. Contudo, por razões de precariedade das condições higiénicas e não só, das instalações, estas não ficaram detidas, ficando sob termo de identificação diária, até à data do julgamento.

As Fanatecas foram julgadas e dado que todas tinham uma idade avançada, tendo a mais nova sessenta e quatro anos, foram somente condenadas a uma pena suspensa de três anos e a pagar uma multa. Fatumata acredita que a sentença foi pequena mas simultaneamente grande, no sentido em que se trata do primeiro caso onde se condena alguém pela prática da MGF.

Diz que mesmo aqui em Portugal, as pessoas se questionam sobre a aplicabilidade da nova lei argumentando que a Guiné-Bissau não tem justiça, ao que Fatumata contrapõe dizendo que: *Sim, a lei já está a fazer alguma coisa.*(FB)

Acredita no sucesso dessa mesma lei, e afirma que lutou para que a lei existisse pois está a ajudar a combater a prática. Fatumata disse também que vai continuar a trabalhar no sentido de o governo incluir no currículo escolar informações para o abandono

de práticas tradicionais nefastas e envolver as religiões islâmica, católica e evangélica no combate contra a mutilação genital feminina.

Ainda durante a Palestra, Fatumata falou um pouco da sua experiência como mutilada, salientando a falta de informação ou conhecimento.

Eu também insultava as outras meninas que não tinham sido mutiladas porque não sabia! Todos vocês podem gostar de mim mas quem mais gosta de mim é a minha mãe e infelizmente, a pessoa que mais gosta de mim, foi quem me submeteu a essa prática. Ela não sabia das consequências. Tendo noção das consequências, tenho quase a certeza que ela não me ia submeter. Eu como tenho noção, por isso estou cá para vos falar das consequências e para dizer que abandonem a prática. (FB)

Numa tentativa de sensibilização, houve um evento na Amadora, e num salão cheio de africanos, Fatumata disse que o discurso começou da seguinte forma:

Vocês têm que abandonar essa prática!

Ao que alguém respondeu:

Mas esse branco, o que é que ele quer? Que abandone a minha prática?"

Com isto Fatumata alerta para o modo de sensibilização pois assim as comunidades praticantes começam a ver a intervenção dessas pessoas, ativistas ou organizações como uma ingerência na sua cultura, ou seja, como uma aculturação do ocidente.

Como sendo mulher e trabalhando em prol dos direitos humanos, mais concretamente em prol da erradicação da MGF e outras práticas nefastas na Guiné-Bissau, Fatumata sofreu várias ameaças, tendo inclusive que andar com seguranças pessoais, durante algum tempo. Afirma que:

Houve ameaças, mas quem trabalha em direitos humanos, mesmo na Europa onde há países desenvolvidos sofrem-na quanto mais em países como os nossos onde um jornalista e as pessoas às vezes não podem falar o que querem. (FB)

Apesar de tudo, diz não ter medo das ameaças e assumiu que:

Eu tenho consciência que trabalhar em direitos humanos, a pessoa corre um certo risco, e é normal que as pessoas façam essas ameaças porque elas sentem que nós estamos, eu, fundamentalmente, a tentar tirar-lhes uma parte da sua pertença cultural.

Por isso é que eu disse, compreendo bem, entendo e sei que fazem aquilo para ver se conseguem um suporte para continuarem com todas aquelas práticas que elas fazem, mas que no fundo, no fundo, algumas pessoas que ameaçaram ontem, hoje já são minhas amigas que telefonam para marcar um reencontro, porque já foram consciencializadas.

Os que ainda estão a ameaçar, são aqueles que ainda realmente não conseguiram ser sensibilizados, não conseguiram ser informados e por isso estão mais fechados. Ainda estão, mais ligados à crença. (FB)

CONCLUSÃO

Conclusão

Depois de ter participado em eventos cujo tema era a MGF e de ter ouvido discursos de profissionais, de ativistas e de técnicas da UMAR, pude concluir que em Portugal, país recetor de imigrantes guineenses que têm transportado as suas práticas culturais para onde emigram, ainda existe pouco conhecimento sobre a prática.

Apesar de, desde 2002, ano em que o tema foi destacado pela jornalista Sofia Branco, ter-se estado a trabalhar em torno do tema, no sentido de familiarizar, divulgar e sensibilizar e de se ter criado o I e II Plano de Ação para a eliminação da MGF, também no sentido de informar, prevenir e combater a prática, é necessário trabalhar mais ainda sobre esta questão, de forma e contorná-la.

Dado que os filhos dos imigrantes que aqui nascem, são considerados portugueses pois obtém a nacionalidade portuguesa, e dado que existe a prática da MGF em território nacional (de acordo com o testemunhos, não tendo eu provas concretas) a prática da MGF passará a ser praticada numa criança portuguesa e não numa criança guineense, o que levará a crer (estatisticamente) que os portugueses sofrem a MGF, pois a prática passará a estar relacionada com a população portuguesa e não com os imigrantes que transportam a sua cultura.

Atualmente ao invés de se mandar as crianças de férias para serem mutiladas, já há uma forma mais prática de as submeter à prática. A fanateca vem de Bissau para Portugal, realiza o corte em casa, recebe o pagamento pelo serviço prestado e regressa sem que as autoridades, os serviços sociais e a proteção de menores, etc., dêem conta.

A comunidade internacional expressa-se constantemente acerca dos pontos negativos da prática da MGF como sendo uma violação de direitos humanos, contudo, num dos Tratados de direitos humanos, mais precisamente no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, das Nações Unidas, de 1966, consta que o ser humano tem direitos culturais, daí a dúvida de muitos em relação à prática da MGF.

Como defender os direitos humanos quando se recrimina uma prática dita “cultural”, tentando impedir um direito à cultura, e como respeitar e aceitar os direitos

culturais quando estes violam os direitos humanos? Será que os antropólogos devem associar o relativismo cultural a esta prática?

Ao contrário das defensoras, as opositoras da prática pensam que não, na medida em que deixa de ser uma questão de foro cultural quando se torna numa prática ofensiva que viola os direitos humanos, acreditando que a dignidade da pessoa humana deve estar acima de qualquer ato cultural.

De salientar que durante a cerimónia do Fanado, as mulheres e crianças são torturadas, violentadas, mutiladas, submetidas a tratamentos cruéis, retiram-lhes o direito à vida tanto no sentido físico (porque corre-se risco de morte) como não físico (pois fica-se perturbado a nível psicológico devido às lembranças e pesadelos), fica-se com a vida condicionada a ponto de não conseguirem ter uma vida sexualmente satisfatória, havendo também consequências em caso de natalidade pois algumas não conseguem ser mães e a maioria sofre novamente no momento do parto.

Há relativismos e relativismos, cultural, moral... Culturas e tradições são elementos dinâmicos e sujeitos a constante mudança e re-elaboração. A situação complica-se na questão normativa, na aplicação de leis, na defesa dos direitos humanos, aí, creio que o papel das ciências humanas pode ser ambíguo porque pode justificar a violência por supostamente tratar-se de uma resistência cultural.

Inicialmente a luta contra a mutilação foi considerada uma ofensa aos costumes e à cultura de muitos povos, contudo, sabe-se que hoje o combate é assumido por muitas organizações, como por exemplo, a ONU, a OMS, a UMAR, a APF (Associação para o Planeamento de Família), que trabalham com o intuito de salientar as consequências da mutilação, ao evidenciar e divulgar, por meio de campanhas, a luta pela consciencialização e erradicação dessa prática que viola a dignidade da mulher.

Um dos objectivos desta investigação era saber se a prática derivava de uma questão económica e constatei que sim. Esta prática centra-se especificamente nos grupos sociais menos desfavorecidos, nos grupos que se encontram no interior. Estes têm um baixo aproveitamento escolar, ou até pode-se dizer que não têm aproveitamento nenhum, ignoram as leis pois o “Régulo” (Chefe da Tabanka) é a lei. Alguns desconhecem e outros

ignoram a existência de prazer sexual feminino.

Para essas classes a mulher serve, ou é criada para um que um dia, se case e sirva ao seu marido em todos os aspetos, principalmente a nível sexual. O prazer/orgasmo feminino ainda é inaceitável ou desconhecido nessas classes, daí a remoção do clítoris, pois o prazer sexual é algo destinado somente aos homens.

Já a classe mais favorecida, ou seja, a população que se encontra nas cidades, têm conhecimento da existência do orgasmo feminino, através do estímulo do clítoris (o que não quer dizer que a classe menos desfavorecida não tenha), demonstram maior respeito pela mulher e valorizam-na. Têm melhores condições económicas, podendo obter uma melhor educação de forma a ter um futuro profissional, não estando somente destinada ao casamento.

Têm também maior contacto com o exterior, pois a facilidade em termos de mobilidade nos dias que decorrem é fundamental pois as pessoas saem do seu meio, relacionam-se com outras culturas, aprendem, apreendem, adquirem noções de direitos humanos, fazendo com que a maioria mude de posição em relação à prática, regressando ao seu país de origem com outra visão, podendo assim contribuir positivamente para a melhoria da implementação dos direitos humanos no país.

No que toca à lei que pune a prática da MGF na Guiné-Bissau, esta é desacreditada por quase todas as vítimas entrevistadas. A lei foi promulgada, o Estado respondeu às críticas e exigências da Comunidade Internacional e da ONU, particularmente na implementação das normas de direitos humanos, ficando numa posição favorável em termos diplomáticos.

Apesar de ter sido um grande passo para o país e uma grande conquista dos ativistas que lutaram pela lei durante anos, o problema consiste no trabalho de terreno, ou seja na implementação da lei, que se torna quase impossível, pois este é um dos países mais pobres do mundo e onde se vive em condições precárias e conflituosas, condições-chave para o insucesso da implementação dos direitos humanos na Guiné-Bissau.

Contudo, a prática da MGF tem diminuído na Guiné-Bissau, devido à Legislação que a pune, à luta das ONG's e da sociedade civil, o que vai contra a convicção das entrevistadas que apoiam a prática sendo que defendem a sua permanência no país e além

fronteiras, independentemente das leis que a condenem (respondendo assim a outro objectivo da investigação).

Depois de ouvir vários testemunhos, na sua maioria de mulheres guineenses que foram submetidas à prática de MGF, imigrantes e residentes no concelho Cascais, pude atingir outros dois objectivos desta investigação. As defensoras da prática justificaram-na e defenderam-na como sendo uma prática de índole religiosa e cultural que tem que permanecer porque está escrito no Alcorão, e como sendo a garantia da virgindade da mulher até ao casamento, motivo de orgulho e respeito para os seus pais.

Por outro lado, as oponentes da prática dizem não haver uma justificação para a sua prevalência e que este não passa de um hábito cruel.

As suas avós acreditavam na obrigação da prática e praticaram-na nas suas mães. As suas mães não se opuseram porque não tinham direito de escolha, sendo que tentaram defender as suas filhas. Elas, as vítimas, já se posicionam não permitindo que as suas filhas passem pelo mesmo.

Também foi possível constatar que há mudanças de posições em relação à prática da MGF, sendo que muitas destas opuseram-se à prática, havendo somente duas defensoras. Se tivesse feito esta pesquisa há uns anos atrás, talvez não tivesse obtido os mesmos resultados porque as testemunhas, tanto as oponentes como as defensoras da prática, estariam mais oprimidas, mais envergonhadas e não teriam a abertura que têm agora. Acredito também que as oponentes não se sentiriam à vontade para se posicionar, dado o tabu do tema e também por medo ou respeito pelos familiares, líderes religiosos e as próprias fanatecas.

Contudo, talvez as mudanças globais, o multiculturalismo e a liberdade de expressão tenham conduzido a uma participação plena destas, reivindicando a erradicação da prática (as oponentes) ou o direito à cultura (as defensoras).

No meu ponto de vista e tendo sido discutido numa conferência que teve lugar na Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, a participação masculina é fundamental no processo de eliminação da prática da MGF (a nível interno, nacional) uma vez que esta

existe, em grande parte devido à sua imposição e concepção ideológica e religiosa sobre o corpo feminino, a sexualidade, a procriação, etc.

Segundo a história que me foi narrada, os homens estavam constantemente em viagem, ficando meses fora das aldeias, daí começaram a mutilar as mulheres para que estas não sentissem desejo sexual, não se envolvendo assim com nenhum outro homem até ao seu regresso. Assim garantiam a fidelidade da mulher, bem como a virgindade e um casamento para as suas filhas.

Creio que para se corrigir um erro, tem que se recuar e trabalhar no ponto de partida desse mesmo erro, ou seja, neste caso, a iniciativa de desmobilização deve partir então da sua causa fundamental, que é o homem.

A partir do momento em que um homem diga que não quer uma mulher mutilada porque esta não corresponde a nível sexual, tendo dificuldades no ato sexual (devido a traumas, vergonha, lesões, fístulas, etc), ou na zona genital impedindo o ato e/ou a satisfação plena, mostrando que a prática da MGF não é benéfica nem para as mulheres, e nem para os homens, pois impede ou limita o prazer de ambos (no caso das mulheres infibuladas e não só, o homem também tem dores e sofre durante o ato sexual, daí a falta de prazer e de interesse para ambos), a situação mudará.

A história da prática da MGF sofrerá uma grande alteração, porque a partir desse momento a prática será eliminada em grande número, em prol da garantia de um mesmo casamento que infelizmente ainda é o único futuro destinado à maioria das mulheres africanas.

Por outro lado também é benéfico, isto no meu ponto de vista e dadas as circunstâncias e a realidade do mundo de hoje, que a mulher tenha relações sexuais antes do casamento, de modo a adquirir experiência/conhecimento, correspondendo assim ao seu companheiro que por sua vez, já teve experiências anteriores. Creio que muitos maridos, procurariam menos parceiras, ou casar-se-iam com menos mulheres em simultâneo, caso houvesse um equilíbrio ou uma maior satisfação a nível sexual, podendo proporcionar assim, maior satisfação à parceira.

De salientar que, não defendo o fim da prática em prol da satisfação masculina, sendo este somente um argumento que sei que terá maior influência (do que os argumentos

já apresentados) nas decisões das mulheres africanas. Esta estratégia poderá não mudar o poder discricionário dos homens sobre as mulheres, mas uma vez que já o detêm, este poderia ser utilizado para um bem maior, que é a erradicação da prática da MGF.

Apesar de muitas mulheres dizem que não o fazem por imposição dos homens, a realidade é que o fazem por causa deles, pois o objetivo é agradá-los. Nos dias que decorrem e apesar das mudanças, muitos homens ainda impõem que as mulheres sejam cortadas para se poderem casar. Fazem-no também por uma questão de respeito pela sabedoria dos mais velhos e não põem em causa nem questionam a prática, pois seria um ultraje, uma ofensa à cultura e aos anciãos considerados sábios, e também para garantir o respeito dos seus pais perante as comunidades.

No que toca à metodologia de abordagem aos povos praticantes, este tem que ser alterado uma vez que a cultura ocidental é caracterizada por tentar impôr os direitos humanos através da força aos povos neo-colonizados.

Por outro lado, existe a questão de se considerar ou não os direitos humanos como sendo universais, estando estes formulados da forma como estão, ou seja, estando muito centrados na pessoa branca ou europeia e principalmente nos homens (tendo vindo a existir à posteriori algumas alterações que englobam as mulheres).

Dada a perspectiva, muitas culturas entendem que os direitos humanos são uma forma de colonização, ou que faz parte de um conjunto de outras coisas que o mundo ocidental quer impor. É sim necessário que se desassocie os direitos humanos da sua origem histórica. Assim, a luta pelo fim da prática da MGF não seria considerada uma afronta às culturas e aos povos praticantes.

Imaginemos que a situação fosse contrária, em que o mundo islâmico criticasse as mulheres ocidentais por não serem submetidas à prática, por não andarem com o corpo tapado ou por não aceitarem a bígamia, escrevendo críticas, organizando eventos, tentando sensibilizar as imigrantes residentes nos seus países a submeterem-se às suas crenças/segurem o Alcorão, defendendo e criando leis que punissem as não excisadas, com base numa declaração de direitos humanos escrita sob preceitos islâmicos?

Como seria? Como reagiria/responderia o mundo ocidental? Deixava-se influenciar pelas teorias islâmicas abdicando da sua cultura ou a defenderia colocando a ciência acima

de qualquer crença religiosa, entendendo/acusando os islâmicos de interferirem na sua liberdade?

Coloca-se aqui uma grande questão, ou seja, em que medida se pode ensinar uma melhor forma de vida aos outros sem se estar comprometido com uma revisão da própria cultura? O mais fácil é simplesmente impor, em nome dos bons costumes, da moral, ou do bom Deus cristão, contudo, de uma forma adequada, pode-se sim, apresentar soluções aos outros povos, através de negociações e não de imposições.

Esta pesquisa foi feita com muitas hesitações. Por muitas vezes pensei em desistir dado o seu conteúdo porque durante o trabalho de campo, fui entendendo que existe uma longa distância entre ter conhecimento do tema e falar informalmente com pessoas que também tinham algum conhecimento, e aprofundar o tema, ver imagens de mulheres mutiladas genitalmente, ouvir testemunhos sofridos.

Era como se vivesse/sofresse o que as vítimas sofreram, pois era impossível ficar indiferente e não reagir a certas emoções. Apesar das hesitações, pensei que a pesquisa pudesse ser útil para sensibilizar e talvez ajudar nas estratégias de combate à prática.

Antes de ouvir os testemunhos, estava indecisa em relação à questão cultural, porque por vezes, como antropóloga, pensava que se tratava de uma ingerência na cultura, pois algumas mulheres, ou a maioria, é a favor da prática. O uso da burca também é visto de forma negativa pelo ocidente, mas quem garante que as mulheres que a usam, não o fazem por se sentirem melhor assim?

Aqui encontrei várias oponentes, mas não podemos esquecer que estamos num país europeu e que os imigrantes estão a sofrer uma aculturação, passando a ver o mundo de forma mais europeia. Se a pesquisa fosse feita na Guiné-Bissau ou num país extremamente islâmico, creio que os resultados seriam opostos, sendo a maioria das testemunhas a favor da prática.

Como antropóloga, e havendo oponentes e apoiantes da prática, pensava que a solução seria a não imposição da erradicação, mas sim, uma via em que não houvesse mutilações antes que as raparigas atingissem a maioridade, tendo assim o direito de escolha, pois já estariam mais informadas dos riscos da prática e de tudo relativo a ela.

Mesmo que fossem influenciadas na escolha, mas pelo menos já o fariam de plena consciência não sendo forçadas nem torturadas enquanto crianças (como em alguns casos), sem saber porque foram cortadas.

Entretanto, durante a pesquisa bibliográfica e no seguimento dos testemunhos das vítimas oponentes, regressei à minha personagem humanitária, consciencializando-me, de que afinal não se tratava de uma prática do foro cultural. Tive consciência da dimensão das suas consequências, constatei que não se encontrava escrita no Alcorão, e principalmente que não só as testemunhas, como os familiares em si, não sabiam explicar o porquê da prática. Anulei de imediato a minha posição anterior, ou seja, em relação ao direito de escolha, aquando da maioridade, pois esta prática é uma violação dos direitos humanos.

Por fim, sendo licenciada em Relações Internacionais, só posso dizer que tem que haver maior parceria entre os Estados que queiram erradicar esta prática, pois só assim se garante o sucesso deste combate.

Os Estados que ainda não o fizeram, devem ratificar os Tratados de direitos humanos da ONU, principalmente o CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres) e a CDC (Convenção sobre os Direitos das Crianças), bem como os seus protocolos Facultativos, e também os Tratados Regionais que defendam os direitos das mulheres e das crianças.

Os governos devem adotar leis nacionais que proibam a prática, esforçar-se pela implementação dos direitos humanos no país, fazer mais acordos e estratégias internacionais de combate à prática da MGF.

A nível interno, os governos devem trabalhar com as ONG's, com as associações e com a sociedade civil de forma a sensibilizarem e consciencializarem as comunidades praticantes.

A educação também é fundamental para o combate a esta prática, para o desenvolvimento da população e para a erradicação de outras práticas nefastas contra à criança e contra à mulher. Só assim, poder-se-á atingir alguns dos Objetivos do Milénio

como o caso da promoção da igualdade entre os sexos; da redução da mortalidade infantil; da redução da taxa de mortalidade materna; e do combate ao VIH/SIDA.

Estes são só um ponto de partida, pois há sempre muito mais a fazer.

Bibliografia

ABU-LUGHOD, Lila (2002) *Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Other* in *American Anthropologist*, Research Library, vol. 104, nº 3, pp.783-790

APF - *Mutilação genital feminina: Direitos Humanos de Mulheres e Crianças. Folha de cálculo Countdown 2015 – Europe.*

APF (2009) I Programa de Acção para a eliminação da Mutilação Genital Feminina.

APF (2011) II Programa de Acção para a eliminação da Mutilação Genital Feminina.

BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; BLANC, Cristina Szanton (1994) *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialised Nation-States*. Basel, Gordon and Breach Publishers.

BELL, Kirsten (2005) Genital Cutting and Western Discourses on Sexuality, *Medical Anthropology Quarterly*, New Series, vol. 19, nº 2, pp. 125-148

BERTAUX, Daniel (1981) *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences*. California: Sage Publications.

BOYLE, Elizabeth Heger; MCMORRIS Barbara J.; GÓMEZ, Mayra (2002) “Local Conformity to International Norms - The Case of Female Genital Cutting”. In *International Sociology*. Vol. XVII, nº1, London: SAGE Publications, pp. 05-33.

BRANCO, Sofia (2002) *O Holocausto Silencioso das Mulheres a Quem Continuam a Extrair o Clítoris*. Lisboa: Público.

EL DAREER, A. (1982) *Women, Why do You Weep? Circumcision and its Consequences*. London: Zed Press.

GERHARD, Ute (1990) *Debating Women's Equality: Toward a Feminist Theory of Law from a European ...* New York: Reutgers University Press.

- GRUENBAUM, Ellen (2001) *The Female Circumcision Controversy: An anthropological Perspective*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- HALL, Stuart (1997) *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications. ISBN 0 7619 5431 7
- KENYON, S. M. (1994) “Gender and alliance in central Sudan” in *Journal of Cross-Cultural Gerontology*, nº 9, pp.141-155.
- LEONARD, Lori (2008) *Hearing Alternative Tales of Female Circumcision*. (Qualitative Inquiry). Vol.VI. Texas: SAGE Publications, Inc.
- LEVIN, Tobe (2003) “Female Genital Mutilation and Human Rights” em *Comparative American Studies*. vol I, nº1. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications, pp. 285-316.
- MAHMOOD, Saba (2005) *Politics of Piety*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- MINER, Horace (1942) “Songhoi Circumcision” in *American Anthropologist*, New Series, Vol. 44, nº 4, Parte 1, pp.621-637.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (2011) ONU - *Guia dos Direitos Humanos e Género.vol III. Lei que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina em todo o território nacional*.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (2012) *Orientações da Direção-Geral da Saúde*.
- OBERMEYER, Carla (2003) “The Health Consequences of Female Circumcision: Science, Advocacy, and Standards of Evidence”. em *Medical Anthropology Quarterly*. New Series, vol. 17, nº3. pp. 394-412.
- OMS (2001) *Mutilação Genital Feminina – Integração da Prevenção e do Tratamento nos Currícula de Profissionais de Saúde*. Título original. *Female Genital Mutilation: Integrating the Prevention and Management of the Health Complications into the Curricula of Nursing and Midwifery. A Teacher’s Guide*. Trad. de APF. Lisboa: APF.
- OMS et al. (2009) *Eliminação da Mutilação genital feminina - Declaração Conjunta*. Rev. Trad. João Conceição e Silva. Lisboa: APF. ISBN 978-972-8291-25-9.

- PARKER, Melissa (1995) “Rethinking Female Circumcision” *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 65, nº 4, pp. 506-523
- PORTES, Alejandro (2004), *Convergências teóricas e Dados Empíricos no Estudo do Transnacionalismo Migrante*. Revista Crítica de Ciências Sociais 69.
- SCOTT, James C. (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press.
- SHELL-DUNCAN, Bettina (2008) “From Health to Human Rights: Female Genital Cutting and the Politics of Intervention” *American Anthropologist*, New Series, vol. 110, nº 2, pp. 225-236
- SILVA, Maria Cardeira (2008a) “A «Guerra» Contra MGF. Danos Colaterais” em *Vários – Por Nascer Mulher. Um outro lado dos direitos humanos*. Lisboa: APF.
- SILVA, Maria Cardeira (2008b) *Cultures, Rights and Religions. Small Contributions from Ethnography to Great Anthropological Challenges*. Lisboa: CRIA (Center for Research in Anthropology).
- SILVERMAN, Eric K. (2004) “Anthropology and Circumcision”, in *Annual Review of Anthropology*, vol. 33, pp. 419-445.
- SPRADLEY, James (1979) *The Developmental Research Sequence*, USA.
- TOLHURST Rachel; THEOBALD Sally (2001), “Teaching about Gender, Health, and Communicable Disease: Experiences and Challenges”, *Gender and Development*, vol. 9, nº 2, pp. 74-86
- UE *Fim à Mutilação Genital Feminina – Uma Estratégia para as Instituições da União Europeia – Sumário Executivo*.
- UMAR (2012) Folheto informativo. “A Lei e a prática da excisão” em *Diga Não à Excisão*.
- WASUNNA, Angela (2000) *Towards Redirecting the Female Circumcision Debate: Legal, Ethical and Cultural Considerations*. Canada: McGill Journal of Medicine, pp. 104-110.

WILLIAMS, Lindy; SOBIESZCZYK, Teresa (1997) “Attitudes Surrounding the Continuation of Female Circumcision in the Sudan: Passing the Tradition to the Next Generation” in *Journal of Marriage and Family*, Vol. 59, nº 4, pp. 966-981

ANEXOS

LEGISLAÇÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS
SOBRE A MGF

1. Direitos humanos em Portugal e na Guiné-Bissau

Esta análise, baseada numa vertente mais jurídica, consiste numa breve introdução às leis nacionais de Portugal e da Guiné-Bissau que punem a prática da MGF, bem como nos tratados universais e regionais de direitos humanos de que ambos países são parte.

Consiste também numa descrição da situação dos direitos humanos das mulheres e das crianças na Guiné-Bissau (sendo estas os principais alvos da prática de MGF), com base nas “Concluding Observations” dos respectivos Comités, e numa descrição das principais violações dos direitos humanos, com base na Revisão Periódica Universal e no Relatório de direitos humanos da Amnistia Internacional e da U.S. Department of State.

Portugal ao acolher pessoas oriundas de múltiplas partes do mundo (neste caso específico, da Guiné-Bissau), enfrenta novas conceções e hábitos culturais pois os imigrantes trazem os seus hábitos e práticas quando imigram. A Guiné-Bissau tem grande destaque neste estudo, pois é fulcral entender a situação dos direitos humanos do país emissor de imigrantes onde se pratica a MGF em mulheres e crianças.

1.1. Lei portuguesa contra a MGF¹

«Na Constituição da República Portuguesa, o crime enquadra-se no Art.º 144.º do Código Penal, constituindo uma “Ofensa à Integridade Física Grave”:

Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa de forma a:

- a) Privá-lo de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-lo grave e permanentemente;
- b) Tirar-lhe ou afetar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais ou de procriação, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem;
- c) Provocar-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente, ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou

¹ Folheto informativo da UMAR. *A Lei e a prática da excisão*. In. Diga Não à Excisão.

d) Provocar-lhe perigo para a vida; é punido com pena de prisão de dois a dez anos».

1.2. *Lei guineense contra a MGF*

A Lei nº14/2011 que proíbe e condena a prática da MGF na Guiné-Bissau, foi aprovada em Junho de 2011. Da sua votação resultaram 64 (sessenta e quatro) votos a favor, 1 (um) voto contra e 3 (três) abstenções, isto, num universo de 100 deputados.

O Art. 1º do Capítulo I, diz que: “A presente lei visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina na República da Guiné-Bissau”.

O Art. 3º (1) do mesmo Capítulo, diz que: “É expressamente proibida a prática de excisão feminina em todo o território da Guiné-Bissau”.

O, Art. 4º do Capítulo II diz que: “Quem, por qualquer motivo, efetuar a excisão FEMININA numa das suas variadas formas (clitoriectomia, excisão, incisão, infibulação) com ou sem consentimento da vítima, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos”.

Ainda no mesmo Capítulo, Art. 5º (1): “A excisão praticada sobre menores de idade é punida com pena de prisão de 3 a 9 anos”. O Art. 6º (2) aplica uma pena de 4 a 10 anos de prisão, caso a prática da excisão resulte em morte.²

² Ministério da Justiça – República da Guiné-Bissau; ONU - *Guia dos Direitos Humanos e Género. Lei que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina em todo o território nacional*. 2011.



2. Principais Tratados Universais e Regionais de Direitos Humanos de que a Guiné-Bissau e Portugal integram

Fig.1 Tabela de Tratados de Direitos Humanos da ONU e Protocolos Facultativos ratificados por Portugal e pela Guiné-Bissau.

Tratados	Portugal	Guiné-Bissau
PIDCP	15 Junho 1978	01 Novembro 2010
1 PF – PIDCP	03 Maio 1983	-----
2 PF – PIDCP	17 Outubro 1990	-----
PIDESC	31 Julho 1978	02 Julho 1992
PF – PIDESC	24 Setembro 2009	-----
CEDAW	30 Julho 1980	23 Agosto 1985
PF - CEDAW	26 Abril 2002	05 Agosto 2009
CERD	24 Agosto 1982	01 Novembro 2010
CAT	09 Fevereiro 1989	-----
PF - CAT	-----	-----
CDC	21 Setembro 1990	20 Agosto 1990
PF - CDC - CA	19 Agosto 2003	-----
PF - CDC – VC	16 Maio 2003	-----
CPD	23 Setembro 2009	-----
PF – CPD	23 Setembro 2009	-----

Como consta no quadro acima indicado³, **Portugal é parte** em sete Tratados Universais de Direitos Humanos da ONU, ou seja:

- ✓ No Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (**PIDCP**) de 1966 e nos seus dois Protocolos Facultativos, de 1966 e 1989, sendo que o Segundo Protocolo Facultativo visa a Abolição da Pena de Morte;
- ✓ No Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (**PIDESC**) de 1966 e no seu Protocolo Facultativo de 2008;
- ✓ Na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (**CEDAW**) de 1979 e no seu Protocolo Facultativo de 1999;
- ✓ Na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (**CERD**) de 1966;
- ✓ Na Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (**CAT**) de 1984;
- ✓ Na Convenção sobre os Direitos da Criança (**CDC**) de 1989 e nos seus dois Protocolos Facultativos, sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil (**PF-CDC-VC**) de 2000 e sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados (**PF-CDC-CA**) do mesmo ano;

Portugal tem uma Reserva em relação ao artº2 deste último Protocolo Facultativo⁴, no que concerne à idade mínima estabelecida para o recrutamento militar e participação em conflito armados, pois acredita que deveria ser excluído o ingresso de pessoas com idade inferior aos 18 anos, mesmo estas sendo voluntárias. E em conformidade com o parágrafo 2, artº3 do Protocolo Facultativo, já se encontra estipulada na sua legislação, a idade mínima (18 anos) para recrutamento militar e participação em conflitos armados.

³ Dados disponíveis online no url: <http://treaties.un.org/pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>. [Consultado a 16 de Abril 2012]

⁴ Disponível online no url: http://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-11-b&chapter=4&lang=en#EndDec. [Consultado a 16 de Abril 2012]

- ✓ Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (*CPD*) de 2006 e no seu Protocolo Facultativo do mesmo ano;

Portugal tem também uma Reserva a esta Convenção⁵, relacionada com as Reservas feitas pela Tailândia, pela República de El Salvador e pela República Islâmica do Irão, que impossibilitam a aplicação da Convenção, ou seja, são consideradas Reservas incompatíveis com os objetivos da Convenção.

- ✓ **Portugal só não é parte** em dois Tratados Universais de Direitos Humanos da ONU, ou seja, na Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias (*CMW*) de 1990; e Na Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (*CDF*) de 2006.

Já a **Guiné-Bissau é parte** em cinco Tratados Universais de Direitos Humanos da ONU dos quais não tem reservas:

- ✓ Ratificou o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (*PIDCP*) a 01 de Novembro de 2010;
- ✓ Aderiu ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (*PIDESC*) a 02 de Julho de 1992;
- ✓ Ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (*CEDAW*) a 23 de Agosto de 1985;
- ✓ Ratificou a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (*CERD*) a 01 de Novembro de 2010;
- ✓ Ratificou a Convenção sobre os Direitos das Crianças (*CDC*) a 20 de Agosto de 1990.
- ✓ A **Guiné-Bissau não é parte** em quatro Tratados Universais de Direitos Humanos da ONU, ou seja, na Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (*CAT*) de 1984;

⁵ Disponível online, no url: http://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-15&chapter=4&lang=en#EndDec. [Consultado a 18 de Abril 2012]

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (*CPD*) de 2006;
Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias (*CMW*) de 1990; e
Na Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (*CDF*) de 2006;

*Tratados Regionais*⁶

Fig.2 Tabela de Tratados Regionais ratificados por Portugal e pela Guiné-Bissau

Tratados Regionais	Portugal	Guiné-Bissau
Convenção Europeia dos DH	09 Novembro 1978	
Carta Social Europeia	30 Setembro 1991	
Carta Social Europeia Rev.	30 Maio 2002	
Acto Constitutivo UA		14 Janeiro 2001
Carta Africana DHP		04 Dezembro 1985
Direito dos Refugiados		27 Junho 1989
Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança		19 Junho de 2008
Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África		19 Junho de 2008

Quanto aos tratados regionais de *Direitos Humanos*, **Portugal** é parte na *Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)*, (de 04 de Novembro de 1950/entrada em vigor na ordem internacional a 03 de Setembro de 1953, desde 09 de

⁶ Disponível online no url: <http://www.au.int/en/treaties/status>; e

<http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/ListeTraites.asp?CM=10&CL=ENG>. [Consultado a 25 de Abril 2012]

Novembro de 1978), contendo uma Reserva relacionada com questões dos regulamentos de disciplina militar e de acusação e julgamento dos agentes e do pessoal da PIDE-DGS, que foi extinta pós 25 de Abril de 1974.

No seu Instrumento de trabalho, ou seja, *Carta Social Europeia (CSE)* adotada em Turim a 18 de Outubro de 1961/entrada em vigor na ordem internacional a 26 de Fevereiro de 1965, desde 30 Setembro de 1991; e Na *Carta Social Europeia Revista (CSER)* adotada em Estrasburgo, a 3 de Maio de 1996/entrada em vigor na ordem internacional a 01 de Julho de 1999, desde 30 de Maio de 2002.

A *Guiné-Bissau* é parte da Organização regional, *Organização da Unidade Africana (OUA)*, criada em Addis Abeba a 25 de Maio de 1963, substituída pela *União Africana (UA)*, em Lomé (Togo) a 11 de Julho de 2000/entrada em vigor a 26 de Maio de 2001, tendo ratificado o seu *Ato Constitutivo* a 14 de Janeiro de 2001;

É também parte do seu Instrumento de trabalho, a *Carta Africana dos Direitos do Humanos e dos Povos* desde 04 de Dezembro de 1985. A Carta foi adotada a 26 de Junho de 1981 em Nairobi, Quênia, tendo entrado em vigor a 21 de Outubro de 1986;

Na Convenção da União Africana sobre *Aspetos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África*, (adotada em Addis Abeba, Etiópia a 10 de Fevereiro de 1969, com entrada em vigor a 20 de Junho de 1974), foi ratificada a 27 de Junho de 1989; Na *Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança* (adotada em Addis Abeba, Etiópia a 11 de Julho de 1990, com entrada em vigor a 29 de Novembro de 1999), desde 19 de Junho de 2008;

No *Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África* (adotada em Maputo, Moçambique, a 11 de Julho de 2003, com entrada em vigor a 25 de Novembro de 2005), desde 19 de Junho de 2008.



3. Situação de direitos humanos das mulheres e das crianças na Guiné-Bissau


Este ponto descreve a situação de direitos humanos das mulheres e das crianças na Guiné-Bissau com base nas “Concluding Observations” dos Comitês dos tratados fundamentais de direitos humanos da ONU, cuja função, é controlar a respetiva aplicação das normas estabelecidas no tratado.

A sua relevância advém da tentativa de caracterização da realidade de um país onde praticamente as mulheres e as crianças não têm direitos, pois apesar destes se encontrarem explícitos na lei, não são postos em prática, e as proteções garantidas pela lei não são asseguradas nem vigiadas pelo Estado, facto este que permite entender a existência e a prevalência da prática da MGF, pois não há preocupações com o bem-estar destes indivíduos, tais como a melhoria do serviço de saúde e de educação de forma que a população possa conhecer os riscos inerentes a práticas nefastas como a MGF.

O Estado que faz parte no tratado elabora um relatório sobre a situação dos direitos humanos no seu país ao respetivo Comité e este por sua vez, examina-o juntamente com as informações obtidas pelos peritos que estão no terreno e que compõem o comité. Colocam questões ao Estado parte e após a resposta deste, o Comité faz comentários/recomendações num documento denominado “Concluding Observations”, que constitui a resposta ao relatório submetido pelo Estado.

O procedimento é semelhante ao da Revisão Periódica Universal, tirando o facto de este ser submetido a um órgão dos tratados fundamentais de direitos humanos (Comitês - jurisdição sobre os Estados parte no tratado) e não a um órgão da Carta das Nações Unidas (Conselho de Direitos Humanos - jurisdição sobre todos os Estados Membros da ONU, independentemente de integrarem ou não os tratados), não sendo assim colocadas as Questões Avançadas dos Estados membros do Conselho de Direitos Humanos.

De salientar que as “Concluding Observations” dos dois comités que se seguem, são relativos aos primeiros relatórios submetidos em 2008 e em 2000.

 **3.1. Concluding Observations do Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW/C/GNB/CO/6 - 44ª sessão, de 20 de Julho a 07 de Agosto de 2009 (Guiné-Bissau)⁷**

Este Comité inicia as suas Observações Finais:

1- Felicitando o Estado guineense por ter ratificado a CEDAW e o seu Protocolo Facultativo sem reservas;

2- Pela combinação do primeiro ao sexto relatório periódico, uma vez que situação das mulheres no país ficou mais clara;

3- Por ter ratificado a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional e o seu Protocolo para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, em 2007;

4- Pela criação no ano 2000, de uma Instituição para mulheres e crianças, sendo esta uma estrutura operacional para o desenvolvimento e coordenação de políticas sobre os direitos das mulheres e a igualdade de género.

Seguiu, salientando as áreas de maior preocupação e fazendo várias recomendações, das quais: que o Estado se concentrasse nestas Observações Finais para que no próximo relatório já tivesse implementado todas as provisões da convenção, podendo assim reportar as ações feitas e os seus resultados;

Que a convenção fosse incorporada na Constituição e que fosse submetida a todos os Ministros e outras Estruturas do Governo, como o parlamentar e o judicial, de forma a assegurar uma implementação positiva;

Uma vez que não consta a definição de discriminação e o princípio de igualdade entre homens e mulheres na Constituição do país, o comité recomendou que essa definição fosse estabelecida de acordo com os artigos 1^o e 2^o da Convenção, e que a constituição

⁷ Disponível online no url: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/460/62/PDF/N0946062.pdf?OpenElement>. [Consultado a 27 de Abril 2012]

⁸ **Artigo 1º** Para os fins da presente Convenção, a expressão «discriminação contra as mulheres» significa qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como efeito ou como objetivo comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício pelas mulheres, seja qual for o seu estado civil, com base na igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínio.

fosse revista de forma a assegurar a emenda ou a substituição das leis que discriminam as mulheres;

O comité reconheceu que os obstáculos sociais, políticos e económicos têm um enorme impacto negativo na população e que constituem um sério obstáculo para a implementação da convenção, por isso recomendou ao Estado que este continuasse em busca de auxílio da Comunidade Internacional e da ONU de forma a ter capacidade de cumprir com os requisitos da convenção;

Foi visto que o acesso das mulheres aos sistemas judiciais para reclamar sobre a violação dos seus direitos, é muito limitado. Desse modo, o Comité recomendou que fossem eliminados os obstáculos que dificultam o acesso das mulheres à justiça e para que a Constituição fosse escrita em crioulo e nos dialetos locais;

Constatou-se também que o Estado não agiu de forma satisfatória na tentativa de eliminação das práticas culturais (como o casamento forçado) que justificam e perpetuam a discriminação contra as mulheres. Por isso o comité recomendou que o Estado elaborasse uma estratégia com vista a eliminar essas práticas culturais e o estereótipo, de forma a promover o pleno gozo das mulheres em relação aos seus direitos, em conformidade com os artigos 2º e 5º¹⁰ da convenção;

⁹ **Artigo 2º** Os Estados Partes condenam a discriminação contra as mulheres sob todas as suas formas, acordam em prosseguir, por todos os meios apropriados e sem demora, uma política tendente a eliminar a discriminação contra as mulheres e, com este fim, comprometem-se a:

- a) Inscrever na sua constituição nacional ou em qualquer outra lei apropriada o princípio da igualdade dos homens e das mulheres, se o mesmo não tiver já sido feito, e assegurar por via legislativa ou por outros meios apropriados a aplicação efetiva do mesmo princípio;
- b) Adotar medidas legislativas e outras medidas apropriadas, incluindo a determinação de sanções em caso de necessidade, proibindo toda a discriminação contra as mulheres;
- c) Instaurar uma proteção jurisdicional dos direitos das mulheres em pé de igualdade com os homens e garantir, por intermédio dos tribunais nacionais competentes e outras instituições públicas, a proteção efetiva das mulheres contra qualquer ato discriminatório;
- d) Abster-se de qualquer ato ou prática discriminatórios contra as mulheres e atuar por forma que as autoridades e instituições públicas se conformem com esta obrigação;
- e) Tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação praticada contra as mulheres por uma pessoa, uma organização ou uma empresa qualquer;
- f) Tomar todas as medidas apropriadas, incluindo disposições legislativas, para modificar ou revogar qualquer lei, disposição regulamentar, costume ou prática que constitua discriminação contra as mulheres;
- g) Revogar todas as disposições penais que constituam discriminação contra as mulheres.

¹⁰ **Artigo 5.º** Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para:

O comité recomendou também que se fizessem esforços em termos de alerta e educação, para os homens, mulheres, líderes das comunidades, líderes religiosos e membros do Governo, para que se terminasse com a prática da mutilação genital feminina, que persiste no país (apesar de haver uma cláusula na legislação que o proíba);

O Comité mostrou-se preocupado em relação à legislação sobre violência doméstica que se encontra pendente, e recomendou que o Estado tomasse medidas para informar através dos media ou programas de educação, sobre as diferentes formas de violência contra mulheres. Recomendou também que se trabalhasse principalmente com os agentes da lei e com os serviços sociais sobre o tema da violência contra as mulheres de forma a garantir a punição dos agressores;

Relativamente ao tráfico de mulheres, existem menos incidências, pois o Estado está mais concentrado no tráfico das crianças. Nesse sentido o comité recomendou que o Estado incorporasse na legislação uma definição de tráfico e que melhorasse as condições económicas das mulheres para que estas não estejam tão vulneráveis ao tráfico e à exploração sexual;

A participação das mulheres na vida pública e política do país é muito reduzida, tal como a sua representação no Governo. O comité recomendou que fossem tomadas medidas para aumentar a representação feminina em todas as áreas do Governo de acordo com o artigo 7º da convenção, e para que tenham maior participação na vida pública e política do país;

O comité também mostrou preocupações com o número de raparigas que não estudam ou que não completam os níveis escolares. Recomendou assim que fossem tomadas medidas para assegurar o acesso das raparigas e mulheres a todos os níveis da educação, e que se conseguisse retê-las na escola de modo a completarem os níveis escolares. Recomendou também a reeducação dos professores e o investimento na educação principalmente nas áreas rurais;

Como existe muita desigualdade laboral, o comité recomendou que se tomassem medidas para assegurar a igualdade laboral entre homens e mulheres de acordo com o

a) Modificar os esquemas e modelos de comportamento sócio-cultural dos homens e das mulheres com vista a alcançar a eliminação dos preconceitos e das práticas costumeiras, ou de qualquer outro tipo, que se fundem na ideia de inferioridade ou de superioridade de um ou de outro sexo ou de um papel estereotipado dos homens e das mulheres;

artigo 11º da convenção, e que o Estado implementasse a Convenção nº100 da Organização Internacional de Trabalho (Igualdade na remuneração) nas suas leis laborais;

Apesar de felicitar os esforços do país no combate ao vírus HIV, salientou o facto de existirem entraves ao acesso das mulheres aos cuidados de saúde (incluindo a saúde sexual e reprodutora), bem como o facto de existir uma grande taxa de gravidezes precoces e de mortalidade materno-infantil. Nesse sentido, o Comité recomendou que se tomassem providências de forma a melhorar os serviços de saúde, reduzindo a gravidez precoce, a mortalidade materno-infantil e a proliferação do vírus HIV, através de programas informativos e de educação sexual, de serviços pré-natais, pós-natais e de obstetrícia, garantindo assim os serviços de saúde necessários para as mulheres;

Felicitou também os esforços feito no campo da igualdade de género e no *empowerment* das mulheres, através do programa de redução da pobreza. Contudo, existe uma situação de extrema pobreza nas mulheres que vivem nas zonas rurais e por isso recomendou que o Estado prestasse mais atenção às necessidades das mulheres das zonas rurais, de forma a assegurar o seu acesso a serviços básicos, infra-estruturas e oportunidades económicas como os créditos;

Terminou as Observações recomendando que Estado usasse a Declaração de Beijing¹¹ e a Plataforma de Ação em simultâneo com a Convenção, de forma a reforçar as suas provisões, e que implementasse a Convenção no seu todo de forma a atingir os Objetivos do Milénio¹², e terminou as Observações encorajando a disseminação da Convenção, para que todas as pessoa pudessem saber quais as medidas recomendadas e

¹¹ Regras Mínima das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Jovens (Regras de Beijing)

¹² 1- Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome;

2- Alcançar o ensino primário universal;

3- Promover a igualdade entre os sexos;

4- Reduzir em dois terços a mortalidade infantil;


5- Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna;

6- Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves;

7- Garantir a sustentabilidade ambiental;

8- Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

adotadas pelo país, no sentido de garantir e respeitar a igualdade de direitos para as mulheres.

 **3.2. Concluding Observations do Comité sobre os Direitos da Criança - CRC/C/15/Add/177- 30ª sessão, de 13 de Junho de 2002 (Guiné-Bissau)¹³**

Nestas Observações finais, o Comité sobre os Direitos da Criança começou por fazer observações positivas à Guiné-Bissau no que toca: à iniciativa quanto ao processo de ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados e à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil, em Dezembro de 2001;

À ratificação no ano de 2000, da Convenção de 1997 sobre a Proibição do Uso, do Armazenamento, da Produção e Transferência de Minas e a Criação de um Conselho Anti-Minas; À criação de um Instituto para Mulheres e Crianças e à reativação do Comité Ad Hoc para as Crianças e Mulheres, tendo recomendado a este comité, que pedisse assistência técnica à UNICEF (Fundo das Nações Unidas para as Crianças) e ao Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos em prol do seu desenvolvimento;

Pela proibição por lei, da punição corporal no seio da família, nas escolas e noutros contexto e pelo facto do Comité contra Práticas Violentas ter sido legalmente institucionalizado.

Pelo desenvolvimento do programa “FIRKIDJA” que suporta a educação básica e que se foca no acesso e na igualdade na educação:

- Depois de salientar os pontos positivos, o comité focou alguns pontos negativos e fez recomendações. Este mostrou preocupações com o facto da lei aprovada pelo parlamento em 1997, que protege mulheres e crianças, ainda não ter sido implementada;

Mostrou preocupações em relação ao baixo orçamento para os serviços de saúde e educação, como também para a falta de pagamento de salários aos professores e aos

¹³ Disponível online no url:
[http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/CRC.C.15.Add.177.En?Opendocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/CRC.C.15.Add.177.En?Opendocument). [Consultado a 30 de Abril 2012]

demais funcionários públicos. Nesse sentido, recomendou a adoção de uma política que determinasse um orçamento eficaz, com o objetivo de assegurar o bem-estar das crianças, podendo cobrir os salários daqueles que trabalham em prol dos seus Direitos;

Recomendou ainda, que o Estado continuasse a colaborar com organizações não-governamentais de forma a poder implementar a convenção; que redobrasse os seus esforços no sentido de informar sobre os princípios da convenção de forma a sensibilizar a sociedade no que toca aos Direitos da Criança; que envolvesse as comunidades locais nos seus programas de forma a prevenir e combater os costumes e tradições que impedem a implementação da convenção; e que introduzisse a educação em Direitos Humanos, incluindo os Direitos das Crianças nos seus planos curriculares e extra-curriculares;

O comité mostrou também preocupações no que concerne à idade mínima para se casar (que é diferente para rapazes e raparigas) e para o recrutamento para o serviço militar, uma vez que este último não foi respeitado durante a guerra civil de 1998/1999. Foi recomendado que o Estado estabelecesse o mesmo limite de idade para casar, tanto para os rapazes como para as raparigas, de forma a terminar com a discriminação feminina, como também a idade mínima para o recrutamento para o serviço militar;

Uma vez que existe muita discriminação contra crianças deficientes, o comité recomendou que a legislação fosse emendada de forma a corresponder com artigo 2º¹⁴ da convenção, e que fossem formuladas políticas e programas que visem a eliminação da discriminação contra crianças, em especial, contra crianças com deficiência. Por sua vez, o princípio do “Interesse da Criança” não foi completamente implementada na legislação, tendo o comité recomendado que este fosse implementado em todas as atividades relacionadas com crianças;

Visto que nem todas as crianças da Guiné-Bissau usufruem do direito a um nome e a uma nacionalidade pois quando não são registadas à nascença, os pais têm que pagar uma multa para efetuarem o registo, o que acaba por não acontecer devido às condições precárias das famílias. O comité recomendou a abolição das sanções de forma a diminuir o número de crianças não registadas e a incentivar o ato de registo;

¹⁴ **Artigo 2.º** (1) - Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.

Também foi focada a questão do abuso sexual e das punições físicas praticadas no seio da família, no qual o comité recomendou que o Estado aumentasse os esforços ao combate dessas violações de Direitos Humanos, implementando mecanismos de denúncia, reforçando as investigações e punindo os responsáveis por essas violações;

O facto do acesso aos serviços de saúde serem limitados, devido à distância entre as casas e os centros de saúde, devido à baixa disponibilidade de camas de hospitais e de medicamentos, a alta taxa de mortalidade infantil e mortalidade materno-infantil, entre vários outros fatores, o comité recomendou que o Estado pedisse assistência através da cooperação internacional com vista a melhorar as condições/serviços de saúde para as crianças e não só;

O comité também mostrou preocupações em relação às práticas tradicionais perigosas, como a mutilação genital feminina e o casamento precoce das raparigas com idades compreendidas entre os 13 e os 14 anos. O comité recomendou que se unissem esforços, juntamente com os líderes das comunidades com vista a terminar com essas práticas de foro cultural que representam uma grave violação dos Direitos Humanos;

Apesar dos esforços do país para combater a exploração infantil, o comité constatou que esse tipo de exploração tende a aumentar, por isso recomendou que se redobrassem os esforços para a combater, principalmente nas áreas rurais onde este tipo de exploração é praticada em larga escala;

Por fim, o comité constatou que existe um elevado número de crianças que não frequentam a escola, podendo estar envolvidas em prostituição ou que o facto de passarem muito tempo na rua, as possa tornar vulneráveis a vários tipos de exploração como o tráfico de drogas e a exploração sexual. No sentido de impedir esse tipo de violações dos direitos Humanos, o comité recomendou que fossem efetuados estudos sobre as crianças que não frequentam a escola e que fossem implementadas medidas para as proteger de qualquer forma de exploração.

4. Principais violações dos direitos humanos da Guiné-Bissau

Seguidamente serão apresentadas as principais violações dos direitos humanos da Guiné-Bissau (analisados pela Revisão Periódica da ONU, pela Amnistia Internacional e pela U.S. Department of State), não só relativos às mulheres e às crianças, mas no seu todo, de forma a poder entender-se as dificuldades do país em implementar e fazer valer os direitos humanos no terreno.

4.1. Revisão Periódica Universal - Guiné-Bissau - 2010¹⁵

A Revisão Periódica Universal da situação dos direitos humanos é feita a cada quatro anos pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, de forma a averiguar a situação dos direitos humanos de todos os países. O Estado visado faz um relatório da situação dos direitos humanos que é analisado pelo Conselho de Direitos Humanos (composto por 47 Estados membros da ONU).

Nesta Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos, realizada na 8ª sessão, a 07 de Maio de 2010, vários países demonstraram as suas preocupações em relação aos direitos humanos na Guiné-Bissau, como se pode ver nas “Questões Avançadas”.

A República Checa questionou sobre as medidas adotadas pelo país para terminar com todas as formas de violência contra as mulheres e para a redução da proliferação do vírus HIV. Perguntou também se o Governo considerava ou não, a mutilação genital feminina, uma violação dos Direitos Humanos das mulheres. Juntamente com a Eslovénia e a Dinamarca, demonstrou uma preocupação que assenta na ratificação de todos os tratados assinados, principalmente a Convenção contra a Tortura e o seu Protocolo Adicional.

¹⁵ Disponível online no url: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/PAGES/GWSession8.aspx>. [Consultado a 30 de Abril 2012]

4.1.1. Questões Avançadas para a Guiné-Bissau – Adenda 1

Nesta fase, a Alemanha questionou sobre as medidas adotadas para garantir os Direitos Humanos e liberdades fundamentais, e as medidas adotadas para terminar com todas as formas de violência contra as mulheres.

A Noruega focou a questão da Guiné-Bissau não possuir Instituições nacionais de Direitos Humanos para a promoção e proteção desses direitos e questionou as medidas do Governo na implementação e funcionamento dessas mesmas Instituições, como também com o grau de participação da sociedade civil para o cumprimento das recomendações feitas pelo Conselho de Direitos Humanos. Tal como a República Checa, a Alemanha e o Reino Unido, questionou também as medidas judiciais a serem tomadas pelos Ativistas de Direitos Humanos para a proteção da mulher, nomeadamente no que concerne à mutilação genital, à violência e à alta taxa de mortalidade maternal.

4.1.2. Nas Questões Avançadas para a Guiné-Bissau – Adenda 2

A Holanda, mostrou-se preocupada, com o problema da discriminação, com as crianças deficientes e mais uma vez, com os centros de detenção. Pediu ao Governo que informasse ao Conselho sobre as medidas tomadas na área da discriminação, uma vez que já se tinha recomendado ao país, que incluísse na sua legislação uma cláusula que proibisse a discriminação, especialmente a discriminação contra as mulheres.

Perguntou também, se já tinha chegado ao Parlamento, a emenda da legislação (recomendada pelo Comité dos Direitos das Crianças, em 2002) para assegurar a proibição da discriminação contra crianças deficientes.

A 07 de Outubro de 2008, durante uma visita do Secretário-Geral, foram detetadas várias violações dos Direitos Humanos nos centros de detenção, tendo sido feitas recomendações como: a criação de celas especiais para as mulheres; a adoção de mecanismos para fornecer água e alimentos; a assistência médica e a criação de prisões

adicionais para os jovens. A Holanda, pediu que o Conselho fosse informado sobre o seguimento dessas recomendações.

4.2. *Amnistia internacional – Relatório de 2011 – Guiné-Bissau*¹⁶

No relatório de 2011, a Amnistia internacional mostrou várias preocupações, principalmente com o tráfico de drogas, com a violência contra mulheres e meninas e com as prisões e detenções arbitrárias como foi o caso do Almirante Zamora Induta, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, acusado de envolvimento no desaparecimento de droga apreendida. A instabilidade política e social são elementos do dia-a-dia no país pois há sempre conflitos derivados da falta de pagamentos de salários, como também dos resultados das eleições.

Este país sofre cada vez mais de carências económicas, o que se reflete na crescente falta de alimentos. O tráfico de droga (no qual se encontram envolvidos membros das forças armadas e o chefe da marinha, isto em 2010) continua a ser o grande destabilizador do país. Contudo, em Janeiro, o governo assinou um acordo com os EUA para permitir que um procurador dos EUA trabalhasse ao lado do Procurador-Geral da Guiné-Bissau no combate ao tráfico de drogas e outros crimes.

A Violência contra mulheres e meninas, incluindo casamentos forçados e precoces, foi generalizada. Estas são violentadas, agredidas e até mortas caso se recusem a casar.

Embora os casos tenham sido encaminhados à Procuradoria - Geral da República, e tenham sido feitas queixas à polícia, não foi tomada nenhuma providência e ninguém foi preso.

¹⁶ Disponível online no url: <http://www.amnesty.org/en/region/guinea-bissau/report-2011>. [Consultado a 2 de Maio 2012]

✚ 4.3. *U.S. Department of State - Relatório de 2010 - Direitos Humanos na Guiné-Bissau*¹⁷

No relatório de Direitos Humanos de 2010, submetido a 04 de Agosto de 2011, o US Department of State mostrou preocupações com os assassinatos cometidos pelo Governo por motivos políticos; com a tortura e as condições precárias dos locais de detenção; com prisões sem mandatos e detenções arbitrárias (proibidas por lei); com as ameaças aos jornalistas; com a corrupção dos oficiais de justiça; com suspeitas de envolvimento do Governo no tráfico de droga e a sua impunidade; com a violência e discriminação contra as mulheres; com a mutilação genital feminina; com o tráfico de crianças (não há uma lei que o proíba); com o trabalho infantil e trabalho infantil forçado.

No relatório consta que a mutilação genital feminina é praticada maioritariamente pela etnia Fula e Mandinga, não havendo uma lei que a proibisse¹⁸. Este ato não é só praticado nas crianças e nos adolescentes, mas também nos recém-nascidos que muitas vezes acabam por falecer. Nos locais de detenção, não são respeitados os direitos humanos dos detidos, pois não há água nem comida, as crianças são presas juntamente com os adultos, tal como os presos preventivos e os condenados. Apesar de a lei proibir a discriminação, não foram designadas as bases dessa mesma discriminação. Não proíbe especificamente a discriminação contra pessoas deficientes, mas o Governo não constrói edifícios acessíveis e não garante a igualdade de acesso à educação e ao emprego.

¹⁷ Disponível online, no url: <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2010/af/154351.htm>. [Consultado a 2 de Maio 2012]

¹⁸ Na altura do relatório ainda não havia uma lei que proibisse a prática da MGF, contudo, esta já foi aprovada desde Junho de 2011.

GUIÕES DE ENTREVISTAS

Guião para alvos da prática da MGF

1 - Dados pessoais

- Nome, idade, local de nascimento, nacionalidade
- Estado civil, número de filhos, religião
- Habilitações literárias
- Emigrante? Desde quando?

2 - Questões aprofundadas

- É circuncisada/foi ao fanado?
- Quando, onde e qual o tipo de corte?
- Quanto tempo durou todo o processo?
- Que instrumento foi utilizado?
- Quais as condições higiénicas do local?
- Quanto tempo durou a recuperação?
- Foi à base de tratamentos tradicionais ou teve acompanhamento médico?
- Houve mortes no seu grupo de fanado... quantas?
- Teve/tem consequências físicas ou psicológicas devido ao fanado?
 - Caso tenha sido feito em idade adulta, foi com consentimento... porquê? Seguimento da cultura, respeito pela religião, pressão, obrigação, necessidade, medo de discriminação/represálias...?
 - Caso seja Cristã, porquê da aceitação ou voluntariado para o fanado?
 - Permitiria que o fizessem à sua filha... porquê?
 - Acha que o fanado deveria continuar mesmo fora do seu país de origem, levando-o para qualquer canto do mundo (neste caso Portugal), de forma a perpetuá-lo?

- Tem conhecimento da prática do fanado em Portugal? Onde?
- Acha que o fanado tenderá a aumentar ou diminuir devido à luta (dos Estados, ONG's, OG, Sociedade Civil e vários outros órgãos de defesa de direitos humanos) para a sua erradicação?

Guião para técnicas da UMAR

(União Mulheres Alternativa e Resposta)

1 - Dados pessoais

- Nome, idade, local de nascimento, nacionalidade
- Estado civil, número de filhos
- Formação, profissão, função, anos de trabalho na Organização

2 - Questões relacionadas com a Organização

- Como e quando nasceu?
- Onde é a Sede e se possuem outras estruturas ao longo do país?
- Quais as suas atividades no geral/projetos?
- Trabalham em parceria com outras Organizações?

3 - Questões relacionadas com a MGF

- Porquê o interesse sobre um tema tão pouco falado no país como a MGF?
 - Em que movimentos ou atividades relacionados com a MGF esteve a UMAR envolvida (Tertúlias, Messas Redondas, Conferências...)?
- Data, local, meios e objetivos?
- Indivíduos envolvidos (estudantes, organizações, profissionais da saúde, especialistas...)?
- Os envolvidos mostravam ou não algum conhecimento da causa?
- Já houve antagonistas (alguém que se mostrou a favor da prática)?
- Casos de sucesso ou insucesso?
-
- Quais os conteúdos do “Programa de Ação para Eliminação da Mutilação Genital Feminina I”?
- Que medidas/práticas implementam sobre o Programa?

- O que há de novo no “Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina II”?

4 - Questões pessoais

- Tem conhecimento de locais da prática no país?
- Conhecimento de vítimas?
- Já fez alguma intervenção direta, alguma denúncia?
- Posição pessoal sobre a prática?

Guião Jornalista

1 - Dados pessoais

- Nome, idade, local de nascimento, nacionalidade
- Estado civil, número de filhos
- Formação, profissão, função, anos de trabalho na Organização

2 - Questões profissionais

- Em que projetos sobre a Mutilação Genital Feminina tem trabalhado?
 - Data de início
 - Métodos/meios
 - Objetivos
 - Resultados positivos... negativos
- Programa de Rádio
 - Nome da rádio/Frequência/horário
 - Diário/semanal/mensal
 - Transmissão nacional ou também internacional
 - Nível de audiências/repercussões
 - Depois deste, crê que haverá mais projetos, quiçá televisivos no sentido da eliminação da MFG
- Projeto musical
 - Como surgiu a ideia
 - Quem compôs, quem cantou, quem produziu e quem patrocinou
 - Porquê cantar em Inglês
 - Onde se pode ouvir a música... rádio, internet...
 - A música já foi comercializada para outro país

- Que repercussão já teve a música

3 - Questões pessoais

- Porquê o interesse sobre um tema tão pouco falado no país como a MGF?
- Costuma ser convidada para participar em palestras, apresentações, atividades, conferências... relacionadas com a MGF?
- Tem conhecimento de locais da prática no país? Onde?
- Conhecimento de vítimas?
- Já fez alguma intervenção direta, alguma denúncia?
- Posição pessoal sobre a prática?

POEMAS SOBRE A PRÁTICA DA MGF
POR EDSON INCOPTÉ (Poeta)

Fanadu di mindjer

N'padidu mindjer

N'lanta n'ka kungsi prazer

N'ta dita n'lanta suma objetu

N'trega nha kurpo di skletu

Pabia kasamenti dam um tetu

Disgustu kabam

Na pera urdumunhu pa i bim lebam

N'punta pa nunde ku n'dibi di kurri?

O pa n'sufri n'murri?

N'ta djubi na bo ermon

N'kata odja kal forsa ku sta na tradison

Ku ta pui bu tiram

Kil ku Deus dam

N'ta djubi pa ceu tudu dia

N'kata odja kal Deus ki bu guia

Pabia di fanadu ku n'bai

Aos na muri ami son

Sin disa djorson

Bu ta fika bu fala futceru ku matan

Edson Incopté

Fanado de Mulheres (Tradução)

Nasci mulher

Cresci sem conhecer prazer

Deito e levanto-me como objecto

Depois de entregar o meu corpo de esqueleto

Porque o casamento deu-me um tecto

O desgosto está a apoderar-se de mim

Estou a espera que o vento me leve daqui

Mas pergunto por onde devo correr?

Ou devo-me consolar com a morte?

Olho para ti irmão

E não vejo a força que está na tradição

A ponto de me tirares

Aquilo que Deus me deu

Olho para o céu todos os dias

E não vejo que Deus é o teu guia

Por causa da mutilação que sofri

Hoje estou a morrer sozinha

Sem deixar geração

Fica e diz que morri de feitiço

Existir por Existir

Nasci num país que lutou por direitos

Hoje não tenho qualquer direito!

Grito, mas não sou ouvida

E ouço aquilo que não quero, sem pedido.

Sou mutilada em nome da tradição

Sou incompleta em nome do Islão.

Não tenho forças para lutar...

Lutar contra aquilo que não existe.

Insistem em viver noutro olhar

Eu insisto em sonhar

Sem olhar o fanado que persiste.

A minha lágrima cai sobre a faca

A mesma faca que me fez incompleta

Mas nem assim se desinfecta

Do sangue indefeso da mulher Guineense.

O crime é consumado

Em nome do fanatismo, como Deus é aí chamado!

Não sou mais a criança mutilada em nome do Islão

Fui a criança incompleta por nascer mulher

Sou a mulher que a religião tirou o prazer

Por vontade do barão.

A dor é grande.

Mais do que um humano pode suportar

Felizmente sou mulher Guineense,

Só assim consigo aguentar!

E apesar da dor...

A vontade é ainda maior

De um dia viver d'amor.

Existo por existir...

Na esperança de um amanhã sem fanados

De uma religião sem finados

Existo na esperança futura

De que um dia minha filha será pura.

Edson Incopté

Já é Tempo do Tempo Moldar a Tradição

A dor é da criança.

A honra, o credo ou fanatismo,

Pertencem a mãe, ao pai, ao tio ou tia

E quiçá remotamente aos avós.

Já a culpa, dorme abandonada,

Esquecida na consciência de ninguém.

Talvez porque a culpa maior

Seja da falta de educação.

Disfarça-se falaciosamente o fanado

Com traje de Islão,

Quando a raiz está na submissão

Milenarmente imposta à mulher.

Mas, em nome da criança,

Da cultura e do próprio Islão,

Já é tempo do tempo moldar a tradição,

De por fim a esta cultura de mutilação.

Edson Incopté